

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ**  
**COMITÊ GESTOR DE ADEQUAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

---

**AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMBÉ-PR**

Relatório da Avaliação do Plano Municipal de Educação, realizada pelo Comitê Gestor de Adequação e Avaliação do PME de Cambé-Pr.

**CAMBÉ**  
**2016**

## **COMITÊ GESTOR DE ADEQUAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMBÉ**

**COORDENADORA:**

Juliana Salles Oliveira Romagnolli Peres

**ASSESSORA PARA ADEQUAÇÃO DO PME:**

Doralice Aparecida Paranzini Gorni

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO:**

Adriane Hack

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:**

Nívea Renata Gomes de Jesus Schilling

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE FAZENDA:**

Marcos Rogério Gabriel

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

Gisele Magri dos Santos

Jaqueline Marafon Donaire

Luciano Moraes Cardoso

**REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

Lindomara Teodoro de Souza

**REPRESENTANTE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS:**

Cristiane de Souza Albertoni

Lindomara Teodoro de Souza

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO:**

José Carlos Rodrigues

**REPRESENTANTE DAS ESCOLAS FILANTRÓPICAS:**

Márcio José da Silva

**REPRESENTANTE DAS ESCOLAS PARTICULARES:**

Silôe Salete Simadon

**REPRESENTANTE DA CÂMARA DE VEREADORES:**

Estela de Fátima Camata

## RESUMO

O Presente relatório objetiva registrar os trabalhos do Comitê Gestor de Adequação e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Cambé-Pr, referente à primeira avaliação do Plano Municipal de Educação – PME, realizada no período de 25/11/2015 a 07/12/2016. Após apropriar-se da meta de avaliação proposta no PME (2012-2022) e na readequação das metas e estratégias, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei 13.005/2014, o comitê organizou seu cronograma de trabalho, definindo como etapas a serem realizadas: 1) o conhecimento, a organização e a avaliação dos dados e informações fornecidas pelas instituições educacionais do município em 2015 mediante o instrumento de coleta de dados educacionais; 2) a análise comparativa dos mesmos com os obtidos em 2012, pelo mesmo instrumento, por ocasião da elaboração do primeiro PME do município; e 3) a análise destes dados à luz das metas e estratégias estabelecidas na readequação do Plano Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação - PNE/2014. A estas ações, foram acrescentadas estratégias para divulgação e mobilização da comunidade educativa e comunidade local, no decorrer do processo, segundo as orientações da capacitação para avaliação dos PMEs realizada nos dias 04 e 11 de agosto de 2016. Encerradas estas etapas, elaborou-se o presente relatório e parecer conclusivo, que destacam, respectivamente, os aspectos relevantes relacionados às condições físicas e estruturais presentes nas instituições e instâncias educacionais do município de Cambé-Pr no período de 2011 a 2014, bem como as estratégias e ações necessárias ao aprimoramento da educação. Desta forma, o presente relatório consiste em uma contribuição significativa à constituição do Sistema Municipal de Educação e, em decorrência, dos Sistemas Estadual e Nacional de Educação, conforme dispõe a Lei 13.005/2014.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>05</b>
<b>1. O TRABALHO DO COMITÊ E A METODOLOGIA ADOTADA .....</b>	<b>08</b>
<b>2. A EDUCAÇÃO EM CAMBÉ (2011-2014): CONHECER PARA AVALIAR .....</b>	<b>11</b>
2.1. A Rede Escolar de Cambé .....	13
<b>3. EIXOS TEMÁTICOS .....</b>	<b>16</b>
3.1. Educação Infantil .....	16
3.2. Ensino Fundamental – Anos Iniciais .....	20
3.3. Ensino Fundamental – Anos Finais .....	26
3.4. Ensino Médio .....	32
3.5. Ensino Superior .....	36
3.6. Educação de Jovens e Adultos .....	38
3.7. Educação Profissional e Tecnológica .....	40
3.8. Educação Especial .....	41
3.9. Formação e Valorização Profissional .....	42
3.10. Gestão Democrática .....	51
3.11. Financiamento da Educação .....	53
3.12. Acompanhamento e Avaliação do PME .....	55
3.13. Melhoria da Qualidade da Educação .....	56
<b>4. METAS E ESTRATÉGIAS: situação e recomendações .....</b>	<b>59</b>
<b>PARECER CONCLUSIVO .....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>81</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>83</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>85</b>

## INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo registrar a primeira Avaliação do Plano Municipal de Educação de Cambé-Pr, realizada pelo Comitê Gestor de Adequação e Avaliação do Plano Municipal de Educação - CGAA, constituído pelo Decreto nº 299 de 13 de fevereiro de 2015. Assim sendo, torna-se relevante iniciar este tópico com uma breve retrospectiva do processo de elaboração do primeiro Plano Municipal de Educação de Cambé (2012-2022) bem como, da sua adequação à Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024).

Ao final da vigência do Plano Nacional de Educação (2001-2011), conforme estabelecido pela Lei 10.172/2001, ocorreu em Brasília-DF a Conferência Nacional de Educação – CONAE, no período de 28 de março a 1º de abril de 2010. Tendo sido precedida por Conferências Municipais e Estaduais de Educação e de iniciativa do governo federal, a CONAE/2010 consistiu um processo democrático de discussão da educação brasileira, em todos os seus níveis, com vistas a subsidiar seu planejamento para o decênio vindouro.

O Documento Final resultante desta conferência reafirmou o objetivo de construir um Plano Nacional de Educação - PNE como política de Estado, mediante a garantia de uma educação pública, democrática, laica e de qualidade, como direito de todos, indistintamente.

Subsidiados neste documento e em outro elaborado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd denominado: *Por um PNE (2011-2020) como política de Estado* e, dando cumprimento ao disposto na Lei 10.172/2001, iniciou-se o processo de construção do Plano Municipal de Educação - PME de Cambé, mediante a realização de duas Conferências Municipais de Educação e um detalhado diagnóstico da realidade educacional, que envolveram a comunidade educativa, os representantes das diferentes instâncias e segmentos da sociedade civil organizada e o Conselho Municipal de Educação. Como resultado, foi elaborada uma versão preliminar

do PME, que após ser submetida à análise no âmbito das escolas foi objeto de discussão em fóruns setoriais.

Desta forma, a construção do primeiro PME de Cambé constituiu um exemplo concreto de democratização da educação, por meio da criação de espaços de mobilização e participação da comunidade educativa e demais segmentos sociais, no processo de conhecimento e reflexão da realidade educacional, bem como no planejamento do seu desenvolvimento.

Inseriu-se neste processo, desde o início, a proposta de realização de avaliação bianual do PME, dado o entendimento de que 'tão importante quanto elaborar um plano é instituir um criterioso processo para acompanhamento e avaliação de sua execução'. Sob este ponto de vista, propôs-se a deflagração de um movimento deliberado e contínuo de conhecimento, reflexão e busca de solução e superação dos desafios e dificuldades presentes nos distintos contextos e instituições educativas do município.

O encaminhamento do PME de Cambé (2012-2022) para o Poder Executivo ocorreu no dia 20/11/2012, e sua aprovação ocorreu em 28/08/2013 mediante a Lei Municipal nº 2610/2013.

Entretanto, conforme previsto na CONAE/2010, nova Conferência Nacional de Educação foi realizada em 2014. E, em decorrência desta, foi elaborado um novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, que após tramitação foi aprovado em 25 de junho pela Lei nº 13.005/2014. Em cumprimento à determinação do PNE/2014, foi criado o Comitê Gestor de Adequação e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Cambé, com o objetivo de realizar a Adequação do PME ao Plano Nacional de Educação/2014, recém aprovado.

Também dando cumprimento às disposições legais, a Adequação do PME de Cambé foi realizada no decorrer do ano de 2015. Mediante um criterioso estudo e análise das mudanças introduzidas pelo PNE/2014, elaborou-se um texto preliminar, que após encaminhado à comunidade educativa e demais instâncias sociais organizadas do município para estudo e análise, foi objeto de discussão em novos Fóruns Setoriais de

Educação. As deliberações destes fóruns resultaram em um texto final, elaborado por uma comissão e encaminhado para tramitação junto ao legislativo municipal, o que resultou em sua aprovação mediante a Lei nº 2728 de 19/06/2015.

Encerrada esta etapa, o Comitê Gestor de Adequação e Avaliação do Plano Municipal de Educação – CGAA iniciou o processo de Avaliação do PME em 25/11/2015, tendo em vista que este componente, já previsto no primeiro Plano Municipal de Educação de Cambé (2012/2022), passara a integrar o PNE/2014. Tal fato contribuiu não só para manter, como também para fortalecer os princípios e fundamentos que justificaram sua inserção desde o início do processo de construção do PME de Cambé.

Por sua vez, a avaliação do PME foi organizada em etapas, que se revelaram essenciais para o conhecimento e a reflexão da realidade educacional do município e para o planejamento e aprimoramento do sistema, com vistas à constante busca de melhoria da qualidade da educação.

Visando facilitar a visualização de cada uma destas etapas e a compreensão das estratégias de trabalho utilizadas, a seção que segue apresenta o detalhamento e descrição de cada uma delas.

## 1. O TRABALHO DO COMITÊ E A METODOLOGIA ADOTADA

Conforme mencionado anteriormente, optou-se por organizar os trabalhos em etapas. A primeira consistiu no *Aprimoramento do instrumento de coleta de dados* e foi desenvolvida por uma equipe composta pela Coordenadora do Comitê Gestor, Assessora para realização da Adequação e Avaliação do PME, Auxiliar Administrativo responsável pela informatização e o Responsável Técnico pela Coordenação dos Serviços de Tecnologia da Informação do Município.

Para a realização desta, efetuou-se inicialmente a revisão do instrumento utilizado no Sistema de Coleta de Dados Educacionais - CODAE, desenvolvido para realização do Diagnóstico Educacional do Município em 2011, à luz dos registros efetuados acerca da funcionalidade, praticidade e eficiência do mesmo naquela ocasião.

Posteriormente, as alterações necessárias foram apresentadas e analisadas junto ao responsável pela programação do Setor de Informática do Município. Também foram avaliadas as possibilidades e viabilidade de realização destas em tempo de serem cumpridos os prazos para a realização da avaliação do Plano Municipal de Educação no prazo previsto pela Lei nº 13.005/2014.

Ficou acordado que para a presente edição da avaliação seriam efetuadas apenas as alterações possíveis no formato atual do sistema e, posteriormente, seriam realizadas de maneira definitiva, todas as mudanças necessárias, mediante a construção de um novo sistema, que melhor atenda as especificidades do contexto educacional. Sendo assim, efetuadas as alterações no Sistema procedeu-se à revisão e conferência do mesmo, bem como um novo ajuste.

Concluída esta etapa, foram convocados os diretores (as) e secretários (as) de todas as instituições educacionais da rede pública e privada do município, abrangendo da Educação Infantil (EI) ao Ensino Superior (ES), para uma reunião na Câmara Municipal. Esta reunião teve como objetivos: 1) realizar a entrega dos formulários de coleta de dados para preenchimento e estabelecer prazo para sua devolução: 2) fornecer os esclarecimentos e as orientações necessárias ao preenchimento destes.

Posteriormente, mediante a análise do protocolo de recebimento dos formulários, observou-se que algumas instituições não haviam enviado seus representantes. Em decorrência, foi elaborada e enviada uma correspondência especificamente para estas escolas, reiterando a necessidade do preenchimento do material, registrando os esclarecimentos necessários, bem como disponibilizando o ramal dos responsáveis da Secretaria Municipal de Educação/SEMED em fornecer auxílio para o mesmo. Tal correspondência foi entregue em mãos, na tentativa de obter os dados de todas as instituições educacionais do município.

Encerrado o prazo estabelecido para devolução dos formulários, o mesmo foi estendido por alguns dias, em função da solicitação de algumas instituições. À medida que os formulários foram sendo entregues, os dados foram inseridos no sistema pelo funcionário designado para tal no âmbito da SEMED<sup>1</sup>. No entanto, após o lançamento dos dados, novos ajustes no sistema foram necessários para a emissão dos relatórios.

Cumpridas estas etapas, foi iniciada a preparação dos dados para a fase posterior do trabalho, ou seja, o conhecimento da realidade educacional do município. Para a realização desta etapa, foi constituída uma comissão integrada pela Coordenadora do Comitê, a Assessora para Adequação do PME e os dois representantes técnicos da SEMED.

Após tabulados e organizados, os dados foram disponibilizados ao CGAA, em 01/07/2015, para conhecimento e avaliação. Na sequência, efetuou-se a comparação dos dados obtidos em 2015 com os obtidos mediante o mesmo instrumento em 2012, e, finalmente a avaliação dos mesmos à luz das metas estabelecidas no PNE e PME/2014-2024.

No decorrer desta etapa, foi realizado um curso de capacitação para a avaliação dos PMEs, no Núcleo Regional de Educação/NRE nos dias 04 e 11/08/2016. Em decorrência deste, foram acrescentadas ao trabalho algumas estratégias de divulgação e mobilização da comunidade educativa e comunidade em geral acerca da avaliação do PME, em

---

<sup>1</sup> Este procedimento deveu-se ao formato “provisório” do sistema em 2015. Acredita-se ser mais adequada a inserção dos dados pelas próprias escolas ao final de cada ano letivo, o que deverá ocorrer após o aprimoramento do Sistema de Coleta de Dados educacionais desenvolvido.

andamento. Estas ações foram planejadas e realizadas conjuntamente pelo CGAA e SEMED, consistindo em: entrevistas na rádio local; reuniões com os funcionários da SEMED, reuniões com a comunidade educativa e a comunidade em geral; envio de carta de esclarecimentos para as escolas e comunidade; e, publicação de matéria no jornal local.

Finalizaram os trabalhos do CGAA, a elaboração do presente relatório e parecer conclusivo, apresentado ao final deste, tornando acessíveis à comunidade educacional e comunidade em geral, os objetivos, procedimentos e resultados da avaliação realizada. Tal fato contribui, por sua vez, para a ampliação dos canais de participação e aperfeiçoamento da gestão democrática no âmbito educativo, com vistas à concentração dos esforços de todos para o aprimoramento contínuo da educação do município.

## **2. A EDUCAÇÃO DE CAMBÉ (2011-2014): conhecer para avaliar**

Conhecer detalhadamente a realidade educacional do município é uma necessidade. No entanto, uma necessidade que não se encerra em si mesma, pois, só tem sentido tal conhecimento se o mesmo for utilizado como subsídio para a reflexão dos fatos que a produziram, bem como para vislumbrar o horizonte que esta realidade nos impõe e permite projetar.

Sob este prisma, o que se propõe é a análise da realidade como um fato circunscrito em um processo histórico com vistas a superar os desafios que nela estão presentes.

Partindo deste entendimento, o 'presente' não apenas se interpõe entre o passado e o futuro, mas, acima de tudo estabelece uma relação dinâmica e de movimento com eles, sendo ao mesmo tempo um produto das ações do passado e um elemento fundamental para a construção do futuro.

Por esta razão, com vistas a evidenciar o movimento das relações entre passado-presente-futuro, optou-se por manter a apresentação e análise dos dados coletados em 2015, em formato similar ao utilizado no PME (2012/2022). Assim sendo, recomenda-se que a leitura dos dados referentes ao período (2011 - 2014) seja acompanhada pela leitura dos dados obtidos no período (2001 – 2010), bem como das metas estabelecidas no PME de Cambé (2014-2024).

Cabe destacar que, para a realização do Diagnóstico Educacional que subsidiou a elaboração do PME (2012-2022), foram utilizados os dados: do *Censo Demográfico do IBGE/2010*, do *Caderno Estatístico do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES/2011* e do *Educacenso – MEC/INEP/2001*, além das informações fornecidas pelas instituições educacionais na *Coleta de Dados Educacionais – CODAE/2011*. Foram ainda acrescentados a estes, dados e informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Educação e demais Secretarias e instâncias do município.

No entanto, tendo em vista que os dados dos referidos censos não foram atualizados até o momento, consideramos os dados anteriores como referência também para a realização desta primeira avaliação do PME, realizando estimativas,

quando possível e conforme especificado nas ocasiões em que tal procedimento foi adotado.

É prudente destacar que, embora em 2015 tenha aumentado o número absoluto das instituições que retornaram os instrumentos com as informações solicitadas, aproximadamente 13% das escolas não forneceram seus dados<sup>2</sup>. Tal fato, não só impossibilitou o conhecimento da realidade de ‘totalidade do universo estudado’, como também impediu a realização da avaliação do PME na sua completude, embora não a invalide, já que foram obtidos percentuais significativos de respostas nas duas ocasiões, a saber, 79% e 87%, respectivamente.

Visando permitir a visualização das instituições que integravam o ‘Sistema Municipal de Educação’<sup>3</sup>, o Anexo 1 apresenta a relação das mesmas especificando quais atuavam em 2010 e 2014, ou seja, nas duas ocasiões em que foram realizadas as coletas de dados educacionais.

Mediante o exposto, o detalhamento dos estabelecimentos de ensino que integram a Rede Escolar, por dependência administrativa e modalidade de ensino é apresentado no tópico que segue, tendo em vista que este consistiu o ponto de partida para a realização da avaliação aqui relatada.

---

<sup>2</sup> Em 2010 das 66 instituições de ensino do município, 14 não informaram seus dados, o que totalizou 21%. Em 2015 eram 68 instituições e destas 9 ou 13% não retornaram os instrumentos de coleta de dados.

<sup>3</sup> A utilização da denominação ‘Sistema Municipal de Educação’, deve-se ao entendimento de que esta é a mais adequada quando nos referimos ao conjunto das instituições educacionais que integram o município.

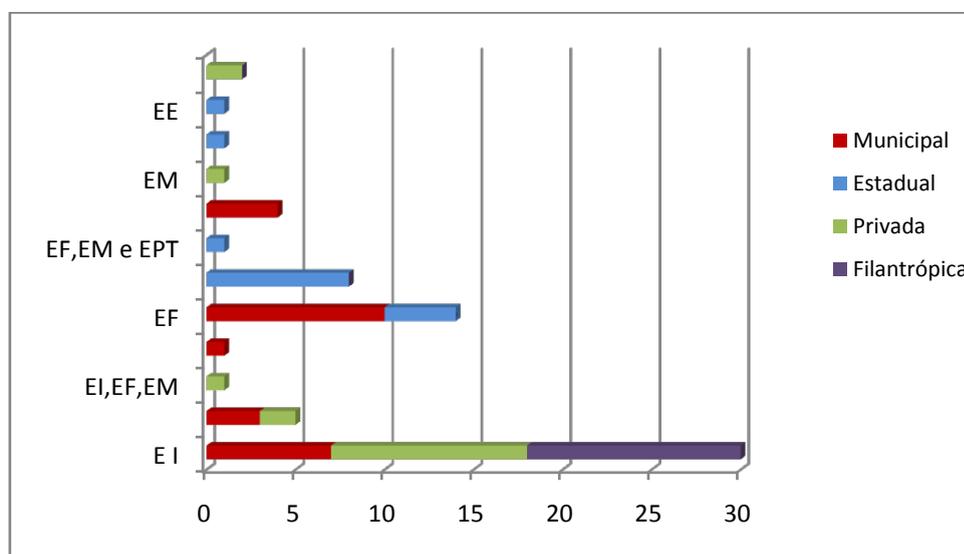
## 2.1 A REDE ESCOLAR DE CAMBÉ

O conhecimento e análise das dimensões do 'Sistema Educacional' do município foi o ponto de partida para os trabalhos do Comitê Gestor de Adequação e Avaliação do PME de Cambé. A tabela e o gráfico apresentados a seguir contêm as informações obtidas junto à SEMED acerca da composição da rede escolar do município em 2014.

**Tabela 1 – Nº de Estabelecimentos/Modalidade de Ensino/Dependência Administrativa - 2014**

Estabelecimentos de ensino/ Nível Educacional ofertado	Dependência administrativa				TOTAL
	Municipal	Estadual	Privada	Filantrópica	
E I	7	0	11	12	30
EI, EF	3	0	2	0	5
EI, EF, EM	0	0	1	0	1
EI, EF, EJA	1	0	0	0	1
EF	10	4	0	0	14
EF, EM	0	7	0	0	7
EF, EM, EPT	0	1	0	0	1
EF, EJA	4	0	0	0	4
EM	0	0	1	0	1
EJA	0	1	0	0	1
EE	0	1	0	0	1
ES	0	0	2	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>12</b>	<b>68</b>

FONTE: Secretaria Municipal de Educação, 2015.



**Gráfico 1 – Estabelecimentos/Modalidades de Ensino/Dependência Administrativa.**

FONTE: CODAE/2015.

Mediante análise dos dados acima, pode-se observar que o maior número de instituições educacionais concentrava-se no âmbito da Educação Infantil - EI, no ano de 2014. Cabe enfatizar que este atendimento está representado nas quatro linhas inferiores do gráfico. É importante lembrar que, conforme consta no Plano Municipal de

Educação – PME/2012-2022, as Instituições Filantrópicas são subvencionadas pelo município desde aquele período. Desta forma, em 2014, o município respondia por 62.2% da EI ofertada e a iniciativa privada por 35% desta.

Ainda com base nestes dados, é nítida a responsabilidade do município na Educação Infantil e Ensino Fundamental - Anos Iniciais; do estado no Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio e, da rede privada de forma mais significativa na Educação Infantil e Ensino Superior e, em menor proporção nos demais níveis da Educação Básica.

Comparando-se os dados apresentados na Tabela 1 com os dados coletados em 2010<sup>4</sup>, constatou-se que o município ampliou de 66 para 68 o número de instituições educacionais. Uma análise mais detalhada revelou que as variações ocorridas nos seguimentos iniciais da educação, especialmente no âmbito das redes públicas, decorreram das metas estabelecidas no PME/2012-2022 relacionadas à universalização da EI na faixa de 4-5 anos até 2016.

No que se refere ao atendimento no EF - Anos finais, EM e ES, cabe observar que uma parcela significativa de jovens do município frequenta escolas, faculdades e universidades em cidades da região, em especial, em Londrina.

Encerrando o presente tópico, relacionado à composição da Rede Escolar em 2014, o número de salas de aula e turmas ofertadas pode ser observado na Tabela 2 apresentada a seguir.

---

<sup>4</sup> Os dados do período 2006/2010, referentes a todos os níveis e modalidades educacionais ofertadas no município, podem ser visualizados no Plano Municipal de Educação - PME/2012.

**Tabela 2 – Turmas/Salas de aula e alunos atendidos no município em 2014.**

Modalidade/Dependência Administrativa	Nº de instituições	Nº de salas	Nº de turmas	Nº de alunos	(Nº escolas/Dados não informados)
CEIs (APMI)	11	57	72	978	----
FILANTRÓPICAS	2	14	14	----	2 / Nº de alunos
ES	2	24	23	932	1 / Todos os dados
PARTICULARES	15	78	80	1.369	6 / Todos os dados
MUNICIPAIS	23	159	305	6.922	1 / Salas e Turmas 1 / Nº de alunos
ESTADUAIS	15	244	311	10.903	1 / Salas e Turmas 1/ Todos os dados
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>	<b>576</b>	<b>805</b>	<b>21.104</b>	<b>8 / Todos os dados</b> <b>3 / Nº de alunos</b> <b>2 / Salas e Turmas</b>

FONTE: CODAE/2015.

É pertinente destacar que, conforme consta no PME/2012, os Centros de Educação Infantil são mantidos pelo município. Dados oficiais, extraídos da Estatística Mensal da SEMED, referente a novembro de 2014, estão bem próximos dos contidos na Tabela 2. Neles consta um total de 310 turmas ofertadas pela Rede Municipal para atender a 7.371 alunos da EI, EF - anos iniciais, EE e EJA.

No que se refere à Rede Escolar de Cambé, podemos verificar uma ampliação da mesma quando comparamos os dados de 2010 e 2014. Naquela ocasião a Rede Escolar dispunha de 517 salas de aula para atender 713 turmas de todos os segmentos da educação. Já em 2014 havia 576 salas para atender a 805 turmas, que comportavam aproximadamente 21.104<sup>5</sup> alunos.

Finalmente, no que se refere à participação das escolas na Coleta de Dados Educacionais – CODAE/2015 houve um aumento de 5.8%, em relação ao ano de 2010, uma vez que houve uma ampliação de 76.56% para 82.35% no número de escolas que forneceram as informações total ou parcialmente. Por esta razão, os percentuais de resposta serão acrescidos às análises, quando puderem contribuir para a melhor compreensão da realidade.

<sup>5</sup> A apresentação do número aproximado de alunos deve-se ao fato de que, conforme registra a Tabela 2, quatro instituições não informaram este dado na CODAE/2015.

### **3. EIXOS TEMÁTICOS**

Com vistas a facilitar a avaliação dos dados e informações apresentadas no presente relatório, bem como sua comparação aos dados contidos no PME/2012-2022 e respectiva análise frente à adequação ao PNE/2014, contida no PME/2014-2024, optou-se por manter a estrutura dos eixos temáticos, anteriormente adotada, conforme segue.

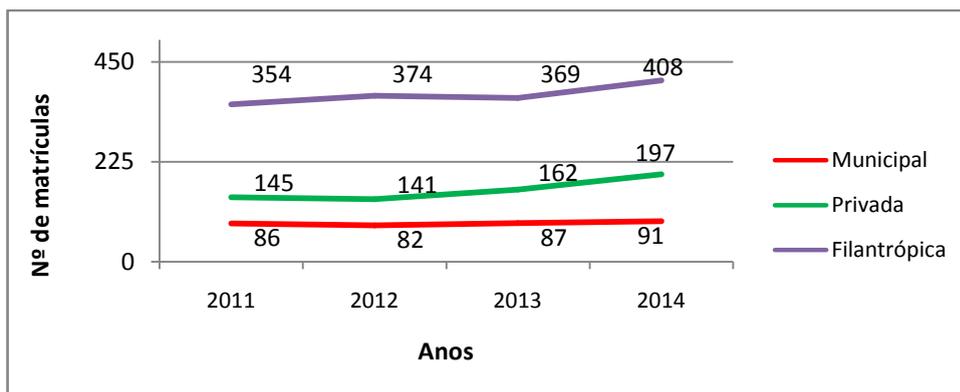
#### **3.1 EDUCAÇÃO INFANTIL**

Foi a partir da CF/88 que a EI passou a constituir um direito de todas as crianças e suas famílias em nosso país. Complementarmente, a Lei 9394/96 estabeleceu a incorporação das Creches às Secretarias de Educação. Decorridos 20 anos da aprovação desta lei, ainda existe demanda de atendimento da Educação Infantil.

Neste sentido, os Planos Municipais de Educação de Cambé - PME/2012-2022 e PME/2014-2024, em consonância com os Planos Nacionais de Educação/2001-2011 e PNE/ 2014-2024, subsidiaram ações, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com vistas ao atendimento da demanda da EI, nos prazos estabelecidos legalmente.

Conforme pode ser observado na Tabela 1, atuavam 37 instituições no âmbito da EI em 2014. Isto representa uma ampliação em relação ao levantamento de 2010, que registrava 35 instituições atuando neste segmento.

Em decorrência, o número de crianças atendidas na EI na faixa etária de 0 a 3 anos passou de 463 em 2010 para 696 em 2014. Ou seja, houve uma ampliação de 233 vagas, ou aproximadamente 50%. Além disto, em 2014, 499 vagas ou 71.7% da demanda foi atendida pela rede pública, o que significa que foram financiadas pelo município, como demonstrado no Gráfico 2.

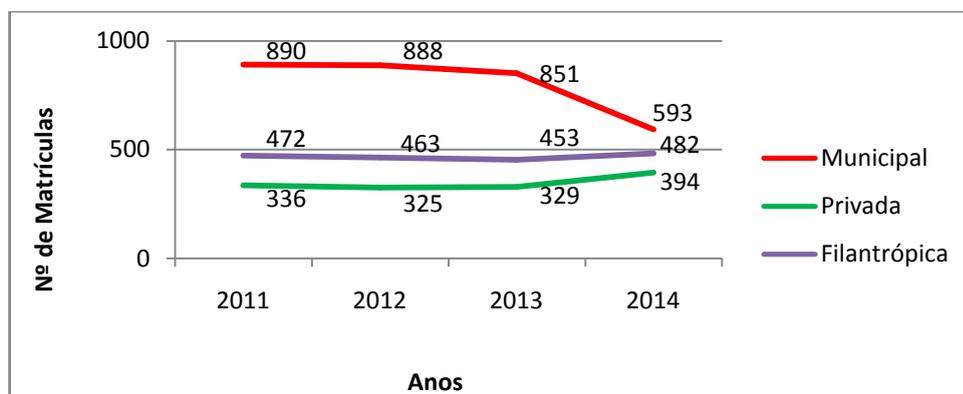


**Gráfico 2 – Matrícula Inicial (0 a 3 anos)/Dependência administrativa.**

Fonte: CODAE/2015.

É possível também observar no gráfico a ampliação do atendimento da demanda, mediante as curvas ascendentes e em progressão contínua durante o período de 2011 a 2014.

Dando seguimento à análise, os dados de matrícula na EI (4 e 5 anos) podem ser visualizados no Gráfico 3, apresentado a seguir:



**Gráfico 3 – Matrícula Inicial (4 e 5 anos)/Dependência Administrativa.**

FONTE: CODAE/2015.

Fica evidente, no gráfico que o número de matrículas na EI (4 e 5 anos) manteve-se relativamente estável no período de 2011 e 2012. Nestes anos, foram atendidas, respectivamente 1698 e 1676 crianças. Em 2013 a população desta faixa etária sofreu uma redução, segundo o censo do IBGE/2010 e, em decorrência o total de crianças atendidas baixou para 1635 e 1469 em 2013 e 2014, respectivamente. Pode-se também observar no gráfico a tendência à convergência das curvas traçadas no ano de 2014.

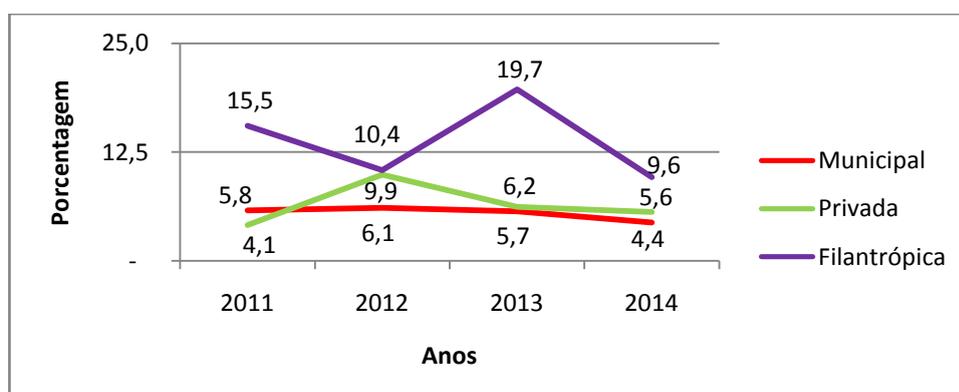
Na apresentação dos dados, optou-se por manter a categoria 'Filantrópica' no Gráfico visando facilitar a compreensão dos dados. Entretanto, cabe lembrar que esta

rede é subvencionada pelo município. Assim, focalizando apenas 2014, foram atendidos 1075 alunos pelo poder público, o que representa 73.2% da demanda atendida.

Outro dado importante a ser considerado, neste nível de ensino, é a demanda reprimida<sup>6</sup>. Conforme levantamento realizado pela SEMED em 2010, esta era de 1.333 vagas, das quais 645 na faixa etária de 0 a 3 anos, e 688 na faixa de 4 a 5 anos. Já, em 2014 esta demanda era de 687 vagas na faixa de 0 a 3 anos e 220 na faixa de 4 a 5 anos. O último levantamento, efetuado em fevereiro de 2016, revelou uma demanda de 992 vagas na faixa etária de 0 a 3 anos. A demanda na faixa de 4 e 5 anos já se encontra totalmente atendida no município, cumprindo ao estabelecido no PNE/2014 e PME/2014-2024.

Por fim, é ainda importante analisar, a taxa de abandono na EI no período considerado. Os gráficos apresentados na sequência auxiliam neste sentido.

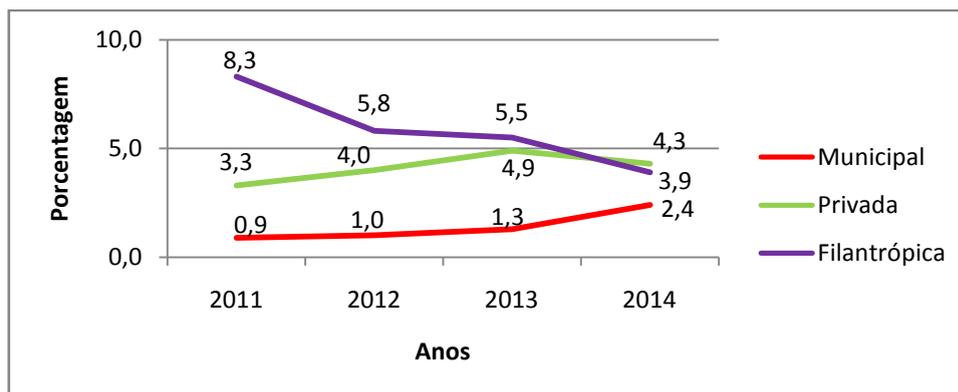
Antes de proceder à análise, cabe destacar que em 2010 a taxa de abandono na EI foi considerada em um único bloco. No intuito de aprimorar o processo de análise, optou-se por separar os dados referentes às duas faixas etárias atendidas neste segmento, tendo em vista que são estabelecidas metas distintas para ambos no PNE e, em decorrência, no PME de Cambé.



**Gráfico 4 – Taxa de abandono (0 a 3anos)/Dependência Administrativa.**

FONTE: CODAE/2015.

<sup>6</sup> A Demanda reprimida é atualizada periodicamente, pela SEMED, com base no número de crianças inscritas nas listas de espera das escolas, portanto, aguardando atendimento.



**Gráfico 5 – Taxa de abandono (4 e 5anos)/Dependência Administrativa.**

FONTE: CODAE/2015.

No Gráfico 4 e 5 observa-se que o abandono alcançou patamares mais elevados na Rede Filantrópica, sendo que na faixa etária de 0 a 3 anos os índices foram bem superiores. De maneira geral o abandono foi menor na faixa etária de 4 a 5 anos em todas as redes.

Pode-se ainda verificar que a Rede Municipal alcançou os menores índices de abandono em todo o período. De maneira complementar, é importante destacar que todas as curvas traçadas registram seus menores valores em 2014, com exceção da Rede Municipal na faixa de 4 a 5 anos, que registrou aumento de 1.1%.

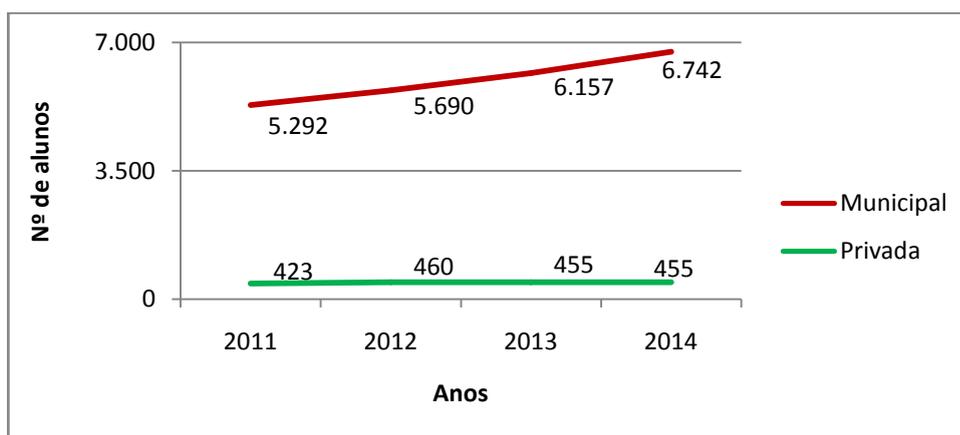
Para finalizar, é possível afirmar que a redução na taxa de abandono na EI reflete maior alcance no cumprimento da Meta 1 do PME/2014-2024, que consiste na universalização do atendimento escolar de 4 e 5 anos até 2016 e atendimento até 2024 a 50% da população de 0 a 3 anos.

### 3.2. ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Iniciando com a análise das matrículas iniciais, cabe esclarecer que em 2012 os dados do Censo Escolar/MEC/INEP 2001 a 2010, foram tomados como referência. Tendo em vista que não ocorreu a atualização dos mesmos, esta avaliação foi subsidiada nos dados obtidos na Coleta de Dados Educacionais – CODAE, realizada em 2015.

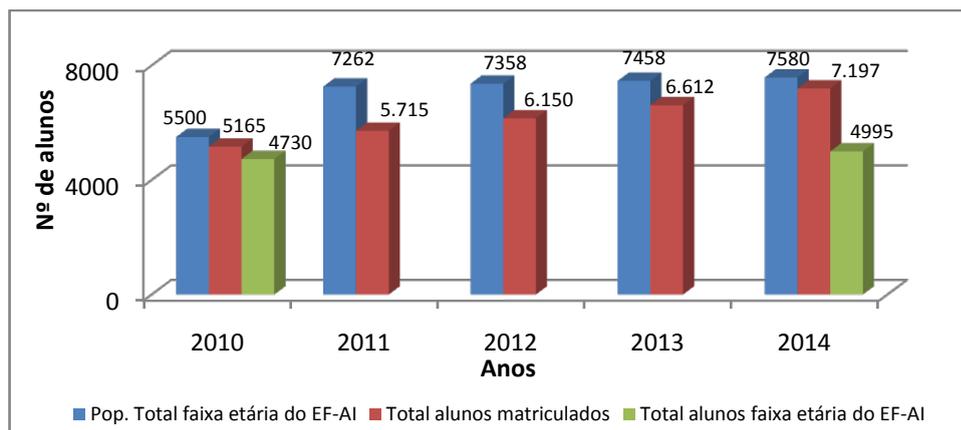
Conforme registra o Gráfico 6, atuaram neste segmento de 2011 a 2014 a Rede Municipal e a Privada. No período anterior, de 2001 a 2010, além destas também atuava no EF a Rede Estadual. Tal fato decorreu da municipalização do EF - Anos Iniciais implantada no país. Ainda em decorrência desta, o estado concentrou sua atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Conforme registra o mesmo gráfico, em 2014 foram atendidas 7.197 matrículas nos anos iniciais do EF, destas 96.8% pela Rede Municipal.



**Gráfico 6 – Matrícula Inicial: Ensino Fundamental - anos iniciais/Dependência Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2015.

A análise do número de matrículas atendidas em relação ao número de crianças existente na população permite-nos avaliar a Taxa de Escolarização neste segmento. O Gráfico 7 contém os dados relacionados à mesma no período de 2010 a 2014.



**Gráfico 7 – Taxa de Escolarização no Ensino Fundamental - anos iniciais.**

FONTE: Estimativa IBGE/2015; IPARDES/2016; CODAE/2012; 2015.

Para a construção deste gráfico optou-se por inserir os dados de 2010, de forma a facilitar a comparação entre 2010 e 2014. Acerca destes dois anos, algumas ressalvas precisam ser feitas:

1. a população atendida no EF em 2010, era da faixa etária de 7 a 10 anos; já, em 2014, a idade foi alterada para 6 a 10 anos, em decorrência da Lei nº 11.274/2006 que dispôs sobre a obrigatoriedade da matrícula no Ensino Fundamental aos seis anos de idade. Evidentemente, a ampliação da faixa etária atendida, resultou em aumento da demanda e número de alunos;
2. o número de alunos da idade adequada ao nível de ensino, foi solicitado apenas em 2010 e 2014. Em 2010 este dado abarcou os alunos da Rede Municipal e Privada. Entretanto, em 2014, apenas os dados da Rede Municipal foram contabilizados, pois os dados da Rede Privada não foram informados.

Tendo em vista que a Rede Privada atendia aproximadamente 455 alunos, a Rede Municipal era responsável por 93.7% da cobertura educacional. Também se pode observar que 74.1% dos alunos da Rede Municipal encontram-se na faixa etária ideal ao segmento. Por outro lado, quando consideramos todos os alunos matriculados em relação à estimativa da população desta faixa etária, o índice de cobertura educacional sobe de 93.9% em 2010 para 94.9% em 2014.

Outros indicadores importantes de serem analisados são: 1) a relação entre o número de crianças atendidas nas escolas e o número de alunos da faixa etária adequada ao segmento educativo e, 2) a relação do número de alunos da faixa etária adequada ao segmento e o total destas na população. Estes são denominados,

respectivamente, Taxa Bruta (TB) e Taxa Líquida (TL). No ano de 2010 foi registrada TB de 1.09 e TL de 0.93, nos anos iniciais do EF. Em 2014 a TB passou para 1.44 e a TL para 0.94. Cabe destacar que, em termos ideais, uma taxa de 1.0 significaria o equilíbrio desejado, ou seja, que toda população estaria sendo atendida na escola na idade ideal ao segmento frequentado.

Entretanto, se considerarmos apenas os dados da Rede Municipal, a Taxa Bruta se alterou para 0.8% e o percentual de alunos na faixa etária adequada para o segmento subiu de 69.4% (em 2010) para 74.1%, em 2014. Sendo assim, fica nítida a importância da obtenção dos dados na sua totalidade e do impacto da ausência dos mesmos para a avaliação da educação do município.

Cabe uma observação adicional, completando esta análise: o número de crianças da população foi “projetado” mediante os dados da “estimativa” do IBGE/2015 e IPARDES/2016. Em decorrência, estes podem não corresponder ao dado real. No entanto, a realização desta projeção foi necessária em função de não terem sido realizados novos censos no âmbito nacional e estadual, conforme mencionado.

Apesar dos aspectos destacados aparentemente apontarem uma fragilidade da avaliação, o gráfico deixa evidente a ampliação da cobertura de vagas e, conseqüentemente, a garantia de acesso ao Ensino Fundamental - anos iniciais no município.

Na sequência, a análise dos indicadores educacionais complementa a apresentação dos dados do EF-AI, referente ao período 2011-2014.

Iniciando pela Taxa de Aprovação o Gráfico 8, permite visualizar as variações registradas no período tanto na Rede Municipal quanto na Privada. Fica evidente que o índice de aprovação na Rede Privada é ligeiramente superior. Entretanto, ambas as redes mantêm certa estabilidade nos resultados alcançados, atingindo níveis de aprovação superiores a 80%.

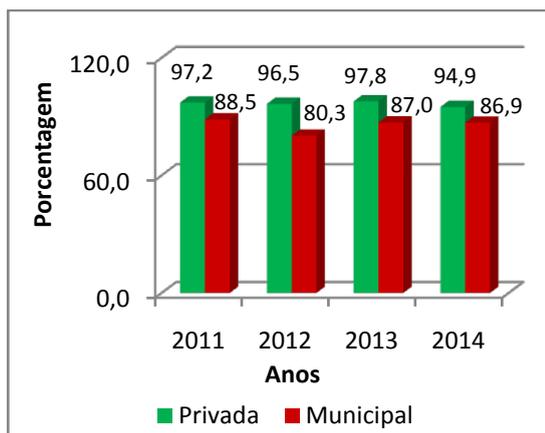


Gráfico 8 – Aprovação no EF – Al/Dep. Administrativa.  
 FONTE: CODAE/2015.

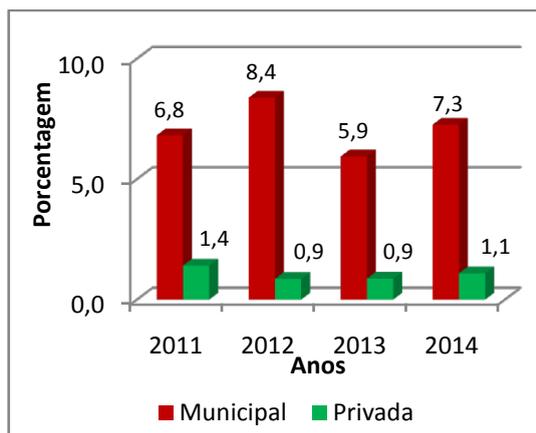


Gráfico 9 – Reprovação/EF – Al/Dep. Administrativa.  
 FONTE: CODAE/2015.

O gráfico 9 apresenta a Reprovação nas duas redes. Conforme pode ser observado, na Rede Privada, os percentuais flutuaram entre 0.9% e 1.4%, finalizando o período com 1.1%. Na Rede Municipal, ocorreu uma oscilação e em 2014 o índice foi de 7.3%.

Dando seguimento, os demais indicadores podem ser visualizados nos Gráficos de 10 a 13. A Taxa de Repetência<sup>7</sup> sofreu um aumento na Rede Municipal conforme registra o Gráfico 10, no período de 2011 a 2013, iniciando um movimento de queda em 2014. Já, na Rede Privada, esta alcançou percentuais inferiores a 1% em todo o período. A título de inferência, o movimento registrado na Rede Municipal reflete os impactos do processo de municipalização do EF - Al, e a decorrente absorção dos alunos da Rede Estadual, que deixou de atuar neste segmento. Sendo assim, vislumbra-se uma tendência à acomodação e retomada da redução deste índice no futuro.

<sup>7</sup> A Taxa de Repetência registra os alunos que cursam o mesmo ano letivo cursado anteriormente.

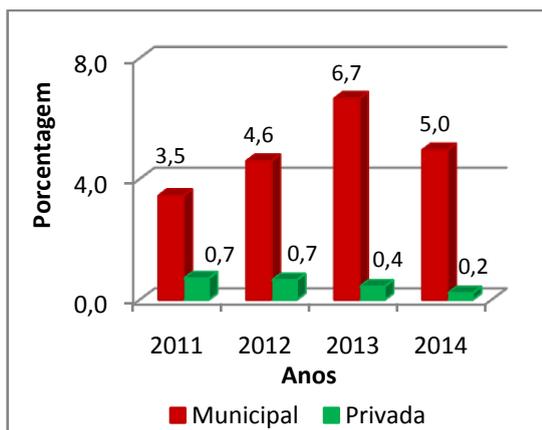


Gráfico 10 – Repetência no EF – AI/Dep. Administrativa.  
FONTE: CODAE/2015.

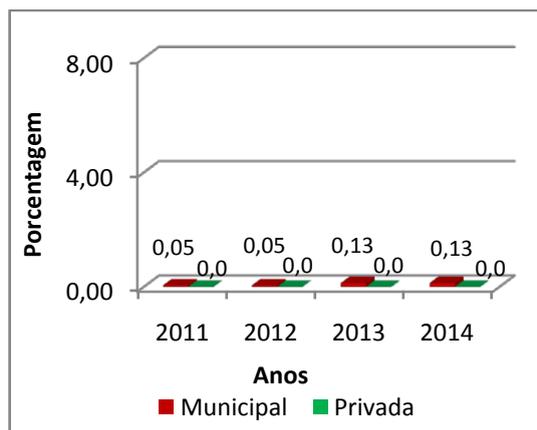


Gráfico 11 – Abandono/EF – AI/Dep. Administrativa.  
FONTE: CODAE/2015.

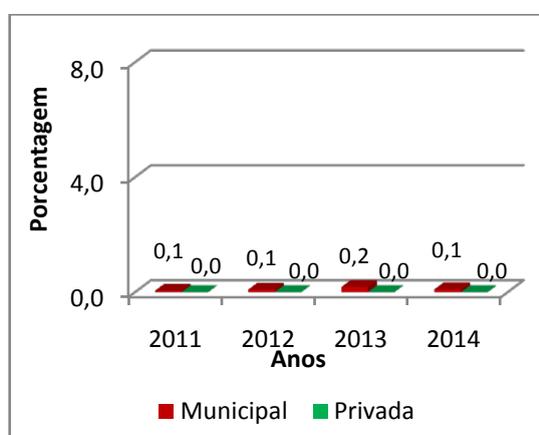


Gráfico 12 – Evasão /EF – AI/Dep. Administrativa.  
FONTE: CODAE/2015.

O Gráfico 11 e 12 trazem a Taxa de Abandono e Evasão, respectivamente. Em ambas, podemos observar patamares inferiores a 1% nas duas redes de ensino.

Completa a apresentação e análise dos indicadores educacionais, a comparação dos indicadores educacionais do município, apresentada no Gráfico 13.

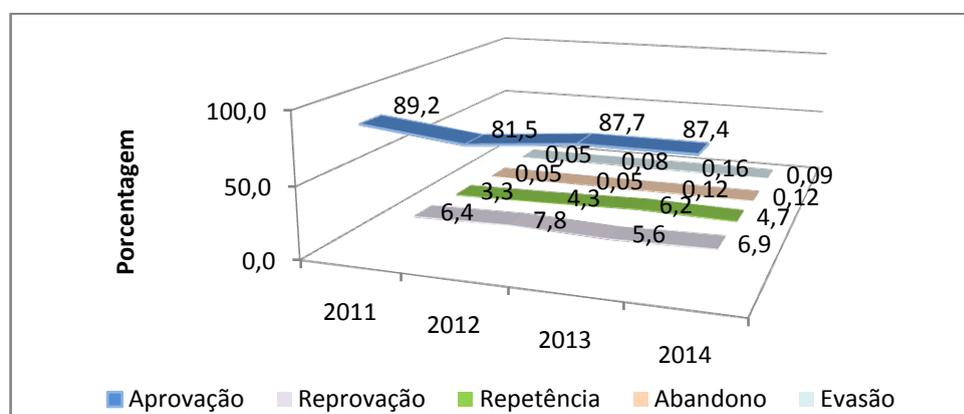
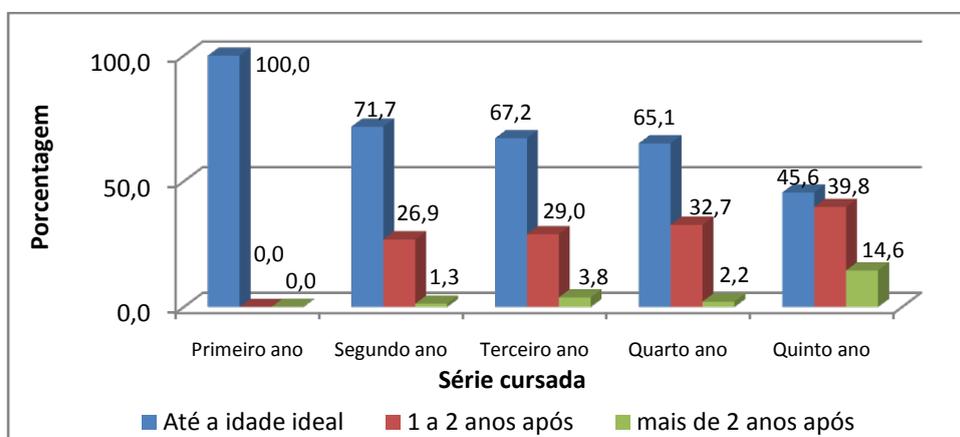


Gráfico 13 – Indicadores Educacionais/EF – Anos Iniciais do Município (2011-2014).  
FONTE: CODAE/2015.

Fica evidente a predominância de índices próximos a 90% de aprovação, no período, bem como os baixos níveis de evasão e abandono no Ensino Fundamental – AI.

Por fim, a distorção Idade-série, possível de ser analisada, pode ser observada no Gráfico 14. Os dados referem-se apenas à Rede Municipal no ano de 2014, que correspondem a 93.7% do total. Tal fato deveu-se a que apenas uma escola da Rede Privada forneceu tais dados, e assim, optou-se por não inseri-los uma vez que o dado não seria representativo do universo avaliado. Considera-se que esta lacuna precisa ser suprida nas avaliações futuras.



**Gráfico 14 – Distorção Idade-série/EF – Anos Iniciais/REDE MUNICIPAL, 2014.**

FONTE: CODAE/2015.

Conforme registra o gráfico, a Distorção Idade-série não se manifesta no 1º ano. Tal fato decorre da Promoção Automática dos alunos do 1º para o 2º ano. No entanto, do 2º ao 5º ano fica evidente a redução do número de alunos da faixa etária adequada à série. Em decorrência, também pode ser observada a ampliação do número de alunos acima da idade adequada à série, a partir do segundo ano.

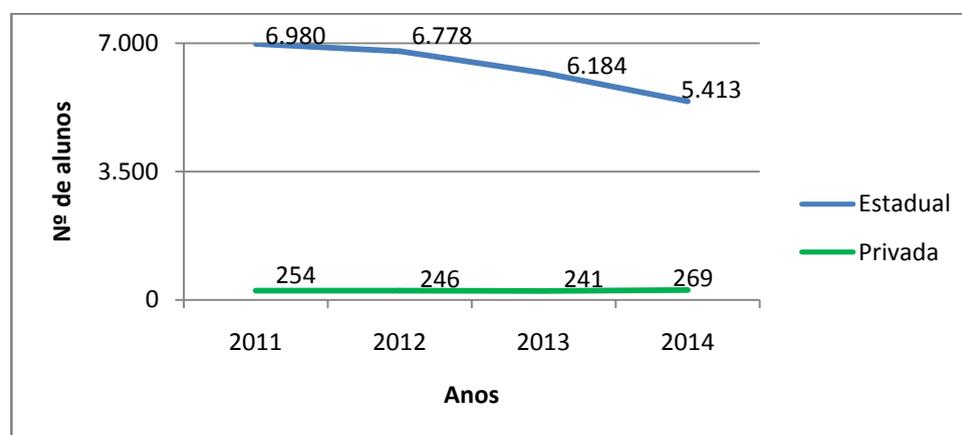
A análise da cobertura educacional e dos indicadores educacionais, realizada anteriormente, evidencia os reflexos dos investimentos na expansão e aprimoramento da rede pública, bem como na capacitação dos docentes e funcionários, conforme estabelecido respectivamente, no PNE e PME/2014-2024.

### 3.3 ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

O Ensino Fundamental – Anos Finais é responsabilidade do Estado segundo a Lei nº 9394/96, sendo que também atua neste a iniciativa privada. Em 2014 onze escolas públicas e uma privada atendiam a este segmento. Destas, nove responderam totalmente à pesquisa e três escolas públicas responderam-na parcialmente.

Embora o município não seja diretamente responsável por este nível de ensino, conforme recomendação legal, o acompanhamento e monitoramento deste (assim como dos demais níveis de ensino) é competência das Secretarias Municipais de Educação e dos Conselhos Municipais de Educação - CME. Assim sendo, a presente avaliação objetiva contribuir para que o CMEC e a SEMED possam realizar as ações que lhes competem.

As matrículas iniciais deste segmento, no período de 2011 a 2014, foram tomadas como ponto de partida para a presente análise. O Gráfico 15 permite a visualização das mesmas.



**Gráfico 15 – Matrícula Inicial no EF - Anos Finais/Dependência Administrativa.**

FORNTE: CODAE/2015.

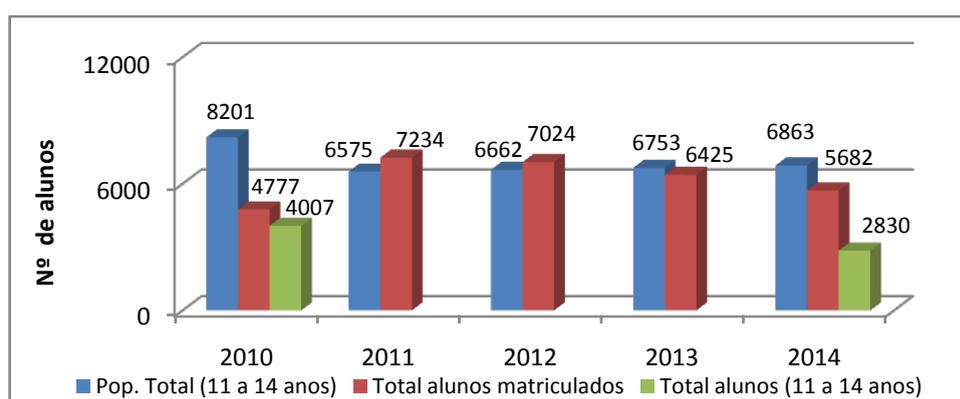
Comparando-se os dados acima com os registrados de 2001 a 2010, observou-se uma redução de aproximadamente 22% no número de matrículas no EF – Anos Finais. Também pode ser observado que, a exemplo do que ocorreu naquele período, a demanda da Rede Privada manteve-se relativamente estável e atingiu patamares bem menores que a da Rede Estadual. Assim, a redução do número de matrículas ocorreu na Rede Estadual, registrando uma diminuição gradual no decorrer do período. Cabe

destacar que uma escola pública não forneceu seus dados de matrícula, por esta razão, os dados são uma aproximação da realidade.

Os dados do IBGE registraram uma redução da população desta faixa etária no período. Entretanto, uma análise mais cuidadosa dos indicadores educacionais permitirá refletir se esta é a única explicação para tal fato.

A Taxa de Escolarização pode ser observada no Gráfico 16. A primeira coluna refere-se ao total de jovens da faixa etária de 11-14 anos na população do município. Em 2010, este dado foi extraído do IBGE/2010. Para os demais anos, realizou-se uma “estimativa” com base no censo do IBGE/2010, na estimativa do IBGE/2015 e no IPARDES/2016<sup>8</sup>. Já, os números de matrícula foram obtidos, junto às escolas, mediante a Coleta de Dados Educacionais - CODAE/2015.

Importante enfatizar que, a utilização de “projeção” do número de jovens, já mencionada, permite apenas a leitura aproximada da realidade. Entretanto, dada à relevância desta análise, espera-se que a periodicidade de “realização dos censos” oficiais seja alinhada às das avaliações recomendadas pelos diferentes âmbitos governamentais. Além disto, espera-se que se realizem ações visando garantir o fornecimento dos dados por “todas” as instituições, permitindo uma avaliação mais fidedigna da realidade. No entanto, mesmo com tais limitadores, pode-se fazer uma leitura interessante da taxa de escolarização no EF - Anos Finais.



**Gráfico 16 – Taxa de Escolarização no EF - Anos Finais.**

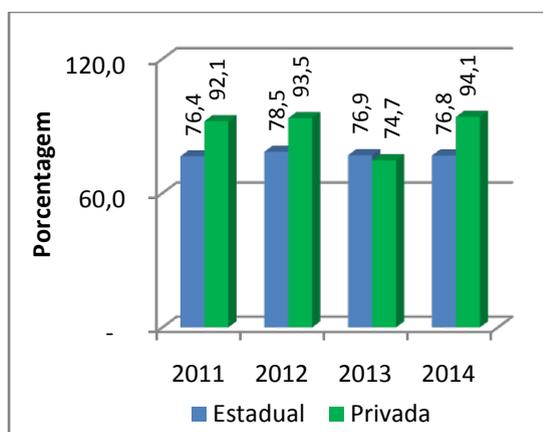
FONTE: CODAE/2015.

<sup>8</sup> É relevante destacar que a estimativa do número de jovens da população foi menor que o número de alunos matriculados, no ano de 2012 e 2013, segundo informaram as escolas que responderam à pesquisa, em 2012 e 2013.

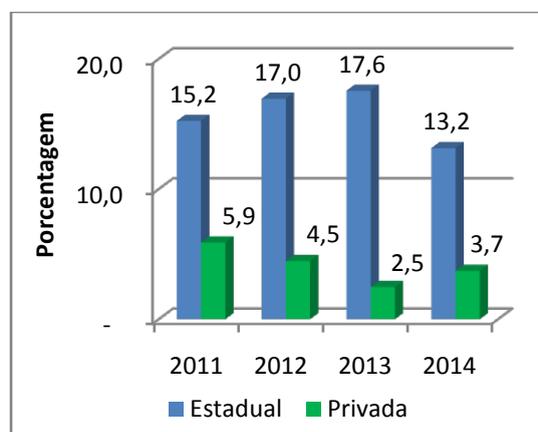
O número de alunos na faixa etária adequada ao segmento analisado foi solicitado apenas em 2010 e 2014. Comparando-se tais dados, em 2010 do total de 8.201 jovens do município, foram atendidos 58.2% no EF – AF, dos quais 83.9% encontravam-se na idade adequada. Observa-se que estes dados sofreram uma mudança significativa, pois em 2014 houve redução para 6.863 jovens, 82.8% destes estavam matriculados nos anos finais do EF, sendo 49.8% com idade entre 11 e 14 anos. Isto significa que houve uma ampliação de aproximadamente 16% para 50% no percentual de alunos fora da faixa etária neste segmento educativo. Mediante tais dados, a alteração da Taxa Bruta<sup>9</sup> e da Taxa Líquida<sup>10</sup> de 2010 para 2014 foi, respectivamente, de 1.19 e 0.58 para 2.01 e 0.82.

Convém lembrar que os dados não correspondem à totalidade das escolas. No entanto, as tendências por eles apontadas sugerem a urgência de ações visando à conscientização de todas as escolas acerca da importância de participar das pesquisas realizadas no âmbito do município.

Os dados relacionados aos demais indicadores educacionais dos anos finais do EF podem ser visualizados nos Gráficos de 17 a 22, apresentados a seguir:



**Gráfico 17 – Aprovação EF – AF/D. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2015.



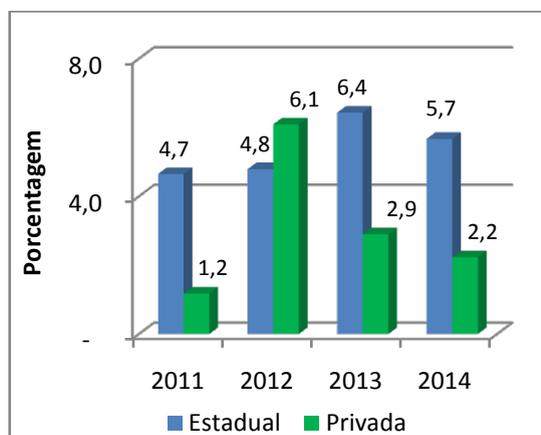
**Gráfico 18 – Reprovação EF – AF/D. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2015.

A taxa de aprovação manteve-se relativamente estável nas duas redes de ensino durante o período, com exceção do ano de 2013 na rede privada. Em contraposição, a reprovação registrou patamares mais elevados em 2012 e 2013 na Rede Estadual,

<sup>9</sup> Taxa Bruta é a razão entre alunos matriculados e alunos da faixa etária adequada.

<sup>10</sup> Taxa Líquida é a razão entre alunos da faixa etária adequada e jovens da população na mesma idade.

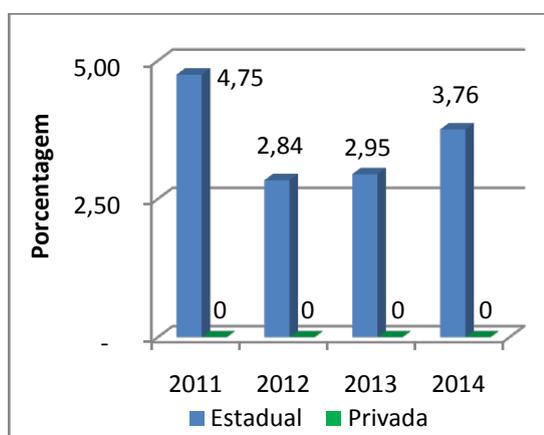
diminuindo para 13.2% em 2014. Já na Rede Privada, esta reduziu gradualmente de 2011 a 2013 e ampliou em 2014. Além disso, observa-se uma diferença significativa nos percentuais alcançados por ambas as redes.



**Gráfico 19 – Repetência EF - AF/D. Administrativa.**

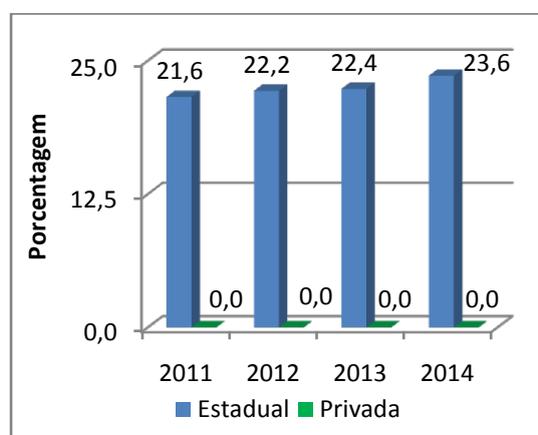
FONTE: CODAE/2015.

Com relação à Repetência, a Rede Pública registrou percentuais 100% mais elevados que a Rede Privada, com exceção do ano de 2012. Comparando-se estes dados com os do período anterior, ou seja, 2001-2010 houve uma redução significativa dos índices, uma vez que em 2010 a repetência no município atingiu o patamar de 13.7% e, em 2014 diminuiu para 3.9%. Embora estes dados sejam extremamente favoráveis, é necessário investigar o que eles refletem, ou seja, se a melhoria da qualidade da educação ou simplesmente o não retorno dos alunos que reprovaram à escola.



**Gráfico 20 – Abandono EF - AF/D. Administrativa.**

FONTE: CODAE/2015.



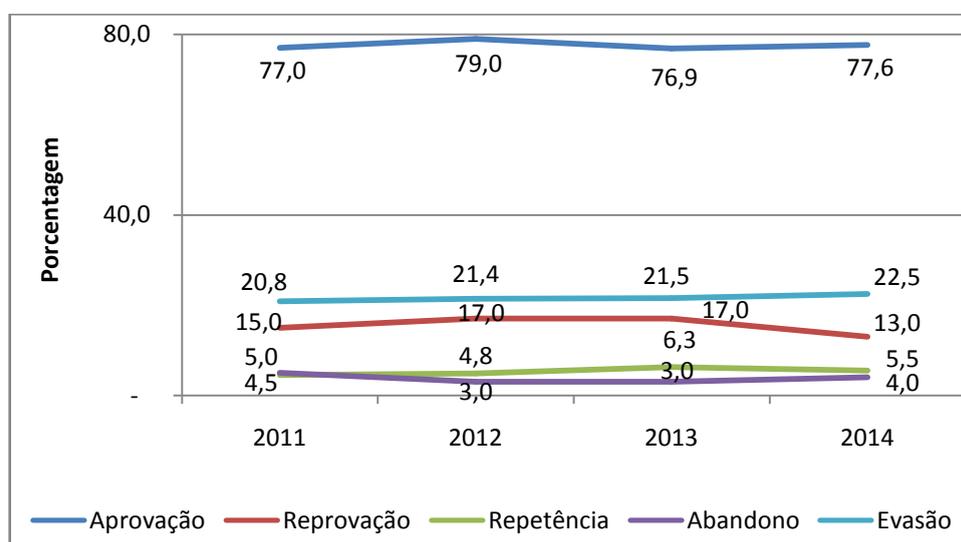
**Gráfico 21 – Evasão EF - AF/D. Administrativa.**

FONTE: CODAE/2015.

Por sua vez, as Taxas de abandono e evasão foram registradas apenas na Rede Estadual. Nela o abandono apresentou uma redução em 2012 e 2013 e voltou a se elevar em 2014, porém alcançou índices inferiores aos do início do período analisado. Já a evasão revela um pequeno aumento ao longo do período, chegando em 2014 a 23.6%.

Considerando que a evasão passou de 4.1% em 2010 para 22.5% em 2014, podemos inferir que a reprovação ao não resultar em aumento da repetência, converteu-se em abandono e evasão escolar. Novamente cabe ressaltar que uma escola não informou seus dados na CODAE/2015. Assim, os dados são uma aproximação do real. O fato do abandono e evasão terem sido registrados apenas na Rede Estadual permite afirmar que a realização de ações no sentido de enfrentamento do problema compete apenas à Rede Pública.

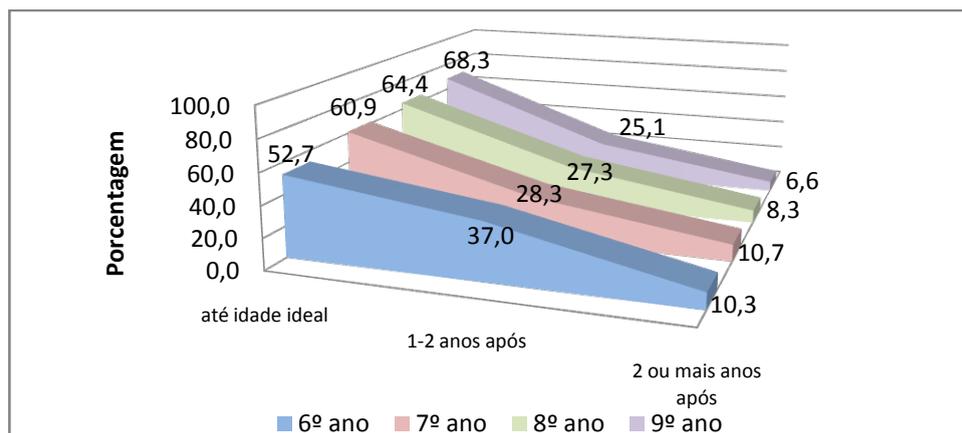
Na sequência, o Gráfico 22 permite visualizar os Indicadores Educacionais do município, ou seja, aqueles alcançados quando consideramos, conjuntamente, o desempenho das duas redes que atuam no segmento. As curvas traçadas em todos os anos sustentam o argumento da reversão dos índices de reprovação em abandono e evasão.



**Gráfico 22 – Indicadores Educacionais do EF - Anos Finais.**

FONTE: CODAE/2015.

Finaliza a apresentação dos dados relacionados aos anos finais do EF a Distorção Idade-Série, conforme segue:



**Gráfico 23 – Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental – Anos Finais/2014.**

FONTE: CODAE/2015.

Conforme se observa no Gráfico acima houve, em 2014, um aumento gradual no número de alunos que se encontram na faixa etária adequada ao segmento quando comparadas as diferentes séries. Os percentuais sobem de 52.7% no 6º ano, para 68.3% no 9º ano. Também fica evidente, a porcentagem mais elevada dos alunos com 1-2 anos após a idade ideal, em relação aos que possuem acima de dois anos após a idade ideal.

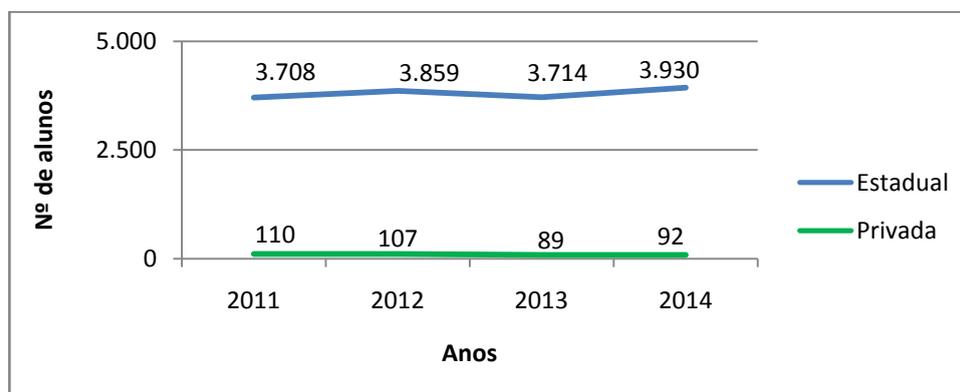
Convém destacar que a comparação dos dados obtidos nos dois períodos, ou seja, 2001-2010 e 2011-2014 permite verificar um aumento significativo no número de alunos matriculados. Tal fato deve-se a que 85.7% das escolas informaram seus dados na CODAE em 2011 enquanto em 2015 este percentual subiu para 92.3%. Além deste fato, em 2010 o número de alunos contabilizado foi extraído do censo do IBGE e, portanto correspondia a um dado real. No entanto, conforme já mencionado, como os censos não foram atualizados, trabalhou-se em 2014, com a “estimativa” do crescimento populacional do IBGE/2015 e, para efeito de cálculo da população em cada faixa etária, efetuou-se uma projeção com base nesta mesma estimativa e no IPARDES/2016. A redução da população no IBGE refletiu na estimativa para menos, conforme mencionado anteriormente. Este procedimento foi adotado para o Ensino Fundamental e Médio, visando possibilitar o cálculo dos indicadores educacionais que necessitavam desta informação.

### 3.4 ENSINO MÉDIO

De modo semelhante ao observado nos anos finais do EF, também no Ensino Médio evidenciou-se um aumento significativo no número de matrículas na CODAE/2015 em relação à CODAE/2011. Tal fato deve-se a que 73.3% das escolas do segmento informaram seus dados em 2011 em contraposição a 81.8% em 2015.

Conforme dispõe a CF/88 e a Lei 9394/96 o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, é responsabilidade dos Estados da federação. Sendo assim, a exemplo do que ocorre com o EF – AF compete aos municípios, por meio dos respectivos Conselhos Municipais de Educação e Secretarias Municipais de Educação, monitorar e zelar para que a demanda seja atendida e o trabalho desenvolvido tenha a qualidade almejada.

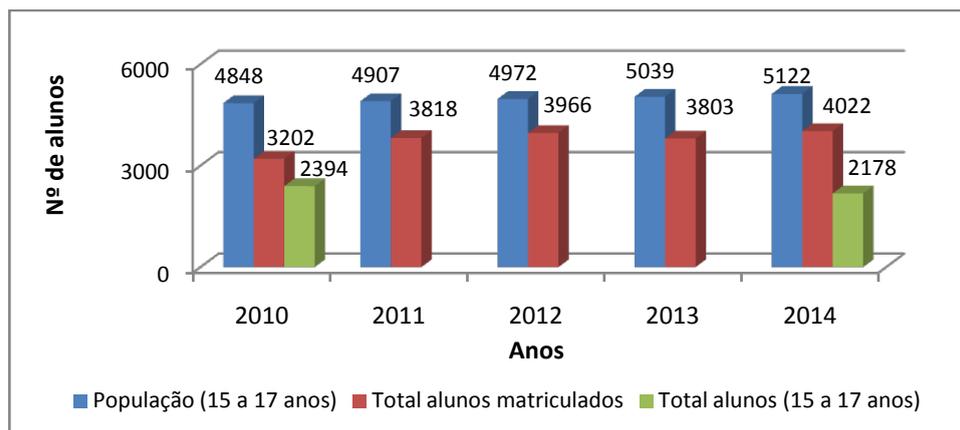
No intuito de contribuir para estes objetivos, os dados levantados acerca deste segmento na CODAE/2015 serão apresentados, começando pelas matrículas iniciais e taxa de escolarização no período 2011-2014, mediante os Gráficos 24 e 25.



**Gráfico 24 – Matrícula Inicial no Ensino Médio/Dependência Administrativa.**

FONTE: CODAE/2015.

No período considerado, 10(dez) escolas atendiam a este segmento no município: 8(oito) públicas e 2(duas) privadas. Duas destas, uma privada e uma pública, não forneceram suas informações na pesquisa. Assim, os dados abaixo contemplam quase a totalidade do universo abarcado. Conforme demonstrado no Gráfico 24, o Estado respondia, em 2014, por 97.7% do atendimento no Ensino Médio.



**Gráfico 25 – Taxa de Escolarização no Ensino Médio.**

FONTES: CODAE/2015; Estimativa com base no IBGE/2015 e IPARDES/2016.

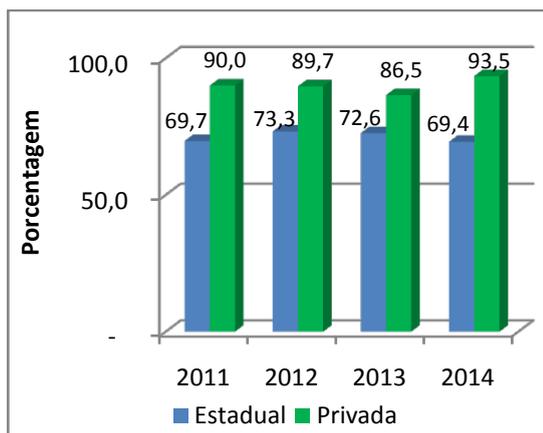
No que concerne à taxa de escolarização, registrada no Gráfico 25, a população total de 15-17 anos representada na primeira coluna de 2011 a 2014, foi “estimada” com base no IBGE/2015 e IPARDES/2016. Cabe destacar que um número significativo de jovens frequenta escolas em Londrina, dada a proximidade das duas cidades.

No gráfico pode ser observado um aumento gradual no número de jovens matriculados na cidade, neste período. Por outro lado, a comparação entre os dados obtidos em 2010 e 2014 evidenciou a diminuição do número de alunos na idade ideal, que atingiu 74.8% em 2010 e 54.1% em 2014, comprovando o aumento da distorção idade-série.

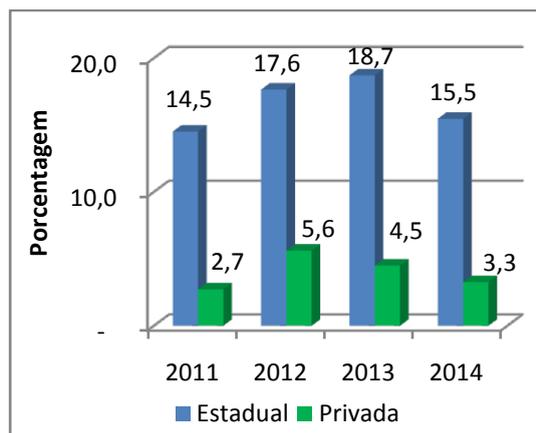
Mediante tais dados, obteve-se a Taxa Bruta de 1.8 e Taxa Líquida<sup>11</sup> de 0.8 em 2014 em contraposição a 1.3 e 0.6, respectivamente, em 2010.

A análise do número de alunos matriculados em cada série revelou que no EM 42.9% cursavam a primeira série, 31.6% a segunda e 25.5% a terceira. Na sequência, a análise dos demais indicadores educacionais do segmento estão contidos nos Gráficos de 26 a 30.

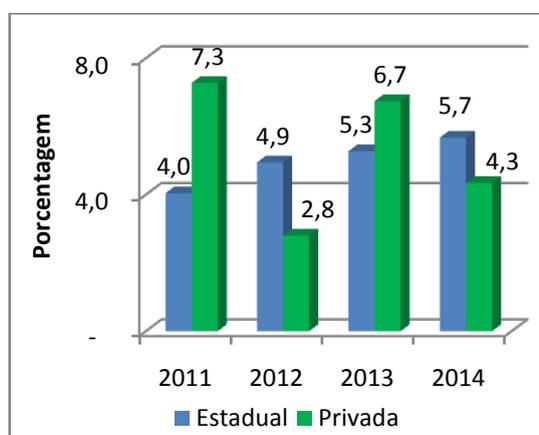
<sup>11</sup> Conforme mencionado na seção anterior, a Taxa Bruta consiste no número de alunos matriculados/alunos de 15 a 17 anos e, a Taxa Líquida no número de alunos de 15 a 17/jovens da população, da mesma faixa etária.



**Gráfico 26 – Aprovação EM/Dep. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2015.



**Gráfico 27 – Reprovação EM/Dep. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2015.

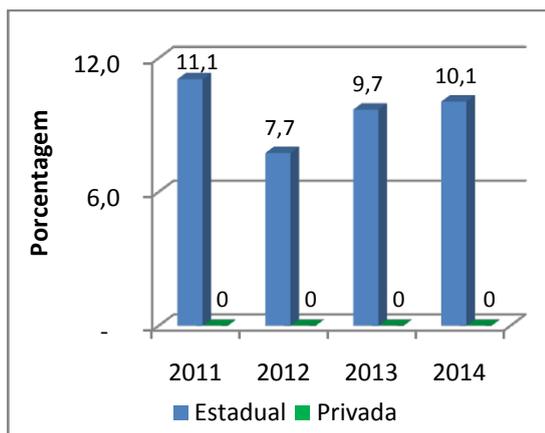


**Gráfico 28 – Repetência EM/Dep. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2015.

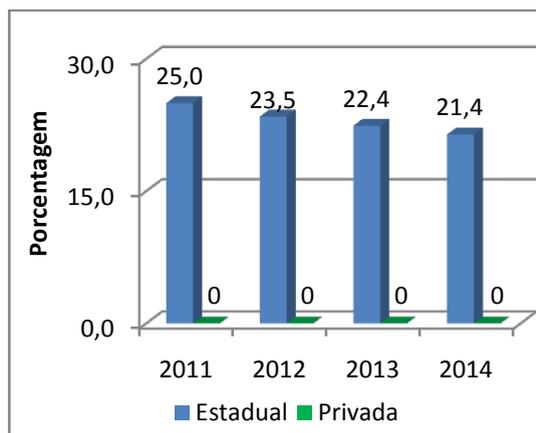
Segundo o Gráfico 26, de modo semelhante ao EF-AF, o Ensino Médio registra Taxas de Aprovação mais elevadas na Rede Privada no período 2011-2014. Em decorrência, registra Taxas de Reprovação e Repetência mais elevadas na Rede Pública, no mesmo período.

Considerando-se os dados informados na pesquisa, em 2014 os percentuais de reprovação, aprovação e repetência do município foram, respectivamente, 15.2%, 69.4% e 5.7%.

No que se refere à evasão e abandono escolar, das duas escolas privadas que atendem ao segmento, apenas uma respondeu à pesquisa. Por sua vez, esta não registrou ocorrência destes dois indicadores. Sendo assim, apenas a rede pública precisa se mobilizar para resolver estes problemas, conforme os gráficos que seguem.

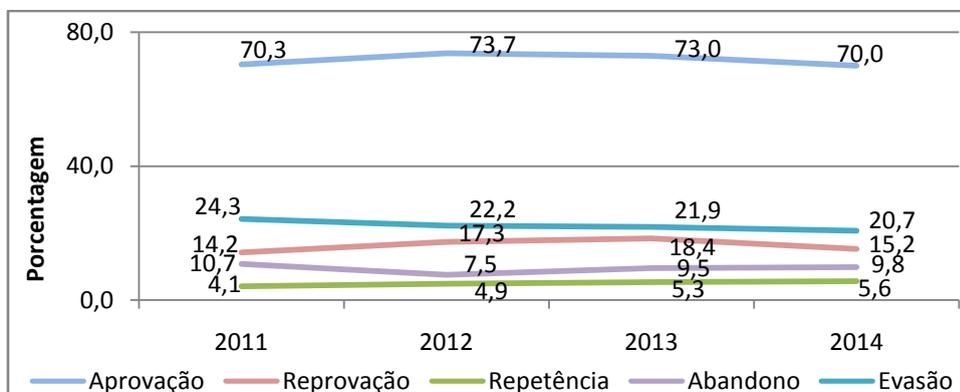


**Gráfico 29 – Abandono EM/Dep. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2015.

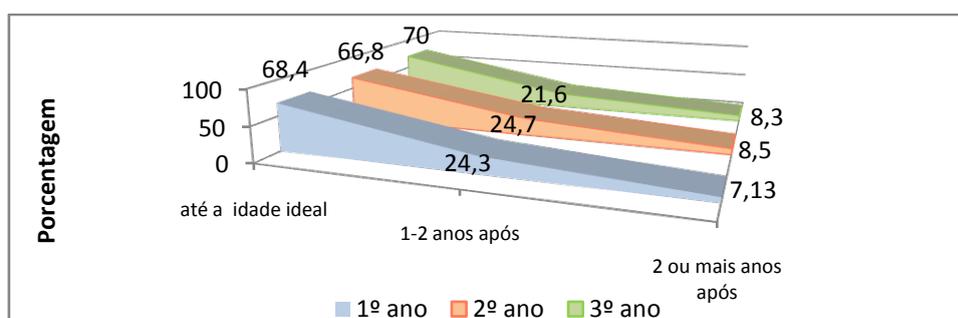


**Gráfico 30 – Evasão EM/Dep. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2015.

Em complementação à análise do conjunto dos indicadores educacionais, o Gráfico 31, apresentado na sequência, permite concluir que também no Ensino Médio, a reprovação não tem resultado em repetência, ou seja, no retorno dos alunos à série anteriormente cursada. Ao contrário, também aqui ela parece estar revertendo em abandono e evasão escolar. Esta afirmação é corroborada e complementada pelos dados do Gráfico 32 que apresenta a Distorção Idade-Série do EM de 2011 a 2014.



**Gráfico 31 – Indicadores Educacionais do Ensino Médio no Município.**  
 FONTE: CODAE/2015.



**Gráfico 32 – Taxa de Distorção Idade-série no Ensino Médio – Rede Estadual/2014**  
 FONTE: CODAE/2015.

Também fica evidente no Gráfico 32 que, em 2014, o percentual de alunos matriculados na idade ideal era maior no terceiro ano. Além disto, a porcentagem de alunos com maior distorção idade-série era significativamente menor nas três séries do EM do que a de alunos que apresentavam menor distorção. Por fim, no que se refere à distorção idade-série, a Rede Privada não informou sua ocorrência em 2014.

### 3.5 ENSINO SUPERIOR

Em conformidade com a Lei nº 9394/96, a Educação Superior tem como finalidade a formação de profissionais habilitados para atuarem nas diferentes áreas e campos de conhecimento, bem como intervirem frente aos problemas existentes nos distintos contextos e realidades em que se inserem.

A exemplo do que ocorre com as etapas finais da Educação Básica, é competência da Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação, frente a este nível de ensino, o acompanhamento e monitoramento do trabalho desenvolvido, visando ao atendimento da demanda, com a qualidade social almejada.

Importante considerar que dada a localização geográfica do município e a forma como se realizam os processos de seleção nas Instituições de Ensino Superior - IES, parcela significativa dos jovens do município frequentam universidades e faculdades em outras cidades.

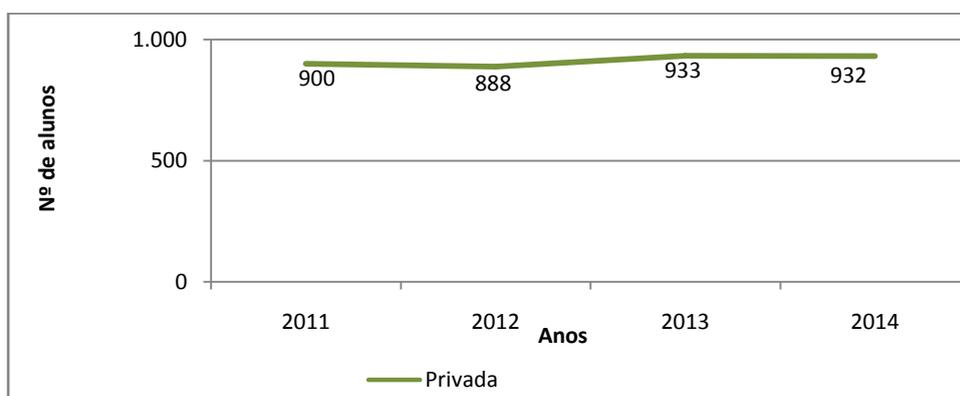
Em decorrência, atuavam no ES no município, em 2014, 2(duas) IES privadas, sendo uma de ensino presencial e uma de Educação à Distância – EaD. Tendo em vista que apenas uma forneceu os dados na pesquisa, o que corresponde a 50% destas, os dados abaixo registram estas informações.

No período de 2011 a 2014 a IES oferecia 03(três) cursos de graduação e 11(onze) de pós-graduação, *lato-sensu*, conforme apresenta a Tabela 3, a seguir:

**TABELA 3 – Cursos ofertados pelo Instituto Catuaí de Ensino Superior – ICES.**

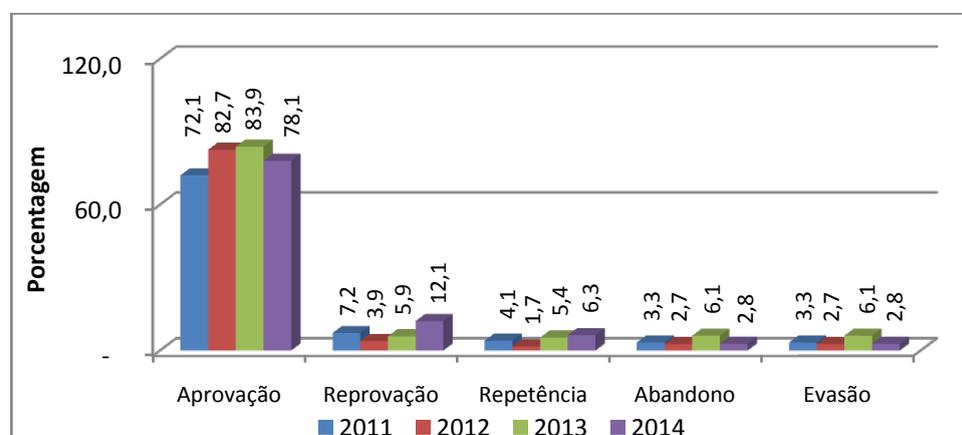
<i>Cursos de Graduação</i>	<i>Cursos de Pós-Graduação</i>
Administração	Gestão de Negócios Gestão do Ambiente Empresarial Gestão Estratégica de Negócios Gestão Estratégica de Pessoas Logística e Gestão Industrial
Direito	Direito empresarial
Pedagogia	Educação Infantil Gestão Escolar Educação Especial Pedagogia Empresarial Psicopedagogia Institucional e Clínica

Os cursos ofertados eram presenciais e atendiam, segundo o registro das matrículas iniciais demonstrado no Gráfico 33, o número de alunos:

**Gráfico 33 – Matrícula Inicial no Ensino Superior.**

FORNTE: CODAE/2015.

Observa-se, no Gráfico, certa estabilidade no número de matrículas da instituição, bem como no Gráfico 34, na sequência, os indicadores educacionais registrados no período considerado.

**Gráfico 34 – Indicadores Educacionais do Ensino Superior.**

FORNTE: CODAE/2015.

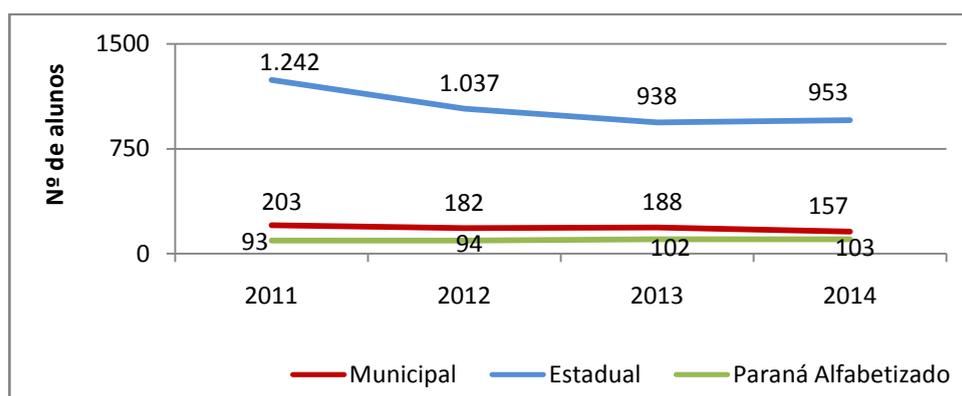
De acordo com o Gráfico 34, de 2011 a 2013 a repetência, o abandono e a evasão registraram percentuais relativamente próximos. Por sua vez, em 2014 o índice de reprovação alcançou um pico de 12.1%. Necessário observar que a aprovação, reprovação, repetência, abandono e evasão são registrados ao final de cada ano letivo, e, em especial, a reprovação de um dado ano, reflete diretamente na repetência, abandono e evasão do ano seguinte.

Entretanto, isto não ocorre de forma linear e os reflexos da reprovação de um dado ano podem se acumular e estender pelos anos seguintes. Desta forma, dado o grau de complexidade da relação dos indicadores entre si, os desdobramentos reais desta só podem ser compreendidos mediante investigação direta em cada contexto.

### 3.6 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A EJA – Ensino Fundamental – Fase I, ofertada no período noturno, na modalidade presencial e em regime de etapas compostas pela áreas de conhecimento da Base Nacional Comum é responsabilidade do município. Já a EJA – Fase II é responsabilidade da rede estadual e organizada em blocos por disciplina, conforme detalhado no PME.

As matrículas na EJA no período de 2011 a 2014 constam no Gráfico 35.



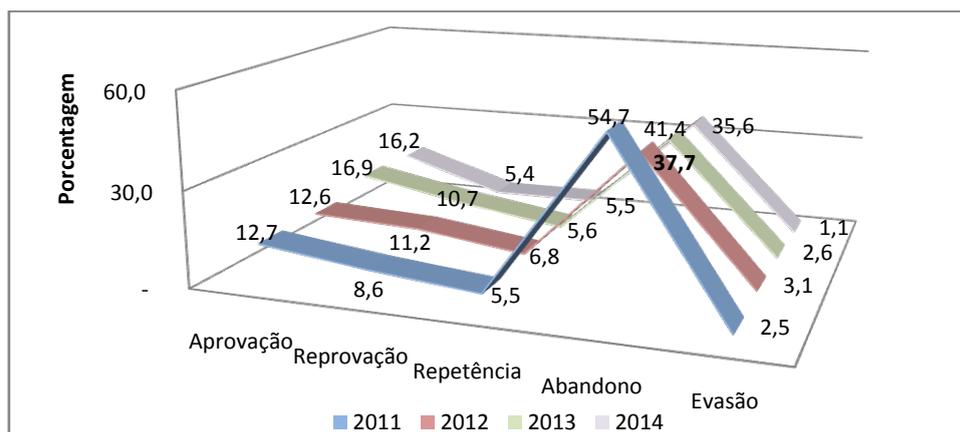
**Gráfico 35 – EJA: Matrícula Inicial por Dependência administrativa.**

FORTE: CODAE/2015.

Como demonstra o gráfico, a Rede Estadual atendeu no período, o maior número de alunos da EJA. Em 2014, o CEEBEJA atendeu a 78.6% dos alunos, enquanto o município atendeu 12.9% e o programa Paraná Alfabetizado 8.5%. Cabe explicitar que, optou-se

por inserir no gráfico os alunos do programa Paraná Alfabetizado, que contava com a participação de professores voluntários, mediante recebimento de uma bolsa de valor ‘simbólico’, portanto sem vínculo empregatício com o Estado, visando registrar o fato de que aquela ação efetivamente ocorreu no município.

Os indicadores educacionais da EJA podem ser observados no Gráfico 36, a seguir:



**Gráfico 36 – EJA: Indicadores Educacionais no Município.**

FONTE: CODAE/2015.

De acordo com o gráfico acima, ao contrário do observado nos demais níveis de ensino, a EJA registra baixos percentuais de aprovação e altos percentuais de abandono. Um aprofundamento da análise dos indicadores da EJA do município requer considerar algumas nuances importantes do registro dos dados.

A Aprovação e o Abandono foram informados pelas três “redes” que atuaram no segmento, portanto, correspondem aos dados globais do município. Já os dados referentes à reprovação, repetência e evasão, foram informados apenas pela Rede Municipal. Sendo assim, quando refazemos tais cálculos considerando apenas o número de alunos da referida rede, os percentuais se elevam.

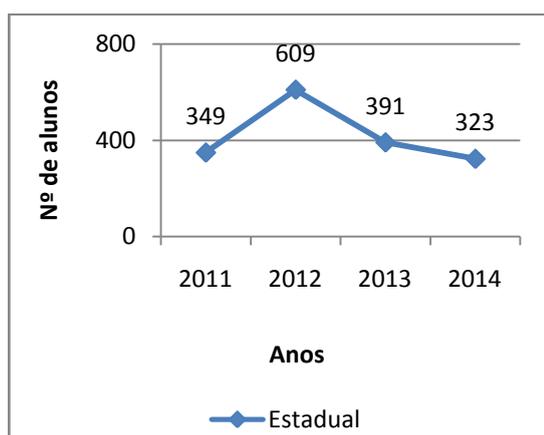
A título de ilustração, quando calculamos os indicadores da EJA Municipal no ano de 2014, obtemos os percentuais: Aprovação 15.3%, Reprovação 42%, Repetência 42.7%, Abandono 30.6% e Evasão 8.3%.

Por fim, cabe observar as razões por que a Rede Estadual informou apenas os dados relacionados à aprovação e ao abandono. Conforme justificativa, as disciplinas são organizadas em blocos, e apenas quando o aluno conclui todos os blocos sua aprovação

é considerada. Desta forma, só é registrada sua aprovação ao final de todas as disciplinas ou o abandono, quando ele desiste ao longo deste processo.

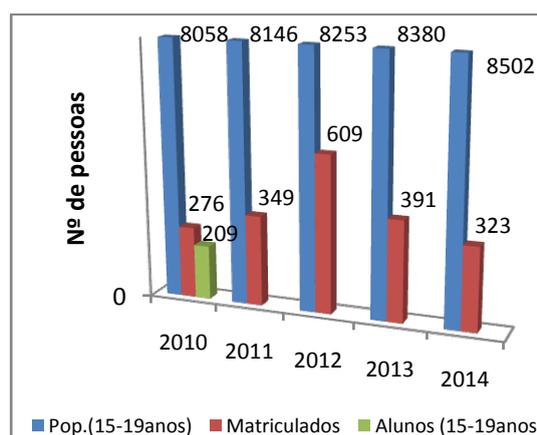
### 3.7 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica – EPT é realizada por 1(uma) escola estadual, e encerrou 2010 com 276 alunos no município. Em 2011 houve um crescimento de 26% no número de alunos e em 2012 ocorreu um novo aumento, de aproximadamente, 74.5%. Também se observa que nos dois anos seguintes o número de alunos matriculados diminuiu, conforme ilustra o Gráfico 37.



**Gráfico 37 – EPT: Matrícula Inicial.**

FONTE: CODAE/2015.



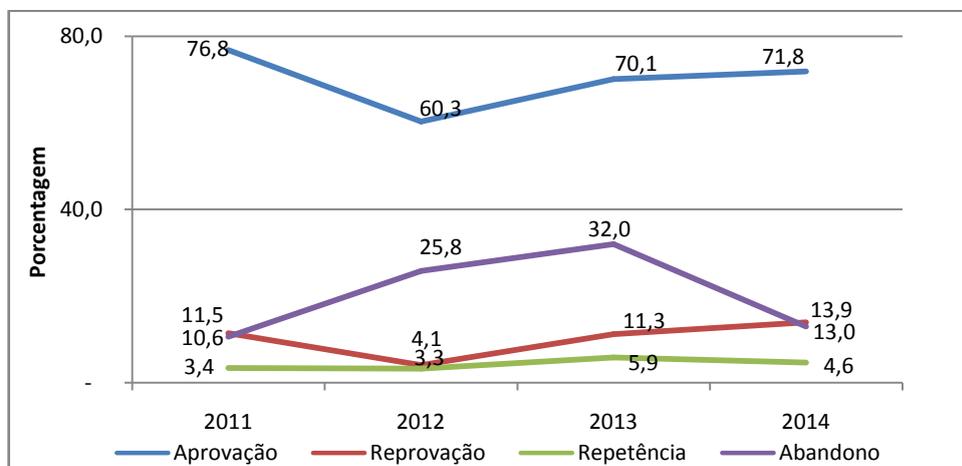
**Gráfico 38 - EPT: Taxa de Escolarização**

FONTE: IPARDES/2016; IBGE /2015; CODAE/2015.

De acordo com o Gráfico 38, em 2010 dos 8.058 jovens de 15 a 19 anos do município 276 estavam matriculados na EPT, o que corresponde a 3.4%. Este percentual se alterou para 3.8% em 2014. O gráfico também permite observar que 75.7% dos alunos matriculados na EPT em 2010, tinham de 15 a 19 anos. Este percentual não pode ser calculado nos demais anos, em função da não obtenção dos dados na pesquisa.

Dando seguimento, os indicadores educacionais da EPT podem ser visualizados no Gráfico 39. Conforme pode ser observado, a aprovação atinge índices próximos a 70%, em quase todo o período, com exceção de 2012. Após dois anos com índice de abandono em torno de 25% a 30%, em 2014 o abandono recuou para 13%.

Cabe destacar que a taxa de evasão não foi registrada no gráfico, por não ter sido informada na CODAE/2015.

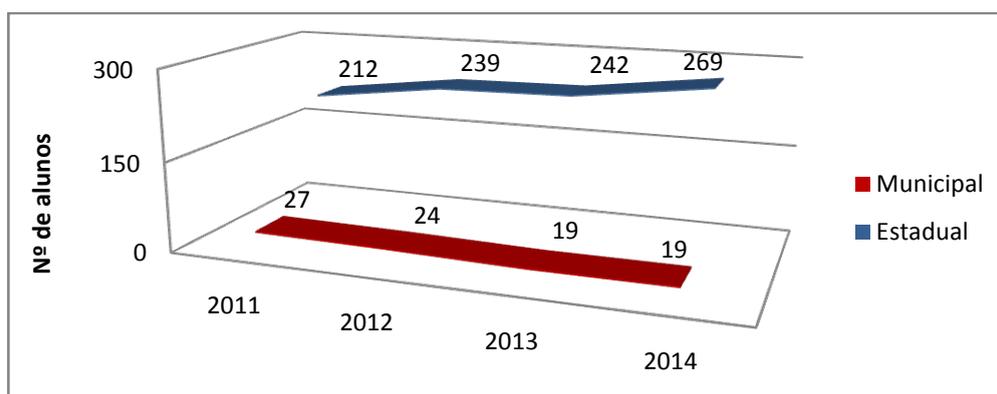


**Gráfico 39 – EPT: Indicadores Educacionais.**

FORNTE: CODAE/2015.

### 3.8 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial – EE era realizada em Cambé, no período de 2011 a 2014 pela Rede Municipal e Estadual. As matrículas registradas em ambas as redes podem ser visualizadas no Gráfico 40.



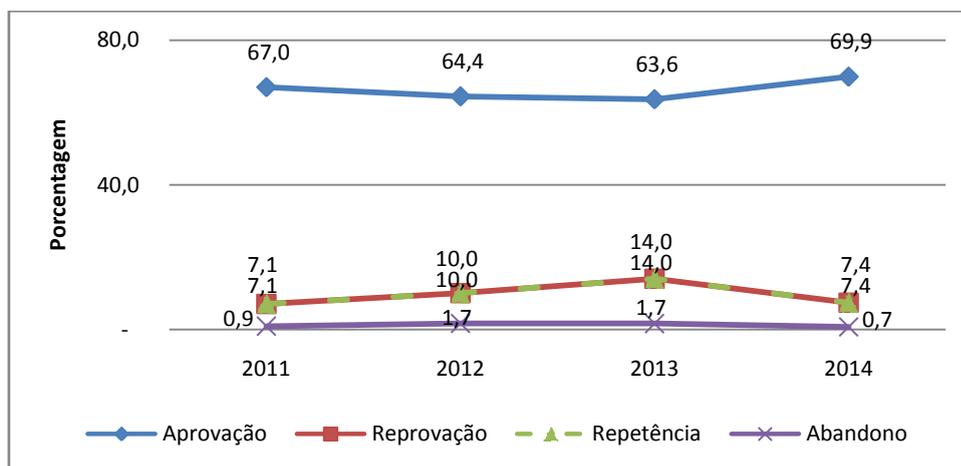
**Gráfico 40 – EE: Matrícula Inicial/Dependência Administrativa.**

FORNTE: CODAE/2015.

No âmbito do município, os alunos eram atendidos na rede regular e recebiam atendimento especializado complementar, respeitando suas necessidades e

especificidades. Já, os alunos matriculados na EE mantida pelo Estado, frequentavam a Escola Estadual Oswaldo de Jesus, vinculada à APAE.

O Gráfico 41 contém os indicadores educacionais registrados na EE no período de 2011 a 2014.



**Gráfico 41 – EE: Indicadores Educacionais do Município (2011-2014).**

FONTES: CODAE/2015.

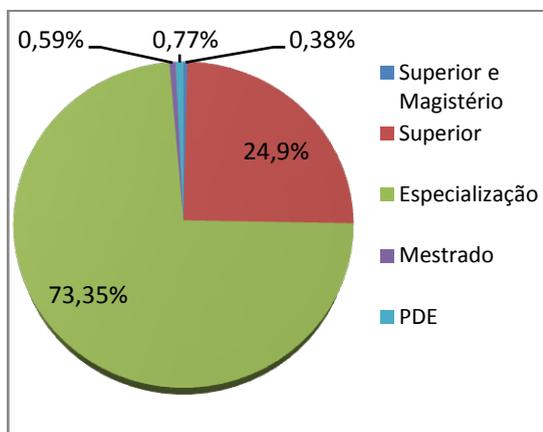
Fica evidente no gráfico a sobreposição entre os percentuais de Reprovação e Repetência e o baixo índice de Abandono, no período analisado.

### 3.9 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

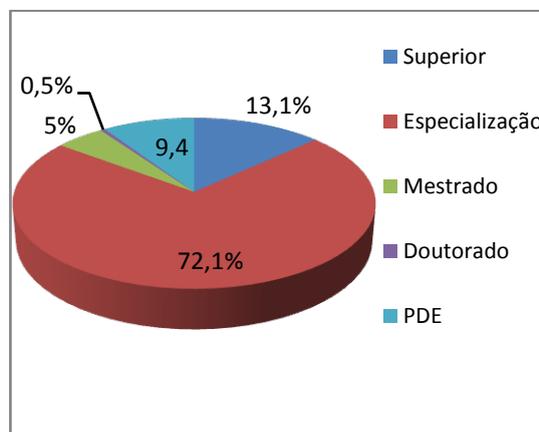
Os dados relacionados à escolaridade, situação funcional e jornada de trabalho dos Educadores (professores, diretores, coordenadores e orientadores) e Funcionários que atuavam na Rede Municipal em 2014, foram registrados no presente tópico. Tais dados foram informados na CODAE/2015 por 90% das escolas estaduais, 95% das municipais, 83% das filantrópicas, 60% das privadas de EB e 50% das privadas de ES.

Convém explicitar, que embora estes dados não consistam na totalidade dos dados das respectivas redes de ensino, assim como os anteriores apresentados, considerou-se os mesmos estatisticamente significativos para a presente avaliação, tendo em vista os percentuais que representam nas suas respectivas categorias.

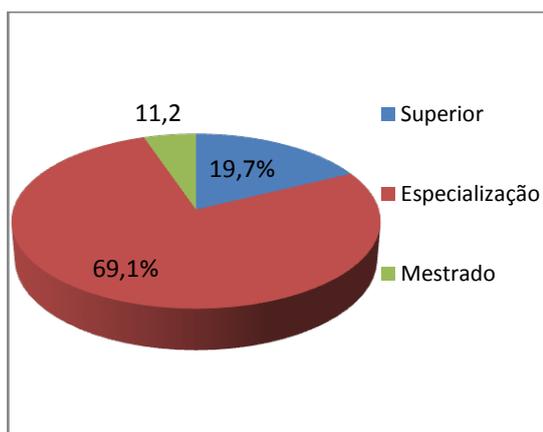
Iniciando pelo nível de escolaridade dos docentes em 2014, contido nos Gráficos 42 a 46, pode-se observar mediante comparação do registrado em 2010, uma significativa elevação dos mesmos, em todas as redes.



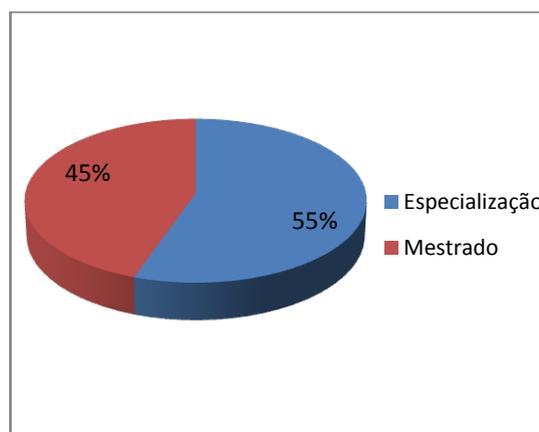
**Gráfico 42 – Escolaridade dos Educadores/RM.**  
FONTE: CODAE/2015.



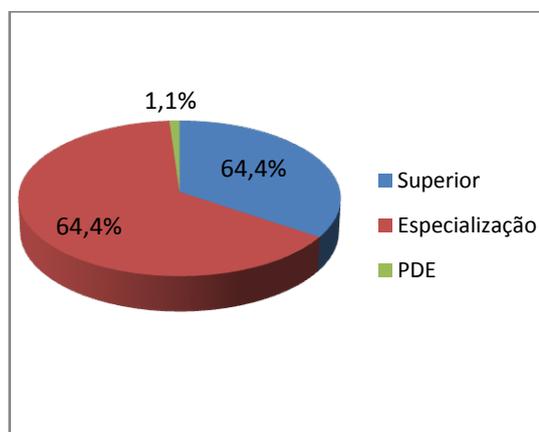
**Gráfico 43 – Escolaridade dos Educadores/RE.**  
FONTE: CODAE/2015.



**Gráfico 44 – Escolaridade dos Educadores/RP-EB.**  
FONTE: CODAE/2015.



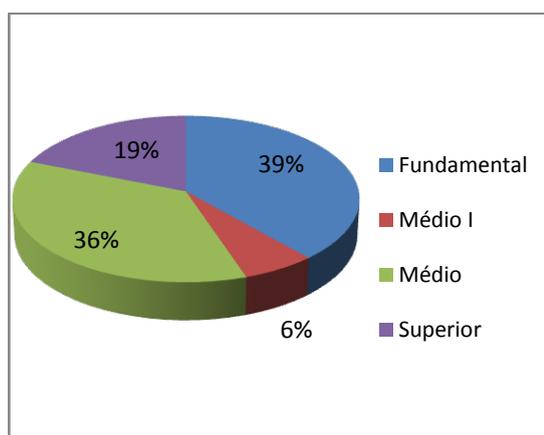
**Gráfico 45 – Escolaridade dos Educadores/RP-ES.**  
FONTE: CODAE/2015.



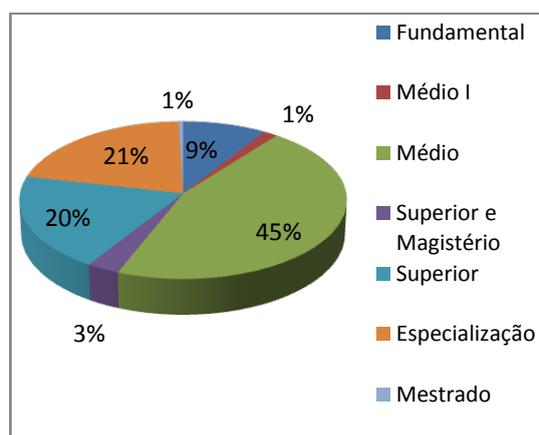
**Gráfico 46 – Escolaridade dos Educadores/RF.**  
FONTE: CODAE/2015.

Na Rede Municipal, em especial, pode ser visualizado o aumento do percentual de especialistas e o surgimento de mestres e docentes que realizaram o PDE. Por sua vez, na Rede Estadual, também se evidencia o aumento considerável de especialistas e mestres, além do surgimento de doutores e docentes com PDE. Movimento similar de ampliação dos especialistas é observado na Rede Privada - EB e Filantrópica, com o diferencial de que a primeira registrou também o surgimento de mestres e a segunda, o desaparecimento da categoria EM e surgimento de PDE, quando comparamos com os dados de 2010.

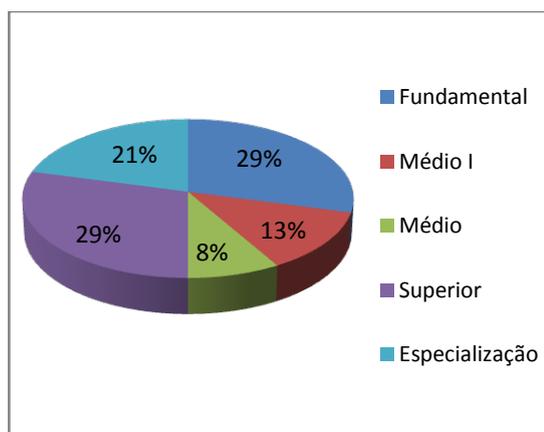
Um movimento similar, no sentido de elevação do grau de instrução, foi observado no quadro dos funcionários<sup>12</sup> das escolas. Este pode ser visto nos Gráficos 47 a 50 apresentados a seguir.



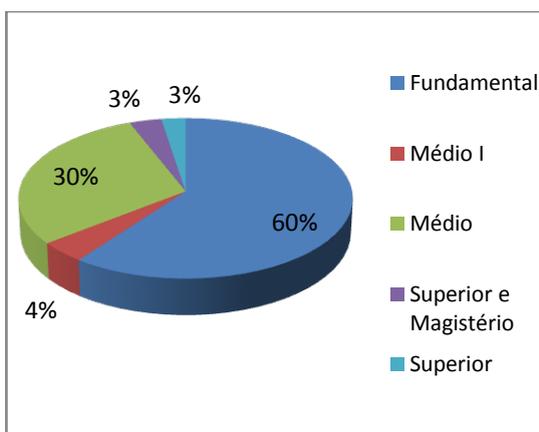
**Gráfico 47 – Funcionários da RM/Escolaridade.**  
FONTE: CODAE/2015.



**Gráfico 48 – Funcionários da RE/Escolaridade.**  
FONTE: CODAE/2015.



**Gráfico 49 – Funcionários da RP - EB/Escolaridade.**  
FONTE: CODAE/2015.

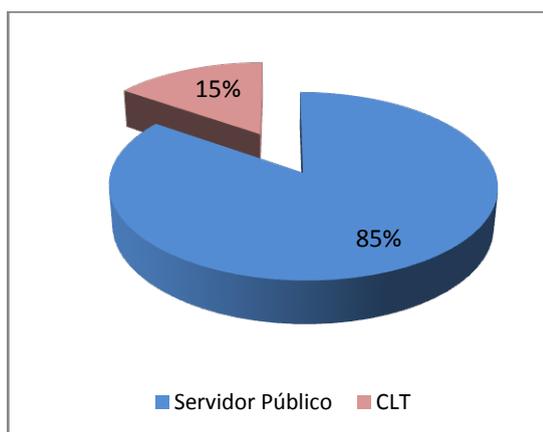


**Gráfico 50 – Funcionários da RF/Escolaridade.**  
FONTE: CODAE/2015.

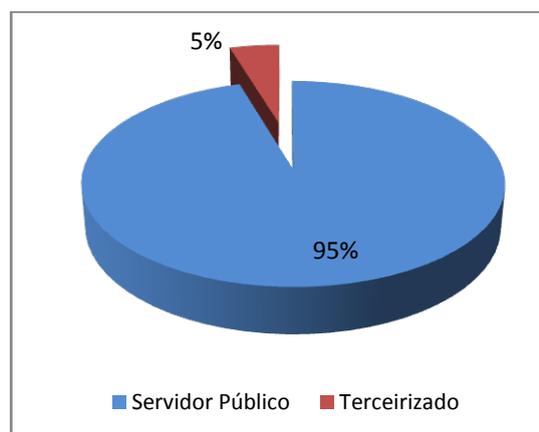
<sup>12</sup> Nesta categoria foram agrupados os ocupantes dos cargos: merendeira, guarda, auxiliar de serviços, auxiliar de biblioteca, auxiliar administrativo, agente educacional, secretário, etc.

Os dados anteriores não só evidenciam melhorias, como refletem os investimentos dos docentes e funcionários e as ações dos gestores. Tais esforços e ações precisam ser mantidos e ampliados de modo a garantir a qualificação adequada e legalmente estipulada a todo quadro docente e funcional da Rede Educacional do município.

Investigação similar foi realizada na CODAE/2015 acerca da situação funcional e jornada de trabalho dos educadores e funcionários. Os dados obtidos podem ser visualizados nos Gráficos 51 - 53 e 54 - 57, respectivamente.



**Gráfico 51 – Educadores da RM/Situação funcional.**  
FONTE: CODAE/2015.



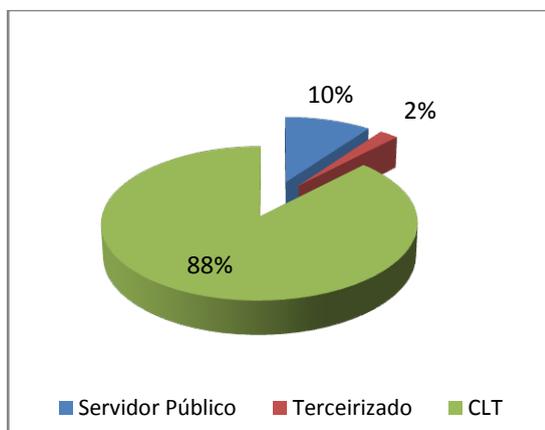
**Gráfico 52 – Educadores da RE/Situação funcional.**  
FONTE: CODAE/2015.

O Gráfico 51 registra um dado interessante. Em 2014, houve um interstício de tempo em que SEMED aguardava a realização de um concurso público no âmbito do município. Nesta ocasião, por orientação jurídica, procedeu-se a descontinuidade da dobra de carga horária para os professores concursados que se enquadravam nesta categoria. Sendo assim, até a realização do concurso, foram contratados celetistas. Em decorrência, neste ano foi registrada uma porcentagem de 15% de celetistas em contraposição a 0.3% em 2010.

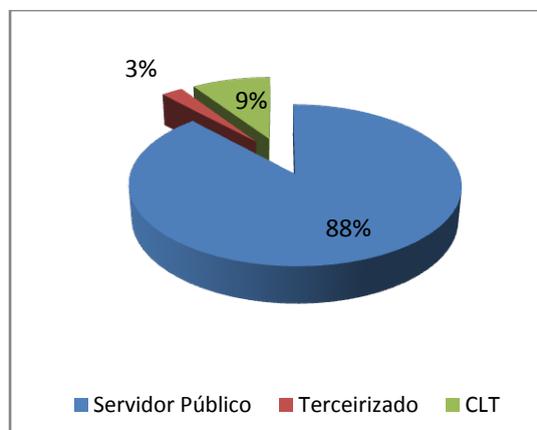
A Rede Estadual, por sua vez, registrou em 2014 um percentual de 95% de servidores públicos no quadro docente, contra 69.1% em 2010, segundo o Gráfico 52. A Rede Privada, tanto no âmbito da EB quanto do ES trabalhava naquele ano com a totalidade dos docentes contratados pela CLT.

Por fim, a Rede Filantrópica, que em 2010 registrou em seu quadro docente 13% de servidores públicos, 2.4% de temporários e 84.4% de celetistas, informou em 2014, segundo o Gráfico 53, o surgimento do servidor terceirizado e a ampliação dos celetistas para 88%. Cabe destacar que, tanto em 2010 quanto em 2014, os servidores públicos

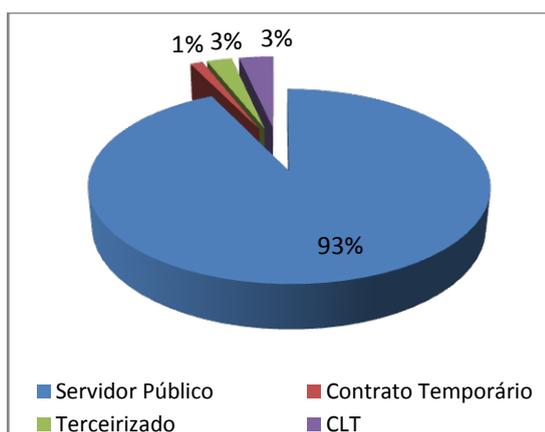
registrados nas filantrópicas eram servidores concursados da Prefeitura Municipal, “cedidos” para atuarem temporariamente naquela rede.



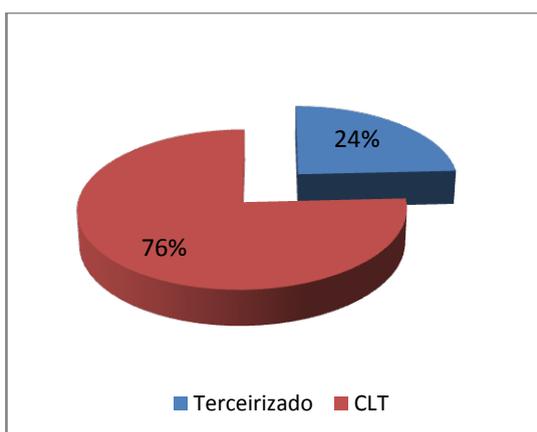
**Gráfico 53 – Educadores da RF/Situação funcional.**  
FONTE: CODAE/2015.



**Gráfico 54 – Funcionários da RM/Situação funcional.**  
FONTE: CODAE/2015.



**Gráfico 55 – Funcionários da RE/Situação funcional.**  
FONTE: CODAE/2015.

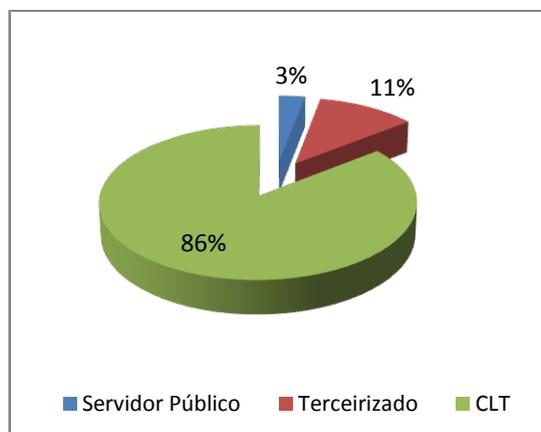


**Gráfico 56 – Funcionários RP-EB/Situação funcional.**  
FONTE: CODAE/2015.

A comparação da situação funcional dos funcionários das diferentes redes no ano de 2010 e 2014 revelou que, na Rede Municipal, a exemplo do que ocorreu com os docentes, também houve uma redução dos servidores e aumento dos celetistas. Também nesta categoria, tal fato antecedeu à realização do concurso municipal, que visava suprir as vagas de todas as categorias funcionais, inclusive as da educação. O Gráfico 54 registra os dados de 2014.

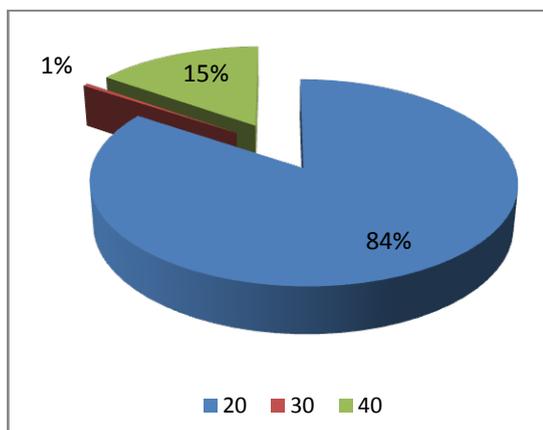
Já o funcionalismo estadual, segundo o Gráfico 55, registra um aumento do percentual dos concursados e redução de celetistas. Na sequência, no Gráfico 56 observa-se o surgimento da terceirização na iniciativa privada no âmbito da Educação Básica. No Ensino Superior em 2010 todos eram contratados pela CLT. Por fim, no que

tange à rede filantrópica, que em 2010 tinha todos seus funcionários contratados pela CLT, em 2014, conforme visualizado no Gráfico 57, possuía uma pequena parcela de servidores cedidos pela prefeitura, 11% de servidores terceirizados e 86% de celetistas.

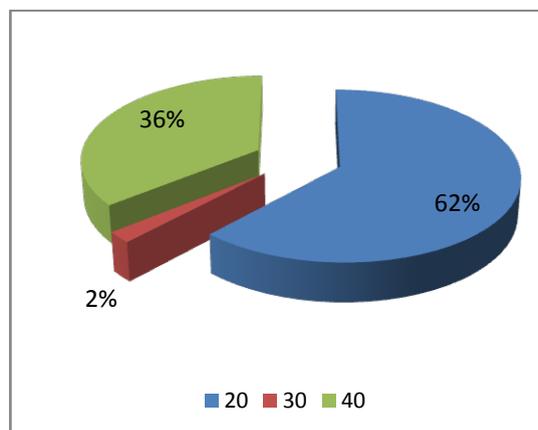


**Gráfico 57 – Funcionários da RF/Situação funcional.**  
FONTE: CODAE/2015.

Dando continuidade, os Gráficos 58 a 62 apresentam os dados relacionados à jornada de trabalho dos educadores de todas as redes de ensino do município, sendo que neste último, também podem ser observados a jornada de trabalho dos funcionários da IES que colaborou com a presente pesquisa.



**Gráfico 58 – Educadores da RM/Jornada de trabalho.**  
FONTE: CODAE/2015.

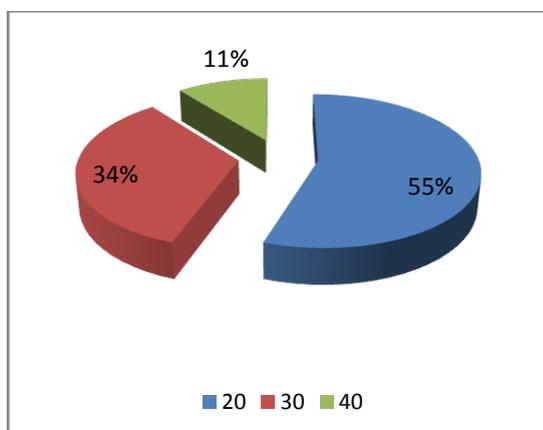


**Gráfico 59 – Educadores da RE/Jornada de trabalho.**  
FONTE: CODAE/2015.

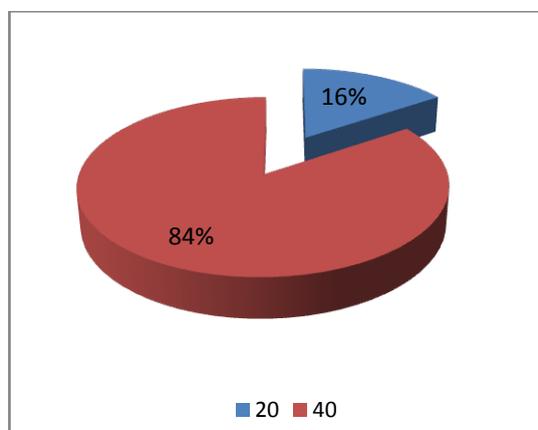
Observa-se no Gráfico 58 o crescimento do percentual de Educadores contratados em 20 horas, na Rede Municipal. Em 2010 eles totalizavam 78%. Cabe destacar que este é um efeito do desdobramento dos contratos orientado pelo ministério público.

Por sua vez, o Gráfico 59 mostra que ocorreu o inverso em relação a 2010, no âmbito da rede estadual, que ampliou os docentes em jornada de 40 horas e reduziu os

de 20 horas, mediante utilização da dobra de padrão, via análise de currículo, para suprir a ausência de concurso no período.



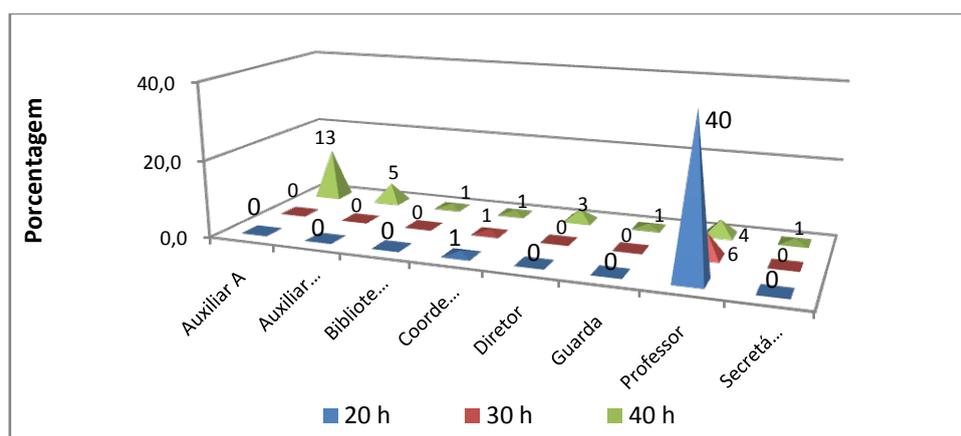
**Gráfico 60 – Educadores da RP-EB/Jornada de trabalho.**  
FONTE: CODAE/2015.



**Gráfico 61 – Educadores da RF/Jornada de trabalho.**  
FONTE: CODAE/2015.

Com relação à jornada de trabalho dos educadores da Rede Privada – EB ocorreu uma redução no percentual de docentes contratados em regime de 20 e 40 horas e aumentou o número de contratados em 30 horas, sendo que os percentuais alcançados em 2014 podem ser visualizados no Gráfico 60.

Já, no Gráfico 61, observa-se um aumento nos contratados em 20 horas e redução dos de 40 horas. Por sua vez, deixaram de existir os contratos de 30 horas na Rede Filantrópica, conforme se observava em 2010.

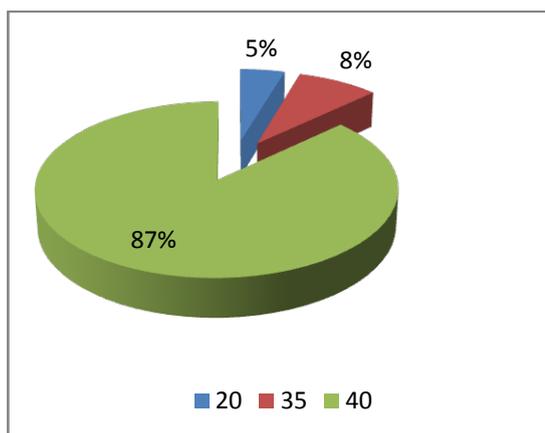


**Gráfico 62 – Educadores e Funcionários da RP - ES/Jornada de trabalho.**  
FONTE: CODAE/2015.

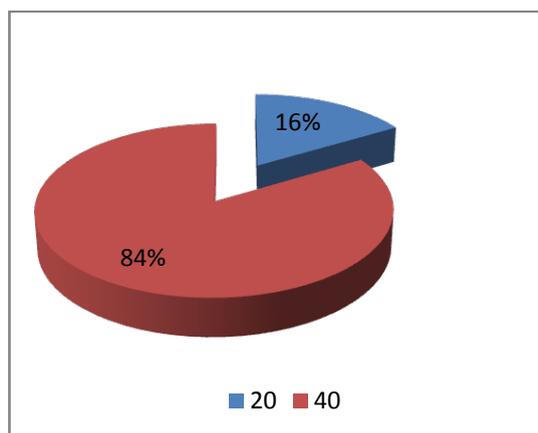
O Gráfico 62 permite observar, na linha azul, que havia um coordenador e 40 professores contratados em regime de 20 horas semanais. Na linha vermelha,

encontramos um coordenador e 6 docentes em 30 horas e por fim, na linha verde, ao fundo, encontramos os demais docentes e funcionários contratados em regime de 40 horas semanais.

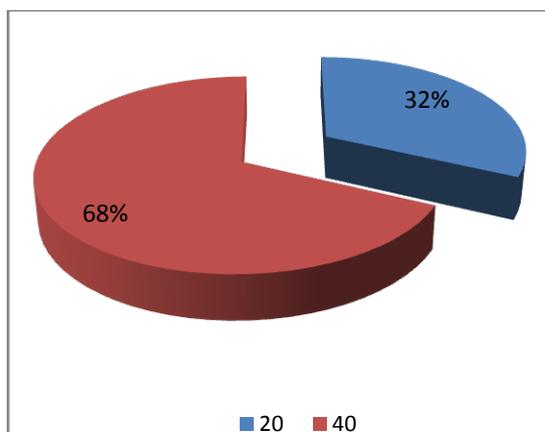
Na sequência, os Gráficos 63 a 66 apresentam a jornada de trabalho dos funcionários da rede municipal, estadual, privada e filantrópica, respectivamente.



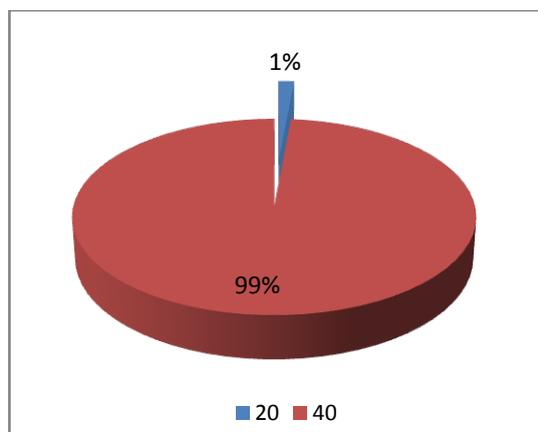
**Gráfico 63 – Funcionários da RM/Jornada de trabalho.**  
FONTE: CODAE/2015.



**Gráfico 64 – Funcionários da RE/Jornada de trabalho.**  
FONTE: CODAE/2015.



**Gráfico 65 – Funcionários RP - EB/Jornada de trabalho.**  
FONTE: CODAE/2015.

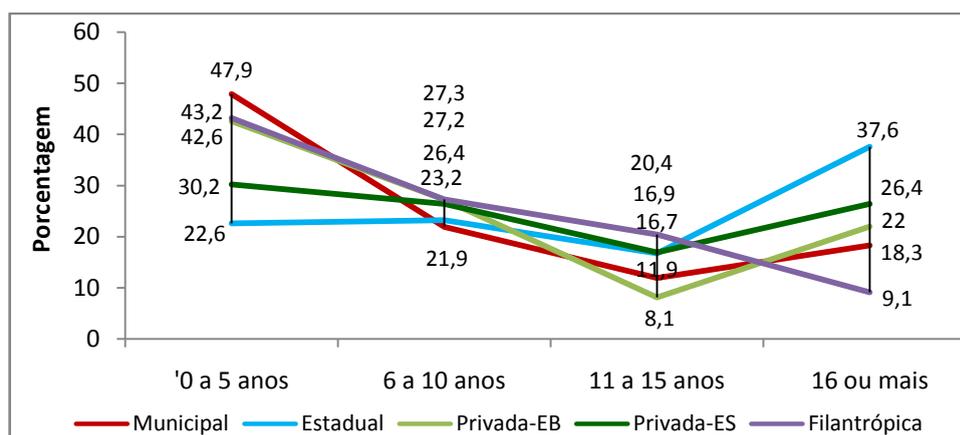


**Gráfico 66 – Funcionários da RF/Jornada de trabalho.**  
FONTE: CODAE/2015.

O conjunto dos dados registram as alterações ocorridas na contratação dos funcionários em todas as redes, em comparação com o ano de 2010. Neste sentido, destacam-se: na Rede Municipal ocorreu redução dos contratos de 20 e 35 horas, extinção dos de 30h e ampliação dos de 40h; na Estadual houve aumento dos contratos de 20h e redução nos de 40h; na Privada – EB observou-se redução dos contratos de 20 e 30h e ampliação dos de 40h; por fim, na Filantrópica foram extintos os contratos de

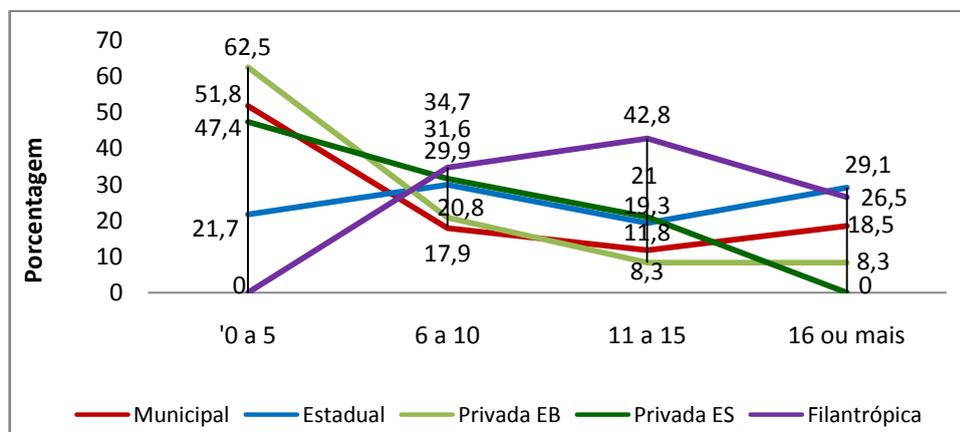
30h, os de 20h sofreram redução e os de 40h tiveram um aumento significativo, alcançando quase a totalidade dos mesmos.

Encerram as informações relacionadas aos educadores e funcionários que atuaram na rede escolar, em 2014, o tempo de experiência profissional. Os dados relacionados aos educadores encontram-se no Gráfico 67 e os dos funcionários no Gráfico 68.



**Gráfico 67 – Tempo de Experiência dos Educadores da Rede Escolar de Cambé - 2014.**  
 FONTE: CODAE/2015.

Fica evidente no Gráfico 67 que em 2014 a Rede Municipal tinha o maior número de educadores com menor tempo de experiência profissional. Do mesmo modo, era na Rede Estadual que estes eram encontrados em menor número. Como decorrência deste fato, a Rede Estadual tinha um maior percentual de educadores com maior tempo de experiência seguida pela Rede Privada de ES, Privada de EB, Municipal e Filantrópica.



**Gráfico 68 – Tempo de Experiência dos Funcionários da Rede Escolar de Cambé - 2014.**  
 FONTE: CODAE/2015

Observa-se na Rede Privada e Municipal a maior porcentagem dos funcionários com 0 a 5 anos de experiência profissional. Por sua vez, na Rede Filantrópica não havia pessoas em início de carreira e o maior número de profissionais que nela atuavam tinha entre 11 a 15 anos de experiência.

Na Rede Estadual encontrava-se o maior número de funcionários com 16 ou mais anos de carreira, seguida da Rede Filantrópica, Municipal e Privada de EB e ES.

### 3.10 GESTÃO DEMOCRÁTICA

As informações contidas no presente tópico são relacionadas à Rede Municipal. Tendo em vista que as atividades do comitê foram desenvolvidas na sala de reuniões da SEMED, tais informações foram prontamente fornecidas. Por sua vez, os dados das demais redes não puderam ser obtidos, em função da impossibilidade de comparecimento dos respectivos representantes nas reuniões em que este item foi trabalhado.

Além disto, é no âmbito desta rede que compete à SEMED a implantação e o fortalecimento da Gestão Democrática. Entende-se que no âmbito das demais redes de ensino, a saber: a Rede Privada e Pública Estadual, o estabelecimento e manutenção de canais e mecanismos de participação e aproximação entre escola-família e sociedade competem, respectivamente, às instâncias administrativas a que as mesmas se vinculam. Em adição, para efeito de realização da presente avaliação, as informações contidas no diagnóstico que integra o PME foram tomadas como ponto de partida.

Cabe enfatizar que constituem elementos essenciais para a gestão democrática, a existência de órgãos colegiados e mecanismos de acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido no âmbito de cada instituição educacional.

No que se refere ao primeiro componente, conforme descrito no PME, no ano de 2010 as escolas municipais contavam com dois órgãos de gestão, a saber: a Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF e o Conselho de Classe. O primeiro, pessoa jurídica de direito privado, constitui órgão de representação dos pais, mestres e funcionários, sem caráter político, religioso, racial e fins lucrativos, possui natureza

consultiva, deliberativa e fiscal. O segundo, órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, é integrado pela diretora, equipe pedagógica e docente, tendo como responsabilidade analisar as ações educacionais e indicar alternativas com vistas à efetivação e ao aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem.

Com relação ao segundo componente, tem-se como meta o aprimoramento dos processos de avaliação das unidades escolares, visando à consolidação da avaliação institucional. Neste sentido, no ano de 2010, era realizada na Rede Municipal: 1) avaliação semestral das professoras em estágio probatório pela direção e orientação, mediante uma ficha; 2) avaliação com atribuição de nota aos professores ao final do ano, sendo a mesma utilizada como critério para escolha de turmas no ano seguinte; 3) reuniões pedagógicas periódicas voltadas ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, às ações e funcionamento da instituição; 4) reuniões no início do ano letivo e a cada trimestre, em que a comunidade podia se manifestar sobre o trabalho desenvolvido, além de outras ocasiões, no decorrer do ano, em que os pais solicitem.

Os dois componentes acima mencionados<sup>13</sup> foram mantidos até os dias atuais, ou seja, 2016. Em adição a estes, no ano de 2014 foi realizada a primeira edição da Avaliação Institucional, denominada: 360MAIS. Para a realização desta, foi contratada a Fundação de Apoio à Faculdade Estadual de Educação de Paranavaí – FAFIPA.

A avaliação, que tinha como objetivo o planejamento, desenvolvimento, organização, coordenação e execução de avaliação educacional em larga escala, foi realizada junto aos alunos, professores, gestores das escolas e pais, sendo que: os pais responderam um questionário socioeconômico; os docentes, uma prova de conhecimentos visando orientar a formação continuada; e os alunos, provas de conhecimento nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

Encerrado o contrato com a FAFIPA, e mediante elaboração de novo termo de referência para licitação, foi contratada a AVALIAR MAIS. O trabalho desta empresa focalizou a avaliação de desempenho dos alunos denominada MEDIAÇÃO, consistindo:

---

<sup>13</sup> Os componentes mencionados consistem nos órgãos colegiados e mecanismos de acompanhamento e avaliação dos trabalho desenvolvido.

- em 2015: na realização de duas avaliações, que focalizaram os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, junto aos alunos do 2º, 3º e 5º ano, respectivamente, em abril e outubro; e
- em 2016: na realização de uma prova, junto aos alunos do 2º e 4º ano, em novembro.

Após cada avaliação, é disponibilizado um relatório *on line*, mediante o qual os professores realizam o planejamento para a turma e a SEMED orienta seu plano de capacitação docente. Cabe destacar, que a secretaria de educação participa ativamente deste processo e objetiva ampliar as áreas de conhecimento abarcadas na avaliação. Também é intenção desta, constituir uma comissão ou setor, para efetuar a avaliação e o acompanhamento do desempenho do aluno, bem como orientar a capacitação docente e definir as ações pontuais a serem realizadas nas escolas.

### 3.11 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

O presente tópico tem a finalidade de garantir a aplicação, na manutenção e desenvolvimento da educação, de 25% da receita líquida do município, advinda dos impostos, acrescidos dos recursos provenientes do Salário Educação, do FUNDEB, e de programas e convênios do Governo Federal.

Com este intuito, os quadros abaixo apresentam o detalhamento dos recursos do município e respectivas fontes no período considerado, assim como da aplicação dos recursos na Educação.

**Quadro 1 - Recursos do município - 2011 a 2014.**

Ano	FONTE DE RECURSOS				TOTAL (1+2+3+4)
	Receita Líquida (1)	Salário Educação (2)	FUNDEB (3)	Programas e Convênios (4)	
2011	92 954 906,54	1 166 413,68	15 461 768,10	649 327,20	<b>110 232 415,52</b>
2012	100 422 574,28	1 435 231,77	17 107 064,39	2 009 088,02	<b>120 973 958,49</b>
2013	112 655 850,84	1 533 089,51	20 173 869,50	2 642 005,56	<b>137 004 815,01</b>
2014	131 882 035,65	1 967 808,93	23 327 111,61	4 580 524,28	<b>161 757 480,47</b>

Fonte: Departamento de Contabilidade / PMC, 2016

**Quadro 2 - Recursos Aplicados em Educação - 2011 a 2014.**

Ano	Educação Infantil (1)	Ensino Fundamental (2)	EJA (3)	Educação Especial (4)	Merenda (5)	Juros, amortização (6)	Total (1+2+3+4+5+6)
2011	6.647.442,74	18.865.801,84	300.401,27	265.690,94	873.379,00	489.310,66	27.442.026,45
2012	8.195.956,65	19.906.317,36	273.614,13	438.992,21	923.941,79	394.841,48	30.133.663,62
2013	14.530.533,59	24.501.017,47	267.811,88	485.099,19	1.119.264,36	425.788,38	41.329.514,87
2014	14.774.507,35	29.574.854,94	267.631,98	559.362,30	1.433.069,30	379.096,95	46.988.522,82

Fonte: Departamento de Contabilidade / PMC, 2016.

**Quadro 3 - Despesas correntes e capital 2011-2014.**

Ano	Despesas Correntes			Despesas de Capital			Total Geral
	Pessoal	Outras	Sub-Total	Obras e Instalações	Equip. Mat. Permanente	Sub-Total	
2011	15.245.920,95	9.682.910,02	24.928.830,97	1.699.793,86	324.090,96	2.023.884,82	26.952.715,79
2012	16.936.951,44	10.990.682,24	27.927.633,68	1.735.808,18	363.268,43	2.099.076,61	30.026.710,29
2013	20.588.736,54	13.877.784,61	34.466.521,15	5.743.685,03	695.128,47	6.438.813,50	40.905.334,65
2014	22.965.366,68	19.394.831,07	42.360.197,75	2.917.433,46	972.064,66	3.889.498,12	46.249.695,87

Fonte: Departamento de Contabilidade / PMC, 2016.

Com base no Quadro I e Quadro II observa-se que foram aplicados na educação municipal, no período de 2011 a 2014, respectivamente, 25.04%, 25.43%, 25.28% e 26.80%.

A análise comparativa dos recursos aplicados na Educação no período de 2011-2014 em relação aos aplicados no período de 2006-2010 permite observar um aumento gradual e significativo destes a partir de 2008 de modo que em 2014 foi investido mais de 100% do total investido em 2008. Reafirmando esta tendência, no ano de 2015 e 2016 (até 31/10), foram aplicados na Educação, respectivamente, R\$53.574.452,58 e R\$54.333.125,10.

Por sua vez, a análise das despesas correntes e capitais permite observar a ampliação e reforma da rede no período e, em decorrência, o aumento dos recursos destinados a ambas. Cabe destacar que tais investimentos priorizaram ao atendimento das metas do PME, com menor prazo para alcance. Conforme mencionado anteriormente, o compromisso de aplicação dos recursos legalmente estabelecidos na educação foi reafirmado em 2015 e 2016. Com este intuito, no primeiro, foram

destinados, respectivamente, R\$50.978.625,28 e R\$2.203.794,31 para despesas correntes e de capital e no segundo, R\$48.616.404,77 e R\$5.382.437,38.

### 3.12 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

O acompanhamento e a avaliação periódica do PME são elementos essenciais para seu aprimoramento ao longo de sua vigência, ou seja, de 2014 a 2024. Neste sentido, algumas ações e estratégias já foram realizadas e outras, já detectadas, precisam ser implementadas no decorrer do período.

Na sequência, serão apenas relacionadas as ações já desenvolvidas, tendo em vista que as mesmas já foram apresentadas na introdução e detalhadas na seção que descreve o trabalho do Comitê e a metodologia adotada. Dando seguimento, alguns apontamentos e recomendações do comitê para o aprimoramento do presente eixo, encerram este tópico.

O ponto de partida para a instauração do trabalho de acompanhamento e avaliação do PME foi a criação do Comitê Gestor de Adequação e Avaliação do PME, pelo Decreto Municipal nº 299/2015. Mediante tal fato, foram viabilizadas as etapas que seguem:

- constituição de comissão para realização da adequação do PME 2012-2022 ao PNE 2014-2024;
- estudos acerca das orientações e embasamento legal com vistas à adequação dos PMEs ao PNE;
- elaboração de texto preliminar do PME, publicização e encaminhamento deste à comunidade educativa para conhecimento e análise;
- realização de fóruns setoriais na comunidade educativa e sociedade organizada, para discussão do PME com votação, em plenária, do texto final do PME;
- elaboração do texto final do PME, publicização e encaminhamento para tramitação no legislativo;
- aprovação do PME 2014-2024 pela Lei nº 2728 de 19 de junho de 2015;
- constituição de comissão para a revisão do Sistema de Coleta de Dados Educacionais do município – CODAE, junto ao Setor de Informática do município;

- realização de reuniões com os diretores e secretários das escolas para orientação, entrega de formulários e estabelecimento de prazo para devolução dos dados educacionais;
- elaboração de correspondência às escolas que não enviaram representantes às reuniões, com esclarecimentos acerca da relevância de sua participação, bem como encaminhamento do formulário a ser preenchido;
- tabulação, organização dos dados e construção dos gráficos e figuras mediante os dados obtidos junto às instituições educacionais;
- convocação do CGAA para início da Avaliação do PME;
- realização de reuniões semanais, com a finalidade específica de proceder a avaliação do PME;
- realização do presente relatório;
- elaboração do parecer conclusivo do CGAA;
- encaminhamento do relatório e respectivo parecer à Secretária Municipal de Educação e encerramento das atividades do comitê.

Mediante a realização das etapas de trabalho acima relacionadas, tornou-se evidente a relevância e necessidade de manutenção da periodicidade de avaliação estabelecida no PME. Para tanto, é imprescindível:

- manter a periodicidade de alimentação anual do sistema pela direção das escolas;
- manter a periodicidade de realização, divulgação e disponibilização dos relatórios, com vistas a subsidiar o planejamento e desenvolvimento de ações específicas e pontuais que atendam às demandas das escolas;
- manter o Sistema de Coleta de Dados Educacionais - CODAE e desenvolver um novo sistema, que aprimore o formato e a emissão de relatórios, bem como integre o sistema de coleta de dados educacionais a outros existentes no município, por exemplo, o denominado atualmente E Educação.

### 3.13 MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

A melhoria de qualidade é meta primordial da educação, e decorre diretamente dos investimentos e ações realizadas em cada um dos eixos contemplados no presente

plano. Sendo assim, a qualidade é o reflexo de todas as ações desenvolvidas no âmbito da educação, ao longo do tempo e, só pode ser observada mediante um sistemático e criterioso processo de avaliação.

Na sequência, os apontamentos destacarão algumas ações desenvolvidas no período considerado, com vistas à melhoria da qualidade da educação, em especial, na Rede Municipal, tendo em vista a competência do município de manutenção desta rede. De maneira complementar, na seção seguinte será avaliado o alcance das metas e estratégias dos eixos contidos no PME o que, inevitavelmente, remete à avaliação da melhoria da qualidade da educação.

Destaca-se inicialmente os investimentos em Formação Continuada a todos os profissionais da educação (docentes e funcionários atuantes). Esses foram implementados por meio da instituição de um Programa de Formação Continuada, em 2010, cujo objetivo principal era estabelecer embasamentos capazes de orientar a prática educativa.

Aos docentes, os momentos formativos foram planejados com oferta de cursos tanto em horário de serviço como em outros horários. Nestes, o foco das palestras, dos cursos e monitorias fundamentam-se sob momentos de estudos dos referenciais teóricos, assumidos pela Rede de ensino, atrelado às suas relações aos encaminhamentos metodológicos, que por sua vez orientam a prática de sala de aula.

Para os demais profissionais (auxiliar de serviços gerais, secretários escolares, motoristas, assistentes administrativos, merendeiras) os cursos atendiam as especificidades de cada função, no tocante às atribuições do trabalho, bem como assuntos pertinentes a área educacional, pois compreendemos que estes profissionais, dentro da execução de suas atividades são considerados “educadores”, pois participam plenamente da formação e do desenvolvimento dos alunos. As palestras e cursos foram realizados em horário de serviço.

Durante a execução do Programa, gestão 2009 a 2016 a Rede Municipal contemplou a formação de aproximadamente 230 h/ano para funcionários e 552 h/ano para docentes, totalizando 1880 horas de formação.

Com relação aos investimentos realizados, os quadros 1 a 3 na seção de financiamento e gestão de recursos educacionais, permitem visualizar os montantes e

as rubricas em que foram feitos investimentos. Fica ainda evidente, nestes quadros, que ocorreu uma ampliação na Rede Municipal. Cabe observar que esta se deveu, em grande parte, à municipalização da EI e EF-AI. Evidentemente, tal processo resultou em ampliação de pessoal e despesas correntes e de capital.

Diante da municipalização, foram realizados concursos específicos para a EI em 40h, com exigência da titulação legalmente estabelecida. Também em decorrência desta, professores especialistas na área de Artes e Educação Física passaram a atuar na EI a partir de 2014.

No ano de 2012 foi revisto o Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS dos servidores municipais. Neste, para os profissionais da educação, foram contemplados diferencialmente os cursos de pós-graduação: *lato* e *stricto-sensu*. Entretanto, a liberação para capacitação docente, prevista no PME, requer a adequação do PCCS.

Em relação à hora-atividade docente, a partir de agosto de 2015, foi efetivada sua ampliação gradativa de 20% para 30%. Todavia, no início de 2016 foi realizado um chamamento do concurso público para atender as novas unidades de EI, alterando este quadro.

#### **4. METAS E ESTRATÉGIAS DO PME: avaliação e recomendações**

Mediante o conhecimento da realidade educacional do município, no período de 2011 a 2014 e sua análise à luz da realidade do período anteriormente avaliado, ou seja, 2001 a 2010, bem como das metas e estratégias estabelecidas no PME 2014-2024, que constam no Anexo 2, o presente tópico objetiva avaliar a medida que tais metas foram alcançadas e quais fatores contribuíram ou interferiram neste processo. Para tanto, as estratégias serão identificadas pelo seu número, nos quadros que seguem.

Tendo em vista que as metas foram estabelecidas para o período de 2014 a 2024, considerou-se pertinente, para efeito da avaliação de seu alcance, abarcar as informações referentes ao período de 2011 a novembro de 2016. Tal opção deveu-se também ao encerramento, no final do presente ano, da atual administração municipal.

**META 1:** Universalizar o atendimento escolar de 4 e 5 anos até 2016 e ampliar a oferta de Educação Infantil de modo a atender, no mínimo, 50% da população de 0 a 3 anos até 2024.

<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>AÇÕES DESENVOLVIDAS</b>	<b>AValiaÇÃO / RECOMENDAÇÃO</b>
1.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>atualização do Plano de Ações Articuladas - PAR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Continuidade da ação</li> </ul>
1.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>reforma, locação/readequação de imóveis; contratação de pessoal; aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Continuidade da ação</li> </ul>
1.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>aperfeiçoamento do Sistema de Cadastro Único da Educação Infantil de Cambé</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada /</li> <li>Melhoria da alimentação de dados</li> </ul>
1.4	<ul style="list-style-type: none"> <li>a iniciar</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Instituir mecanismos</li> </ul>
1.5	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>construções, reformas e ampliações, formação continuada, aquisição de mobiliário e materiais pedagógicos e levantamento da demanda anualmente junto aos CMEIs</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Continuidade da ação</li> </ul>
1.6	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>repasso de recursos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Continuidade da ação</li> </ul>
1.7	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>formação em serviço dos docentes e funcionários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Continuidade da ação</li> </ul>
1.8	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>realização de concurso público específico para EI e parceria com a IES do município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Continuidade da ação</li> </ul>
1.9	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>transporte escolar gratuito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Continuidade da ação</li> </ul>
1.10	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>atendimento especializado com acompanhamento do setor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Continuidade da ação</li> </ul>
1.11	<ul style="list-style-type: none"> <li>a planejar</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Instituir mecanismos</li> </ul>
1.12	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>conteúdo abordado em todos os eixos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Continuidade da ação</li> </ul>
1.13	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ficha de acompanhamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Continuidade da ação</li> </ul>
1.14	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>adequação e conservação dos espaços da EI</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Continuidade da ação</li> </ul>
1.15	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>preenchimento do FICA (Ficha de comunicação de alunos ausentes) – até 2014</li> <li>Programa de combate ao abandono escolar - (estudo / 2015 e implantação / 2016)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada /</li> <li>Adequada / Avaliar a eficácia</li> </ul>
1.16	<ul style="list-style-type: none"> <li>contemplada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>garantia de vagas para filhos de itinerantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Continuidade da ação</li> </ul>

**META 2:** Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos, assegurando que até 2024, 95% dos alunos concluam esta etapa na idade recomendada.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiaÇÃO / RECOMENDAÇÃO
2.1	• em desenvolvimento	• reuniões e contatos com o Conselho Tutelar, audiências com o Ministério Público, contatos com as equipes técnicas da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde e Educação	• Adequada / Continuidade da ação
2.2	• em desenvolvimento	• implantação de Sistema de Avaliação Institucional Municipal, construções, reformas e ampliações, formação continuada, aquisição de mobiliário e materiais pedagógicos	• Adequada / Continuidade da ação • Adequada / Continuidade da ação
2.3	• em desenvolvimento	• implantação de Sistema de Avaliação do Desempenho do Aluno	• Adequada / Continuidade da ação
2.4	• em desenvolvimento	• acompanhamento contínuo da logística do transporte	• Adequada / Continuidade da ação
2.5	• em desenvolvimento	• projetos e atividades com a participação das famílias e comunidade	• Adequada / Continuidade da ação
2.6	• em desenvolvimento	• manutenção de escolas rurais e transporte de alunos para escolas públicas urbanas	• Adequada / Continuidade da ação
2.7	• em desenvolvimento	• festivais, projetos em contraturno, exposições, mostras, etc.	• Adequada / Continuidade da ação
2.8	• em desenvolvimento	• adesão ao Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, formação continuada dos docentes, avaliação de desempenho do aluno, aplicação da Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA, acompanhamento pelo Setor de Educação Especial, avaliação diagnóstica semestral	• Adequada / Continuidade da ação
2.9	• em desenvolvimento	• fichas de pré-conselho de classe, conselho de classe, atas, inserção de planos e ações no PPP que contemplem a participação da família	• Adequada / Continuidade da ação
2.10	• contemplada	• garantia de vagas para filhos de itinerantes	• Adequada / Continuidade da ação

**META 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiaÇÃO / RECOMENDAÇÃO
3.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
3.2	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
3.3	• em desenvolvimento	• divulgação dos dados educacionais acerca do Ensino Médio	• Adequada / Continuidade da ação
3.4	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
3.5	• em desenvolvimento	• Programa Rede de Proteção à Criança e Adolescente do município	• Adequada / Continuidade da ação
3.6	• em desenvolvimento	• criação de espaços e praças para desenvolvimento de atividades com jovens	• Adequada / Continuidade da ação
3.7	• em desenvolvimento	• manutenção da oferta de ensino da EJA	• Adequada / Continuidade da ação

**META 4:** Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos, ou conveniados, nas formas complementar e suplementar.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiaÇÃO / RECOMENDAÇÃO
4.1	• em desenvolvimento	• informação anual das matrículas com necessidades educacionais especiais	• Adequada / Continuidade da ação
4.2	• em desenvolvimento	• identificação, avaliação, encaminhamento e acompanhamento dos alunos	• Adequada / Continuidade da ação • Planejar ações voltadas às Altas Habilidades
4.3	• em desenvolvimento	• adesão aos programas federais de Salas de Recursos Multifuncionais	• Adequada / Continuidade da ação
4.4	• em desenvolvimento	• acompanhamentos, avaliações, encontros com professores das diferentes áreas	• Adequada / Continuidade da ação
4.5	• em desenvolvimento	• adaptação física quando necessária, transporte adaptado e recursos de tecnologia assistiva	• Adequada / Continuidade e aprimoramento da ação
4.6	• em desenvolvimento	• articulação entre o ensino regular e especializado, por meio da gestão e equipe técnica	• Adequada / Continuidade da ação
4.7	• em desenvolvimento	• estudos individuais e em grupo com a orientação e participação do Setor de Educação Especial da SEMED	• Adequada / Continuidade da ação
4.8	• em desenvolvimento	• acompanhamento pela equipe técnica da escola e Setor de Educação Especial	• Adequada / Continuidade da ação e aprimoramento do acesso à documentação do alunos às escolas de destino
4.9	• em desenvolvimento	• garantia de atendimento a todas as crianças que pleitearam vagas	• Adequada / Continuidade da ação
4.10	• em desenvolvimento	• encaminhamentos entre o município e instituições: APAE, PSDOWN, COL, ILES, etc.	• Adequada / Continuidade da ação

**META 5:** Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiaÇÃO / RECOMENDAÇÃO
5.1	• em desenvolvimento	• avaliações de desempenho do aluno, formação continuada dos docentes	• Adequada / Continuidade da ação
5.2	• em desenvolvimento	• avaliações no início e decorrer do processo	• Adequada / Continuidade da ação
5.3	• em desenvolvimento	• Programa anual de formação continuada para docentes	• Adequada / Continuidade da ação
5.4	• em desenvolvimento	• acompanhamento pela equipe técnica da escola e Setor de Educação Especial, curso de formação específica, adaptação curricular	• Adequada / Continuidade da ação

**META 6:** Oferecer educação em tempo integral em até 50% das escolas públicas de educação básica e atender até 2024 ao menos 25% dos alunos.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiaÇÃO / RECOMENDAÇÃO
6.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
6.2	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
6.3	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
6.4	• em desenvolvimento	• adesão ao programa Mais Educação	• Adequada / Continuidade da ação
6.5	• em desenvolvimento	• projetos pedagógicos (apoio logístico, pedagógico, aquisição de materiais diversos)	• Adequada / Continuidade da ação
6.6	• em desenvolvimento	• sala de Recursos Multifuncionais, Sala Especial, material pedagógico adaptado, professores especialistas, acompanhamento do Setor de Educação Especial (fonoaudiólogas, psicólogas, psicopedagoga)	• Adequada / Ampliar ação
6.7	• em desenvolvimento	• atividades esportivas (Xadrez, Judô, Taekwondo, Atletismo), atividades monitoradas durante o intervalo.	• Adequada / Ampliar ação
6.8	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos

**META 7:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem visando atingir as médias nacionais estabelecidas para o IDEB.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiaÇÃO / RECOMENDAÇÃO
7.1	• em desenvolvimento	• avaliação Institucional, formação continuada, formação de grupos de estudo, aquisição de materiais didático-pedagógicos, divulgação dos resultados das avaliações de larga escala, bem como a Institucional.	• Adequada / Continuidade da ação
7.2	• a planejar		• Adequada / Construir sistema
7.3	• em desenvolvimento	• avaliação Institucional, formação continuada, formação de grupos de estudo, aquisição de materiais didático-pedagógicos, divulgação dos resultados das avaliações de larga escala, bem como a Institucional.	• Adequada / Continuidade da ação
7.4	• a planejar		Adequada / Instituir mecanismos
7.5	• em desenvolvimento	• revisão das avaliações, bem como dos resultados alcançados em cada unidade escolar nas avaliações institucionais e de larga escala.	• Adequada / Continuidade da ação
7.6	• em desenvolvimento	• preenchimento e acompanhamento do Plano de Ações Articuladas	Adequada / Continuidade da ação

**META 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo e regiões de menor escolaridade da cidade e entre os 25% mais pobres.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiaÇÃO / RECOMENDAÇÃO
8.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
8.2	• em desenvolvimento	• manutenção de 10 turmas em cinco unidades escolares	• Adequada / Continuidade da ação
8.3	• em desenvolvimento	• acompanhamento período da frequência dos alunos e busca ativa dos desistentes	• Adequada / Continuidade da ação
8.4	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos

**META 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2024, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiaÇÃO / RECOMENDAÇÃO
9.1	• em desenvolvimento	• divulgação das datas de matrícula nas mídias oficiais	• Adequada / Ampliar ação
9.2	• em desenvolvimento	• manutenção de 10 turmas em cinco unidades escolares	• Adequada / Continuidade da ação
9.3	• em desenvolvimento	• manutenção de relação entre alunos concluintes da Fase I para matrículas na Fase II	• Adequada / Continuidade da ação
9.4	• não realizada		• Adequada / Desnecessária no momento
9.5	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
9.6	• em desenvolvimento	• programa de formação continuada específico para professores da EJA Fase I	• Adequada / Continuidade da ação

**META 10:** Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiaÇÃO / RECOMENDAÇÃO
10.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
10.2	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
10.3	• em desenvolvimento	• sistema CODAE disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal	• Adequada / Continuidade da ação

**META 11:** Estimular a ampliação da oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio, zelando pela qualidade desta.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiação / RECOMENDAÇÃO
11.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
11.2	• em desenvolvimento	• sistema CODAE disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal	• Adequada / Ampliar ação
11.3	• em desenvolvimento	• unidades escolares aptas a receber estagiários do Magistério e/ou Pedagogia	• Adequada / Continuidade da ação

**META 12:** Fomentar o fortalecimento das IES, mediante realização de parcerias que possam reverter simultaneamente para a formação de profissionais de nível superior e o atendimento das demandas e necessidades das instituições educacionais do município.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiação / RECOMENDAÇÃO
12.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
12.2	• em desenvolvimento	• incentivo financeiro contemplado no PCCS	• Adequada / Continuidade da ação
12.3	• em desenvolvimento	• manutenção de parceria com IES	• Adequada / Ampliar ação
12.4	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
12.5	• em desenvolvimento	• sistema CODAE disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal	• Adequada / Ampliar ação
12.6	• em desenvolvimento	• concurso com Ensino Superior obrigatório	• Adequada / Continuidade da ação
12.7	• em desenvolvimento	• diversidade racial como conteúdo curricular obrigatório na educação básica	• Adequada / Ampliar ação

**META 13:** Estimular a ampliação do quadro de mestres e doutores nas IES, com vistas ao legalmente estabelecido, bem como zelar para o cumprimento do mesmo.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiação / RECOMENDAÇÃO
13.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
13.2	• em desenvolvimento	• Sistema CODAE disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal	• Adequada / Ampliar ação

**META 14:** Estimular a ampliação de vagas e cursos de pós-graduação *stricto sensu*, voltados ao atendimento das necessidades e demandas locais e regionais.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
14.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
14.2	• em desenvolvimento	• autorização de pesquisa mediante solicitação documentada da IES de origem	• Adequada / Aprimorar mecanismos

**META 15:** Garantir que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, até 2020.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
15.1	• em desenvolvimento	• Ensino Superior obrigatório nos concursos	• Adequada / Continuidade da ação
15.2	• em desenvolvimento	• Incentivo financeiro contemplado no PCCS	• Adequada / Continuidade da ação
15.3	• a planejar		• Adequada / Instituir ações
15.4	• em desenvolvimento	• unidades escolares aptas a receber estagiários do Magistério e/ou Pedagogia	• Adequada / Continuidade da ação

**META 16 :** Incentivar a frequência dos docentes em cursos de pós-graduação que possam reverter em benefícios a seu trabalho, visando alcançar 50% dos docentes da EB até 2024, e garantir formação continuada a todos os profissionais da educação, segundo as demandas e necessidades do sistema e instituições educacionais, conforme critérios e políticas estabelecidas no PCCS da categoria.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
16.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
16.2	• a planejar		• Adequada / Rever PCCS
16.3	• a planejar		• Adequada / Rever PCCS
16.4	• em desenvolvimento	• Preenchimento do Plano de Ações Articuladas, acompanhamento SIMEC, atualização do PDDE Interativo	• Adequada / Continuidade da ação

**META 17:** Valorizar os profissionais do magistério público da educação básica a fim de equiparar o rendimento médio destes aos demais profissionais com escolaridade equivalente, até 2020.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiaÇÃO / RECOMENDAÇÃO
17.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
17.2	• a planejar		• Adequada / Rever PCCS
17.3	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
17.4	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
17.5	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos

**META 18:** Realizar, no prazo de dois anos, a revisão do PCCS municipal para os profissionais do magistério.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiaÇÃO / RECOMENDAÇÃO
18.1	• a planejar		• Adequada / Rever PCCS
18.2	• em desenvolvimento	• Concursos públicos	• Adequada / Continuidade da ação
18.3	• em desenvolvimento	• Avaliações semestrais dos funcionários em estágio probatório desenvolvidas pela direção e coordenação escolar	• Adequada / Continuidade da ação
18.4	• a planejar		• Adequada / Rever PCCS
18.5	• a planejar		• Adequada / Rever PCCS

**META 19:** Assegurar para a realização da gestão democrática da educação e das unidades escolares, a participação de todos os segmentos da comunidade educativa e local; o estabelecimento de critérios técnicos de mérito e desempenho para os candidatos aos cargos de direção e coordenação escolar; bem como condições para o acompanhamento e avaliação do presente PME de forma democrática e participativa, bianualmente.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AValiaÇÃO / RECOMENDAÇÃO
19.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
19.2	• em desenvolvimento	• participações em cursos oferecidos pelo MEC	• Adequada /Continuidade da ação
19.3	• em desenvolvimento	• visitas periódicas as unidades escolares de assessores pedagógicos	• Adequada /Continuidade da ação
19.4	• em desenvolvimento	• garantia em calendário escolar de reuniões pedagógicas bimestrais	• Adequada /Continuidade da ação

19.5	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>exigência de formação específica, formação para possíveis candidatos, capacitação para comunidade escolar, aprimoramento da legislação que norteia o processo de eleição de diretores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada /Continuidade da ação</li> </ul>
19.6	<ul style="list-style-type: none"> <li>a planejar</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Instituir mecanismos</li> </ul>
19.7	<ul style="list-style-type: none"> <li>a planejar</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Instituir mecanismos</li> </ul>
19.8	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aperfeiçoamento do sistema</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada /Ampliar ação</li> </ul>
19.9	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilização de sala, assessores pedagógicos, técnicos administrativos, contratação de Especialista.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada /Continuidade da ação</li> </ul>

**META 20:** Garantir a aplicação, na manutenção e desenvolvimento da educação, de 25% da receita líquida do município, advinda de impostos, acrescido dos recursos provenientes do Salário Educação, do FUNDEB e de programas e convênios do Governo Federal e Estadual, bem como ampliar o investimento em educação, em conformidade com a ampliação nacional, para o patamar de 7% do PIB até 2020 e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB até 2024.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
20.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhamento, gestão e controle do Orçamento da Secretaria Municipal de Educação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada /Continuidade da ação</li> </ul>
20.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção do Conselho do Fundeb, com participação da sociedade civil entre seus conselheiros; audiências públicas de divulgação do orçamento municipal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada /Continuidade da ação</li> </ul>
20.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>a planejar</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Instituir mecanismos</li> </ul>
20.4	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adesão ao Programa Proinfo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estratégia Adequada / Rever a ação</li> </ul>
20.5	<ul style="list-style-type: none"> <li>a planejar</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada / Instituir mecanismos</li> </ul>
20.6	<ul style="list-style-type: none"> <li>em desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração do Plano Plurianual, Lei Orçamento Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequada /Continuidade da ação</li> </ul>

## **COMITÊ GESTOR DE ADEQUAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PME DE CAMBÉ**

### **PARECER CONCLUSIVO**

O Comitê Gestor de Adequação e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Cambé – CGAA, constituído pelo Decreto Municipal nº 299 de 13 de fevereiro de 2015, tendo concluído seus trabalhos, apresenta o presente relatório, bem como seu parecer, acerca das atividades desenvolvidas.

Importante destacar que a Adequação do Plano Municipal de Educação - PME ao Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024, primeira atribuição do comitê, cujo detalhamento consta do presente relatório, resultou na elaboração do PME 2014/2024, aprovado pela Lei Municipal nº 2 728 em 19 de junho de 2015.

Por sua vez, concluída a adequação do PME, iniciou-se a avaliação da educação no quadriênio 2011-2014 em 25 de novembro de 2015, estendendo-se até o dia 07 de dezembro do presente ano. Conforme estabelece o PME, sua avaliação tem como finalidade o acompanhamento do seu desenvolvimento, com vistas a verificar se o que foi planejado está sendo cumprido e se a direção escolhida é a mais adequada.

Neste sentido, o presente comitê entende que, o papel da presente avaliação é primordialmente, fornecer informações que permitam o aprimoramento do processo educacional do município, bem como da própria avaliação desenvolvida. Sendo assim, o presente abarca estes dois aspectos consistindo, simultaneamente, em avaliação e meta-avaliação.

Para tanto, constituíram etapas de trabalho do comitê: 1) o conhecimento e análise da educação no município, no período de 2011 a 2014; 2) a análise comparativa destes dados com os do período de 2001 a 2010, coletados anteriormente; 3) a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no PME 2014/2024, para os diferentes níveis educacionais e, por fim 4) a avaliação dos instrumentos e estratégias utilizados para a avaliação do PME.

A investigação da realidade educacional do município foi realizada mediante a Coleta de Dados Educacionais – CODAE, em 2015. Entretanto, diante da impossibilidade de aprimoramento do sistema, já apontada após sua utilização em 2011, foram feitas as

alterações possíveis para esta segunda edição e ficou acordada, junto ao Setor de Informática do Município, a realização de um novo sistema que melhor atenda as especificidades da educação, posteriormente. O comitê reafirma tal necessidade e sugere que o mesmo seja integrado ao sistema existente E Educação, bem como enfatiza a relevância de conservação do atual sistema, visando a preservação dos dados de 2001 a 2014.

Com relação à participação das escolas na Coleta de Dados Educacionais – CODAE/2015, a comparação entre 2010 e 2014, permitiu observar a ampliação de 76.56% para 82.35% do total de escolas que forneceram as informações total ou parcialmente. Embora os dados sejam representativos do universo investigado, é importante desenvolver ações visando à obtenção dos dados de todas as escolas nas avaliações futuras. Tal participação é extremamente importante, pois, conforme estabelece o PME, é competência da Secretaria Municipal de Educação o acompanhamento e monitoramento da educação desenvolvida no âmbito do município.

Cabe observar que a presente avaliação requer o levantamento do número de habitantes das diferentes faixas etárias atendidas pelo sistema educacional, junto aos censos oficiais. Em função de não ter sido realizado um novo censo do IBGE após 2010, realizou-se uma estimativa do número de crianças e jovens da população de cada faixa etária, para o período de 2011 a 2014, com base na estimativa do IBGE/2015 e IPARDES/2016.

A Rede Escolar de Cambé, que em 2010 possuía 517 salas para atender 713 turmas passou a ter 576 salas e 805 turmas, em 2014. Esta ampliação foi majoritariamente voltada para o atendimento da Meta 1 do PME, que consiste na universalização da EI para as crianças de 4 e 5 anos até 2016 e atendimento de 50% da demanda de 0 a 3 anos, até 2024.

Conforme informado pela SEMED, a demanda reprimida deste segmento, ou seja, aquela levantada mediante a lista de espera das escolas, em 2010 era de 645 vagas na faixa etária de 0 a 3 anos, e 688 de 4 a 5 anos. Em 2014 a mesma passou a ser de 687 vagas na faixa de 0 a 3 anos e 220 de 4 a 5 anos. O último levantamento, efetuado em fevereiro de 2016, revelou uma demanda de 992 vagas na faixa de 0 a 3 anos. A demanda na faixa de 4 e 5 anos já se encontra atendida no município, cumprindo ao

estabelecido no PNE/2014 e PME/2014-2024. Interessante observar que de 2010 a 2014 a demanda de 0 a 3 anos cresceu aproximadamente 6%, no entanto, no período seguinte, de 2014 a 2016, seu crescimento aproximou-se de 44%.

De maneira complementar, observou-se que o abandono na EI, foi analisado em um único bloco em 2010 e separadamente, nos dois segmentos da EI em 2014, registrando neste ano os menores percentuais. A redução do abandono é um elemento altamente positivo e seu registro nos dois segmentos da EI separadamente, deve ser mantido com vistas à melhor avaliação da tendência deste indicador nas avaliações futuras.

Com base nos apontamentos acima e detalhamentos contidos no relatório, considerou-se cumprida a Meta 1 do PME, em relação ao acesso à EI para todas as crianças de 4 a 5 anos. Resta, em relação a este segmento, o atendimento de 50% da população de 0 a 3 anos até 2024. A este respeito, o comitê recomenda a realização de estudos da viabilidade de atendimento de todas as crianças de 0 a 3 anos até o final do presente PME, o que implicaria no atendimento de aproximadamente 120 crianças/ano. Além disto, o atendimento gradual desta meta permitiria canalizar recursos para o atendimento de outras metas com prazo de alcance em curto e médio prazo.

No que se refere ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais (EF-AI), alguns apontamentos importantes precisam ser feitos:

1. os dados foram informados pela totalidade das escolas municipais. Entretanto, apenas uma das três escolas privadas que atendem a este segmento o fizeram. Considerando que a escola que forneceu os dados é de grande porte, estes correspondem a mais de 50% da referida rede;
2. a ampliação da faixa etária atendida no EF-AI, em função da Lei nº 11.274/2006, que introduziu a matrícula aos 6(seis) anos de idade ao invés de 7(sete) anos, resultou em aumento do número de alunos atendidos.

Obviamente, os fatores acima interferiram no desempenho e indicadores educacionais do EF-AI. Mesmo assim, a avaliação do segmento revela aspectos relevantes para o planejamento e aprimoramento do trabalho desenvolvido.

Em decorrência do processo de municipalização, a Rede Estadual deixou de atuar ao EF-AI. Em decorrência, a partir do período de 2011 a 2014, o atendimento

neste nível, passou a ser realizado apenas pela Rede Municipal e Privada. Nesta, as matrículas iniciais, se mantiveram relativamente constantes, mas na Rede Municipal, apresentaram um crescimento gradual. Como resultado deste processo, em 2014 o município atendia aproximadamente 96.8% da demanda do EF, sendo que 74.1% dos alunos encontravam-se na idade ideal para este segmento.

A análise dos indicadores educacionais do EF-AI, revelou que os índices de aprovação das duas redes de ensino, mantiveram-se acima de 80%, no decorrer de 2011 a 2014. Entretanto, a Rede Privada registrou percentuais de aprovação superiores aos da Rede Pública. O inverso ocorreu com a reprovação e repetência, em que a Rede Pública registrou percentuais mais elevados. Em 2014 estes índices alcançaram 7.3% e 5.0%, respectivamente, na Rede Municipal e 1.1% e 0.2%, respectivamente, na Rede Privada. Finalizando, os índices de abandono e evasão, em todo o período, foram ínfimos em ambas as redes.

Mediante os apontamentos acima, fica evidente a responsabilidade do município por este nível de ensino, bem como a consolidação da garantia do acesso e permanência do aluno na escola. Por outro lado, evidencia-se a necessidade da continuidade dos investimentos nos processos de busca e aprimoramento da qualidade da educação, tendo em vista a otimização dos indicadores educacionais.

Antes de dar continuidade ao relato dos demais segmentos, a saber: Ensino Fundamental – Anos Finais(AF-AF), Ensino Médio(EM); Ensino Superior(ES), Educação de Jovens e Adultos(EJA), Educação Profissional e Tecnológica(EPT), Educação Especial(EE), é pertinente observar que não é responsabilidade direta e competência do município o desenvolvimento do trabalho nestes segmentos.

Sendo assim, conforme estabelece o PNE e, em decorrência, o PME, compete à Secretaria Municipal de Educação – SEMED em conjunto com o Conselho Municipal de Educação - CME, acompanhar e monitorar o trabalho realizado nos respectivos segmentos, bem como zelar pela qualidade dos serviços prestados.

No que tange ao EF-AF, atuavam neste segmento em 2014, 11(onze) escolas estaduais e 1(uma) privada. Destas, 9(nove) responderam totalmente à pesquisa e 3(três) responderam parcialmente. Durante o quadriênio 2011-2014 registrou-se uma

redução do número de matrículas. Esta ocorreu na rede Estadual, uma vez que a Rede Privada manteve relativamente estável o número de alunos.

A comparação entre 2010 e 2014 permitiu observar que naquele ano foram atendidos 58% dos jovens neste segmento, 83% dos quais se encontravam na idade adequada ao mesmo. Já em 2014, diante da redução da população da faixa etária apontada pelo IBGE/2010, foram atendidos 82.8% dos jovens sendo que, 49.8% na idade adequada.

Por sua vez, a avaliação dos indicadores educacionais, revelou que a aprovação na Rede Privada, a exemplo do observado nos anos iniciais do EF, alcançou patamares superiores em comparação à Rede Pública. Também neste segmento, a reprovação e repetência registraram percentuais mais elevados na Rede Estadual.

No entanto, no que concerne ao abandono e evasão, ambos foram registrados apenas na Rede Estadual. Além disto, os percentuais alcançados por ambos permitem claramente observar que a reprovação no EF-AF, distintamente do que ocorre no EF-AI não resulta em repetência, mas converte-se em abandono e evasão.

Em relação a este segmento, o comitê entende que é competência da SEMED e Conselho Municipal de Educação de Cambé - CMEC o encaminhamento da presente avaliação às instâncias competentes, para conhecimento, análise e encaminhamentos necessários, com vistas à superação dos problemas existentes e ao aprimoramento contínuo do trabalho realizado.

Dando seguimento, em 2014 o EM era realizado no município, por 10(dez) escolas: 8(oito) públicas e 2(duas) privadas. Destas, uma escola estadual e uma privada não informaram seus dados na CODAE/2015.

Entretanto, a exemplo do que ocorreu no segmento analisado anteriormente, o aumento do número de instituições que retornaram as informações resultou em ampliação do número absoluto de alunos matriculados. De acordo com os dados registrados, em 2014 a Rede Estadual respondeu por 97.7% do atendimento no EM. A análise das matrículas iniciais de 2011 a 2014 permite observar o aumento gradual no número de matrículas e a diminuição do número de alunos na idade ideal ao segmento, quando comparados com os dados de 2010. Naquele ano, 74.8% dos alunos encontravam-se na idade ideal e, em 2014, este percentual reduziu para 54.1%.

Com relação aos indicadores educacionais, constatou-se que o percentual de aprovação foi mais elevado na rede privada que na pública. Naquela, os percentuais alcançados oscilaram de 80% a 90% e, nesta variaram de 60% a 70%.

Por sua vez, a reprovação e repetência registradas, foram maiores na Rede Estadual que na Privada, alcançando aproximadamente 20% na primeira e 6% na segunda. Por fim, o abandono e a evasão manifestaram-se no EM, apenas na Rede Estadual, alcançando em 2014 patamares próximos de 10.1% e 21.4%, respectivamente. Estes dados permitem observar que também neste nível de ensino, a reprovação converteu-se em abandono e evasão, ao invés de impactar diretamente na taxa de repetência.

Frente ao exposto, o comitê considera necessário o encaminhamento da presente avaliação às instâncias competentes para ciência, análise e providências necessárias.

Concluída a avaliação da Educação Básica – EB procedeu-se à avaliação do Ensino superior – ES. Duas instituições privadas atuavam neste segmento, sendo uma de Ensino Presencial – EP e outra de Educação à distância – EaD. Apenas a primeira registrou seus dados na pesquisa, o que foi considerado como 50% do segmento.

Os cursos ofertados pela IES, informados na CODAE/2011 foram mantidos, sendo 3(três) de graduação e 11(onze) de pós-graduação *lato sensu*. No período de 2011 a 2014, o número de matrículas manteve-se relativamente estável e os indicadores educacionais variaram no período tendo como patamares inferiores e superiores, respectivamente: aprovação 72% e 84%, reprovação 3.9% e 12.1%, repetência 1.7% e 6.3%, abandono e evasão 2.7% e 6.1%, coincidentemente.

Com relação à Educação de Jovens e Adultos – EJA é importante mencionar que a EJA - Fase I é de responsabilidade do município e a EJA – Fase II é de responsabilidade do Estado.

No decorrer do período de 2011 a 2014 houve uma redução gradual nas matrículas da EJA na Rede Estadual, apesar disto, estas registram um aumento considerável em relação às matrículas registradas em 2009 a 2010. Já, na EJA – Fase I as matrículas se mantiveram relativamente estáveis, com pequenas oscilações.

Os indicadores da EJA, no período de 2011 a 2014 registraram como patamares inferiores e superiores, respectivamente: aprovação 12.6% e 16.9%, reprovação 5.4% e 11.2%, repetência 5.5% e 6.8%, abandono 35.6% e 54.7% e evasão 1.1% e 3.1%. Importante observar a inversão da tendência apresentada pelos indicadores educacionais neste segmento, em relação aos anteriormente avaliados. Ou seja, os baixos percentuais de aprovação e elevados percentuais de abandono.

Cabe destacar que a Rede Estadual informou apenas os dados de aprovação e abandono, com a justificativa de que dada a organização das disciplinas em ciclos, a aprovação é registrada apenas ao final do processo, assim como o abandono, caso o mesmo ocorra.

Aprofundar o conhecimento da realidade e contexto em que se realiza a EJA constitui um elemento fundamental para o aprimoramento e aumento da eficácia deste segmento no que tange ao acesso ao conhecimento aos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade adequada.

Com relação à Educação Profissional e Tecnológica - EPT, a mesma é realizada no município por 1(uma) escola estadual. Nesta, o número de alunos reduziu em 2013 e 2014 para aproximadamente 50% em relação a 2012. Também se observou que, dos alunos matriculados em 2010, 75.7% encontravam-se na faixa etária de 15 a 19 anos. Este dado não pode ser verificado em 2014, devido à ausência da informação.

Com relação aos indicadores educacionais da EPT, estes alcançaram menores e maiores valores no período, conforme segue: aprovação 60.3% e 76.8%, reprovação 4.1% e 13.9%, repetência 3.3% e 5.9%, abandono 10.6% e 32%, respectivamente.

Com base nos dados acima, reafirma-se a necessidade de obtenção de todos os dados para a análise dos indicadores educacionais e seus determinantes, para efeito de aprimoramento do trabalho desenvolvido, bem como acompanhamento da comunidade educativa e sociedade em geral.

Com relação à Educação Especial – EE, no período de 2011 a 2014, no âmbito da Rede Pública, em especial na Rede Municipal, as crianças eram atendidas no Ensino Regular e atendimento especializado; já na Rede Estadual, registrou-se apenas o atendimento realizado em 1(uma) escola estadual vinculada à APAE.

Os indicadores educacionais registrados pelo conjunto destes atendimentos registram como valores mínimos e máximos alcançados: aprovação 63.6% e 69.9%, reprovação e repetência, valores coincidentes de 7.1% e 14.0%, sendo que em 2014 registrou 7.4% e abandono abaixo de 2.0% ao longo de todo período, atingindo 0.7% em 2014.

Conforme informado pela Rede Municipal, ao longo dos anos tem sido matriculados alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, tanto na EI quando no EF-AI. Em 2014 estes totalizaram 250 e em 2016 foram aproximadamente 350 alunos.

Sua identificação é realizada no ato de matrícula e posteriormente aprimorada mediante observação e acompanhamento da equipe escolar com supervisão do Setor de Educação Especial da SEMED. Posteriormente são delineadas estratégias de ação e propostas de intervenção, bem como encaminhamento a outros setores e serviços necessários, a saber: Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPSI, Centro de Reabilitação e Promoção à Saúde – CREPS, Centro de Referência de Assistência Social – CREAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Conselho Tutelar, Centro de Atendimento Especializado em Deficiência Visual – CAE – DV, Centro de Atendimento Especializado em Surdez – CAE – S, e outros.

Paralelamente ao acompanhamento individual no cotidiano escolar, os alunos com necessidades educacionais especiais frequentam atendimento especializado em Sala de Recursos Multifuncional, em período alternativo ao da escolarização regular. Este atendimento foi iniciado em 2010, tendo sido implantado em 6(seis) unidades escolares.

No ano de 2014 a Rede Municipal disponibilizou 13(treze) professores de Apoio Permanente, que oferecem apoio especializado ao aluno no horário regular, atuando junto com o professor da classe, conforme determina a Resolução 02/2001.

Além disto, alguns alunos com deficiência intelectual são atendidos em Salas Especiais, instaladas em duas unidades escolares, onde recebem atendimento especializado específico às suas necessidades, conforme previsto na Resolução 02/2001. Este atendimento já existia em 2014 e atualmente, em 2016 foram atendidos 12 e 10 alunos respectivamente, em cada uma das unidades.

Por fim, cabe destacar que no ano de 2014, toda a demanda por atendimento educacional especializado da rede municipal era atendida e que esta tem registrado tendência a crescimento nos anos seguintes, requerendo uma atenção especial e planejamento de atendimento da crescente demanda.

A avaliação dos indicadores acima, complementada pela análise do nível de escolaridade, situação funcional e jornada de trabalho dos educadores e trabalhadores que atuam na educação, permitem completar a análise da natureza dos investimentos efetuados em prol da melhoria da qualidade da educação.

Iniciando pelo nível de escolaridade dos educadores e demais funcionários que atuam na educação, pode-se observar, mediante comparação dos dados de 2010 e 2014, uma elevação significativa do nível de escolaridade de ambas as categorias funcionais. Esta tendência é altamente desejável e reflete os esforços tanto dos indivíduos quanto dos gestores.

Além da ampliação significativa do número de especialistas, também ocorreu uma elevação importante no quadro de mestres e o surgimento de doutores atuando na Educação Básica. É importante incentivar a continuidade deste movimento de busca por qualificação, mediante a criação de mecanismos e critérios que organizem o atendimento da demanda por qualificação tanto dos docentes quanto dos funcionários da rede.

Esta informação é relevante por que além de permitir a visualização da elevação do nível de escolaridade dos distintos quadros de pessoal, no decorrer do tempo, também possibilita a análise do cumprimento das determinações legais acerca da titulação necessária à atuação na educação, conforme determina a Lei nº 9394/96 e o PNE/2014-2024.

Com relação à situação funcional dos educadores e funcionários, observou-se que, em 2014, a maioria dos que atuavam na Rede Municipal e Estadual eram servidores públicos. Em especial, neste ano, a Rede Municipal aguardava a realização de um concurso público no âmbito do município, razão por que se observa um percentual de educadores e funcionários contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Já, na Rede Estadual surgiu como elemento novo a terceirização no âmbito da educação. Por fim, na Rede Privada a totalidade dos educadores e funcionários era

contratada pela CLT e na Rede Filantrópica predominavam os contratos pela CLT, seguidos por percentual de servidores públicos que consistiam em servidores cedidos pelo município àquela rede.

Com relação à jornada de trabalho dos educadores e funcionários, a comparação com os dados de 2010 revelam que: em 2014, enquanto estava aguardando a realização do concurso, na Rede Municipal ocorreu o aumento do número de educadores contratados em 20 horas, a redução dos funcionários contratados em 20 e 35 horas, a extinção dos contratos em 30 horas e a ampliação dos de 40h.

Na Rede Estadual, comparativamente a 2010, em 2014 ocorreu a ampliação dos educadores contratados em 40 horas e a redução dos contratados em 20. O inverso ocorreu em relação ao funcionalismo.

Por sua vez, na Rede Privada – EB ocorreu um aumento dos educadores contratados em 30 horas e redução dos contratados em 20 e 40 horas. No que tange aos funcionários ocorreu ampliação do número de contratados em 40 horas e redução dos contratados em jornada parcial. No âmbito do Ensino Superior, predominavam os contratos docentes em 20 horas e contratos em tempo integral para o funcionalismo.

Finalmente, na Rede Filantrópica foram extintos os contratos docentes em 30 horas, aumentaram os contratos em 20 horas e reduziram os de tempo integral. Com relação ao funcionalismo, foram extintos os contratos de 30h, reduzidos os de 20h e aumentados significativamente os de 40h, alcançando quase a totalidade dos mesmos.

Finalizando a avaliação dos dados relacionados aos educadores e funcionários, em 2014, a Rede Municipal tinha o maior número de educadores com menor tempo de experiência profissional. Por sua vez, a Rede Estadual tinha um maior percentual de educadores com maior tempo de experiência seguida pela Rede Privada de ES, Privada de EB e Filantrópica.

Quanto aos funcionários, na Rede Privadas e Municipal a maioria deles tinha de 0 a 5 anos de experiência profissional. Por outro lado, a Rede Estadual tinha o maior número de funcionários com 16 ou mais anos de carreira, seguida da Rede Filantrópica, Municipal e Privada de EB e ES.

Finalizando a avaliação do PME, o comitê analisou os aspectos relacionados à gestão democrática, financiamento e melhoria da qualidade da educação e avaliação do

PME. A análise destes itens foi realizada nas reuniões do comitê, mediante informações coletadas pelos respectivos representantes, junto aos setores representados. Cabe destacar que, foram obtidas apenas as informações relacionadas à Rede Municipal. Na presente avaliação, o comitê optou por abordar nestes tópicos apenas tais informações.

Com relação à Gestão Democrática, existem na rede Municipal, os órgãos colegiados, a saber: Conselho Municipal de Educação de Cambé – CMEC, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – CACS - FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar – CAE, a Associação de Pais e Mestres e Funcionários – APMF e o Conselho de Classes, bem como mecanismos de acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido no âmbito das instituições educacionais. Mediante a análise do processo registrado no presente relatório, constatou-se a existência, na Rede Municipal, de um movimento continuado de aprimoramento dos mecanismos de participação e aproximação escola - comunidade atendida.

Tal movimento, recomendado a todas as redes de ensino, precisa tornar-se evidente nas futuras avaliações do PME, o que justifica a recomendação de sua inserção no sistema de coleta de dados educacionais, CODAE.

No que tange ao financiamento da educação, as redes públicas possuem piso legal estabelecido para as despesas e investimentos em educação. No entanto, a almejada melhoria de qualidade da educação não pode prescindir, em qualquer que seja a rede de ensino, da boa gestão e administração dos recursos educacionais.

Neste quesito, segundo demonstrado no relatório, na Rede Municipal, a destinação e administração dos recursos educacionais priorizaram a manutenção e ampliação da rede, segundo planejamento orientado pelos prazos estabelecidos para o cumprimento das metas do PME. Conclui-se, portanto, que houve uma aplicação responsável e cautelosa dos recursos disponíveis, no período avaliado.

Em relação à qualidade da educação, no corpo do relatório, podem ser observados os investimentos realizados tanto no desenvolvimento quanto na manutenção da Rede Municipal, como na ampliação de pessoal, capacitação dos educadores e funcionários, revisão do Plano de Carreira, Cargos e Salários, dentre

outros. Também neste quesito, observa-se que os investimentos foram orientados pelo prazo de cumprimento das metas estabelecidas no PME.

Cabe destacar, subsidiados num detalhado exame das metas estabelecidas no PNE, que conquistas significativas foram alcançadas a partir do estabelecimento do Plano Nacional de Educação como política de estado. No entanto, muitas outras ainda precisam ser conquistadas, e isto depende, essencialmente, da capacidade de planejamento e acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito educacional pela sociedade civil organizada.

Assim sendo, o acompanhamento e a avaliação devem ser realizados ao longo de todo o processo de implementação do PME, a fim de garantir o cumprimento das metas estabelecidas, bem como seu realinhamento, quando isto for necessário.

Neste sentido, enfatiza-se a necessidade de que:

1. o Comitê de Avaliação do PME, tenha acrescido às suas atribuições o acompanhamento do PME;
2. continue recebendo o apoio necessário da SEMED para o cumprimento de suas atribuições;
3. inicie, tão logo possível, a revisão do sistema CODAE, visando seu aprimoramento para as avaliações futuras, contemplando as alterações estruturais e de inserção de conteúdos especificadas na presente avaliação;
4. possua um regimento próprio, especificando critérios para a escolha, substituição de seus membros, duração de mandato, etc.;
5. desenvolva um plano de ação para conscientização da comunidade educativa e sociedade em geral, sobre a importância da sua participação e comprometimento com o acompanhamento e a avaliação da educação, para que todos juntos possamos construir, à partir da educação que temos, a educação que queremos.

Cambé, 15 de dezembro de 2016.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPED (2011). *Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como Política de Estado*. Armazém das Letras Gráfica e Editora Ltda. 144p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. *Lei nº 9.394/1996* - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF/DOU 23/12/1996.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.172/2001* - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: DF/DOU 10 de janeiro de 2001.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.274/2006* - Estabelece a obrigatoriedade de matrícula das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental de 9 anos. Brasília: MEC. 2006.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.005/2014*. Que aprova o PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília . DF, DOU 26/06/2014.

\_\_\_\_\_. MEC. INEP. *Censo da Educação Básica*. Brasília. 2001, 2015. Brasília, DF, 2015.

\_\_\_\_\_. MEC. CONAE. *Documento Final*. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.conae.mec.gov.br>

\_\_\_\_\_. MEC. CONAE. *Documento Final*. Brasília, 2014. Disponível em <http://www.conae.mec.gov.br>

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Brasília – DF. DOU 26/06/2014.

CAMBÉ. *Lei Municipal nº 2.377 de 27 de Agosto de 2010* - Institui o Conselho Municipal de Educação - CMEC. Cambé, 2010.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 720 de 24 de Setembro de 2010* – Nomeia os conselheiros do CMEC. Cambé, 2010.

\_\_\_\_\_. *Lei Municipal nº 2.610 de 28 de Agosto de 2013* – Institui o Plano Municipal de Educação de Cambé, 2012/2022. Cambé, 2013

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 299* de 13 de Fevereiro de 2015 - Institui o Comitê Gestor para Elaborar a Adequação e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Cambé. Cambé, 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei Municipal nº 2.728* de 19 de Junho de 2015 – Alinha o Plano Municipal de Educação de Cambé à Lei Federal 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação 2014/2024. Cambé, 2015.

\_\_\_\_\_. SEMED. *Sistema de Coleta de Dados Educacionais – CODAE*. Disponível em: [http://sistemasweb.cambe.pr.gov.br:8080/educacao\\_pme](http://sistemasweb.cambe.pr.gov.br:8080/educacao_pme)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. Acessível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. Acessível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2016>

PARANÁ. *Caderno Estatístico do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social* – IPARDES, 2011.

\_\_\_\_\_. *Caderno Estatístico do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social* – IPARDES, 2016.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários

APMI - Associação de Proteção à Maternidade e Infância

CACS – Conselho de Acompanhamento e Controle Social

CF – Constituição Federal

CGAA – Comitê Gestor de Adequação e Avaliação

CODAE – Coleta de Dados Educacionais

CMEC - Conselho Municipal de Educação de Cambé

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná

EDUCACENSO – Censo Escolar MEC/INEP

EB – Educação Básica

EF – Ensino Fundamental

EF – AI – Ensino Fundamental – Anos Iniciais

EF – AF – Ensino Fundamental – Anos Finais

EI - Educação Infantil

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EM – Ensino Médio

EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ES – Ensino Superior

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNCAC – Fundação Cultural e Artística de Cambé

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PCCS - Plano de Cargos, Carreira e Salários

PDE – Plano de Desenvolvimento Educacional

PEA - População Economicamente Ativa

PME – Plano Municipal de Educação

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar

PNE – Plano Nacional de Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RE – Rede Estadual

RF – Rede Filantrópica

RM – Rede Municipal

RP – Rede Privada

RP – EB – Rede Privada de Educação Básica

RP – ES – Rede Privada de Ensino Superior

SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

## ANEXO 1

### Instituições da Rede Escolar de Cambé (2007 a 2014)/Nível de Ensino e Dependência Administrativa.

INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS	REDES DE ENSINO				INTEGRAVAM A REDE ESCOLAR		TOTAL	
	MUN	EST	PRIV	FIL	2007-2010	2011-2014	2010	2014
<b>FILANTRÓPICAS</b>							<b>13</b>	<b>13</b>
1. Amábile Bôscolo				X	X	X		
2. Ignês Bergamaschi				X	X	X		
3. Irmã Dulce				X	X	X		
4. Jamile Haully				X	X	X		
5. José Sestário				X	X	X		
6. Lar Marília Barbosa				X	X	X		
7. Lar Santo Antonio				X*	X	X		
8. M Magdalena Carvalho				X	X	X		
9. Madre Tereza Calcutá				X	X	X		
10. Pasquina Jacomel				X	X	X		
11. Rosa Raminelli				X	X	X		
12. São João da Escócia				X	X	X		
13. Waldomiro M. Gomes				X	X	X		
<b>PRIVADAS-ES</b>							<b>02</b>	<b>02</b>
1. Faculdade Catuai			X		X	X		
2. Ulbra			X		-----	X		
<b>PRIVADAS - EB</b>							<b>15</b>	<b>15</b>
1. A Formiguinha			X		Não localizada	X		
2. Aprendiz do Saber			X		X	X		
3. Branca de Neve			X		X	X		
4. Cantinho do Saber			X		X	X		
5. Colégio Sesi			X		X	X		
6. Criança Feliz			X		X	X		
7. Era uma vez			X		Não localizada	Não localizada		
8. Escadinha do Saber			X		-----	X		
9. Giramundo			X		X	X		
10. INSA			X		X	X		
11. Menino Deus			X		X	X		
12. Pequeno Polegar			X		X	X		
13. Primeiros Passos			X		X	X		
14. Raio de Sol			X		X	X		
15. Rei Davi			X		X	Fechou		
16. Sonho de criança			X		-----	X		
17. Viver			X		X	X		
<b>MUNICIPAIS</b>							<b>22</b>	<b>23</b>
1. Alvorada	X				X	X		
2. Ana Z. Mazzei	X				X	X		
3. Aquarela	X				X	X		
4. A Sementinha	X				X	X		
5. Balão Mágico	X				X	X		
6. Cecília Meireles	X				X	X		
7. Consolación	X				X	X		
8. Daisaku Ikeda	X				X	X		
9. D. Pedro II	X				X	X		
10. Eufrazina Jesus	X				X	X		
11. Hilda Soares	X				X	X		

12.Izaura F. Neves	X				X	X		
13.Jacídio Correia	X				Criada em 2011	X		
14.Lourdes Gobi	X				X	X		
15.Maria Rosa Trevisan	X				X	X		
16.Munhoz Zerbetto	X				X	X		
17.Olavo Soares	X				X	X		
18.Pe. José de Anchieta	X				X	X		
19.Pedro Tkotz	X				X	X		
20.Roberto Conceição	X				X	X		
21.Santa Isabel	X				X	X		
22.Santos Dumont	X				X	X		
23.Symphoriano	X				X	X		
<b>ESTADUAIS</b>							<b>14</b>	<b>15</b>
1.Antonio Raminelli		X			X	X		
2.Atílio Codato		X			X	X		
3.CEEBEJA		X			X	X		
4.Érico Veríssimo		X			X	X		
5.Geraldo Fernandes		X			X	X		
6.Helena Kolody		X			X	X		
7.João de Santa		X			X	X		
8.Leopoldino Lour.		X			X	X		
9. M. Andrea Nuzzi		X			X	X		
10.Manuel Bandeira		X			X	X		
11.Olavo Bilac		X			X	X		
12. Osvaldo de Jesus		X			Em Filantrópica	X		
13.São José		X			X	X		
14.Valdir Humberto A		X			X	X		
15.11 de outubro		X			X	X		
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>34</b>	<b>15</b>	<b>19</b>	<b>01</b>	<b>66</b>	<b>68</b>	<b>66</b>	<b>68</b>

\*Instituição mantida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

## ANEXO 2

### PME 2014-2024: METAS E ESTRATÉGIAS

#### **META 1:**

**Universalizar o atendimento escolar de 4 e 5 anos até 2016 e ampliar a oferta de Educação Infantil de modo a atender, no mínimo, 50% da população de 0 a 3 anos até 2024.**

- 1.1 Participar de programas e projetos em regime de colaboração com os demais entes federados, visando à expansão e melhoria da rede física de creche e pré-escola pública.
- 1.2 Construir novas escolas de educação infantil e ampliar/reformar as já existentes, de forma a garantir o cumprimento da Emenda Constitucional nº 59 de 11/11/09 e atender, no mínimo, 50% da demanda por creche até 2024.
- 1.3 Assegurar a alimentação do Sistema Cadastro Único da Educação Infantil de Cambé, a fim de subsidiar o estabelecimento de planos, normas, procedimentos e prazos para o atendimento da demanda manifesta do município.
- 1.4 Instituir mecanismo de busca ativa da demanda real da EI, em parceria com as Secretarias de Saúde e Assistência Social, com vistas a subsidiar a elaboração de estratégias para seu atendimento.
- 1.5 Desenvolver e aprimorar os instrumentos de acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido na Educação Infantil, visando promover a melhoria da estrutura física, do quadro de pessoal, dos recursos pedagógicos e acessibilidade, do levantamento da demanda por creches e pré-escolas, no âmbito da EI.
- 1.6 Articular com entidades beneficentes conveniadas, a oferta de matrículas gratuitas, visando a expansão de vagas.
- 1.7 Incentivar e oportunizar a formação continuada aos professores e demais profissionais da rede pública de Educação Infantil, com vistas à atualização teórico-metodológica e atendimento das demandas da realidade educacional.
- 1.8 Manter, por meio de concurso público, a contratação de profissionais da Educação Infantil, com formação superior, bem como, gestionar junto às IES a oferta de cursos em nível de pós-graduação e aperfeiçoamento.
- 1.9 Assegurar o atendimento das crianças do campo na Educação Infantil, por meio de redimensionamento da distribuição territorial da oferta.

- 1.10 Garantir o acesso à creche e pré-escola e a oferta de atendimento complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.
- 1.11 Estabelecer parcerias e convênios com IES e núcleos de pesquisas consolidados, com vistas a subsidiar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de projetos pedagógicos, que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população da EI.
- 1.12 Assegurar a elaboração e difusão de orientações curriculares, formação de pessoal e produção de materiais com o objetivo de possibilitar às crianças o acesso ao conhecimento, o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, compreendidos como requisitos para seu desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania.
- 1.13 Fortalecer e aprimorar os mecanismos de acompanhamento individual do desenvolvimento dos alunos, com vistas ao planejamento e adequação das atividades pedagógicas às características e especificidades dos alunos da Educação Infantil.
- 1.14 Zelar pelo respeito às especificidades da EI na organização das redes escolares, garantindo o atendimento das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam aos parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.
- 1.15 Monitorar o acesso e a permanência das crianças nas Escolas de Educação Infantil, em especial, aquelas beneficiárias de programas de transferência de renda.
- 1.16 Ofertar educação infantil 4 e 5 anos, garantindo a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

**META 2:**

**Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos, assegurando que até 2024, 95% dos alunos concluam esta etapa na idade recomendada.**

- 2.1 Zelar, juntamente com o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e outros órgãos competentes, para que todas as crianças na idade recomendada estejam matriculadas e frequentando regularmente a escola.

- 2.2 Desenvolver e aprimorar os instrumentos de acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido nos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando promover a melhoria da estrutura física, dos recursos pedagógicos e acessibilidade, bem como aprimoramento do quadro de pessoal que atua neste nível de ensino.
- 2.3 Fortalecer os mecanismos para o acompanhamento individual do desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do EF, em sua respectiva escola, com vistas a subsidiar o aprimoramento do trabalho pedagógico realizado junto aos alunos/turmas.
- 2.4 Garantir que o transporte escolar prime pela redução do tempo dos estudantes em deslocamento, quando possível.
- 2.5 Incentivar a integração escola-comunidade, visando ampliar as oportunidades de conhecimento e reflexão da realidade, bem como a vivência de experiências que contribuam para a inserção social e desenvolvimento de cidadania aos estudantes.
- 2.6 Ofertar os anos iniciais do ensino fundamental para as populações do campo nas próprias comunidades, quando viável, ou proporcionar transporte para garantir o acesso e a permanência.
- 2.7 Incentivar a realização de atividades extracurriculares conforme estabelecido em Projeto Político Pedagógico das escolas, mediante autorização da SEMED.
- 2.8 Instituir mecanismos de acompanhamento do EF a fim de garantir a alfabetização plena dos alunos até, no máximo, o terceiro ano.
- 2.9 Incentivar a inclusão no PPP das escolas, de ações voltadas à participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares, visando o maior envolvimento da família na vida escolar dos alunos.
- 2.10 Ofertar ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

### **META 3:**

**Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.**

- 3.1 Apoiar iniciativas para a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, mediante disponibilização de meios de comunicação do poder público municipal.

- 3.2 Zelar pela oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.
- 3.3 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do EM do município, mediante disponibilização dos indicadores educacionais levantados pelo Sistema de Coleta de Dados Educacionais.
- 3.4 Incentivar a oferta de ensino médio, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.
- 3.5 Apoiar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.
- 3.6 Apoiar ações que visem estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas mediante disponibilização de meios de comunicação do poder público municipal.
- 3.7 Manter programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e rural com faixa etária entre 15 e 17 anos, cabendo ao Município o atendimento referente aos anos iniciais do EF, e ao Estado, os anos finais do EF e EM, visando aprimorar a qualificação social e profissional de jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série.

#### **META 4:**

**Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos, ou conveniados, nas formas complementar e suplementar.**

- 4.1 Atualizar e informar anualmente, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar, sem prejuízo do cômputo das mesmas na educação básica regular.
- 4.2 Instituir mecanismos de busca ativa da demanda no âmbito da Educação Especial, nos níveis de EI e EF anos iniciais, e estimular a criação dos mesmos para atender a demanda de EF anos finais e EM, visando a universalização deste atendimento, conforme disposições legais em vigor.

- 4.3 Aderir aos programas de implantação de salas de recursos multifuncionais e apoiar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar e suplementar, nas escolas urbanas e rurais que atendem os alunos no âmbito da EI e anos iniciais do EF (esfera municipal) e EF anos finais e EM (esfera estadual).
- 4.4 Zelar pela qualidade da oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes matriculados nas redes de ensino.
- 4.5 Participar de programas e projetos que visem a acessibilidade nas escolas públicas para garantir o acesso e a permanência dos alunos com NEE, mediante adequação arquitetônica, oferta de transporte adaptado, disponibilização de material didático, recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, bem como o fortalecimento e aperfeiçoamento da Educação Especial.
- 4.6 Incentivar a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais na rede pública ou em instituições especializadas, zelando pela integração de ambas modalidades de atendimento.
- 4.7 Incentivar e apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas, contempladas no PPP das escolas, voltadas à avaliação e aprimoramento das condições de acesso e melhoria da qualidade do atendimento do aluno com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, tanto no âmbito da educação regular como no atendimento educacional especializado realizado na Rede Municipal.
- 4.8 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, de maneira a garantir a ampliação e a qualidade do atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais na rede pública regular de ensino.
- 4.9 Garantir o acesso à educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência, ou quaisquer outras necessidades educacionais especiais.
- 4.10 Manter convênio com instituições filantrópicas sem fins lucrativos, visando assegurar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

**META 5:****Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.**

- 5.1 Estruturar os anos iniciais do EF a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até 8 anos.
- 5.2 Viabilizar condições para a utilização de avaliação formativa e processual como estratégia de acompanhamento do desempenho do aluno e instrumento de aprimoramento do trabalho pedagógico.
- 5.3 Garantir formação continuada e assessoria pedagógica aos docentes e profissionais da educação que atuam nos anos iniciais do EF.
- 5.4 Apoiar a alfabetização dos alunos com NEE, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

**META 6:****Oferecer educação em tempo integral em até 50% das escolas públicas de educação básica e atender até 2024 ao menos 25% dos alunos.**

- 6.1 Estender progressivamente a jornada escolar dos alunos da EI e anos iniciais do EF, para sete horas, mediante colaboração com as demais instâncias governamentais, em até 50% das instituições municipais de ensino e atender a 25% dos alunos, até 2024.
- 6.2 Garantir que, no âmbito da educação em tempo integral ofertada pelo município, seja contemplado o acompanhamento pedagógico e interdisciplinar, bem como inseridas atividades complementares, segundo as orientações da SEMED.
- 6.3 Incentivar e zelar para que as demais redes e níveis de ensino que integram a EB do município, cumpram a presente meta.
- 6.4 Participar de programas e projetos propostos pelas demais instâncias governamentais, quando viável, com o intuito de ampliar e reestruturar a estrutura física das escolas, adquirir equipamentos/material didático e capacitar recursos humanos para a educação em tempo integral das escolas públicas.
- 6.5 Incentivar a elaboração de projetos, no âmbito do PPP das escolas, que contemplem a utilização de diferentes espaços, tais como: bibliotecas, praças, parques históricos e ambientais, museus, teatros, planetários, etc., visando o desenvolvimento e enriquecimento das atividades pedagógicas.

- 6.6 Garantir o acesso à educação em tempo integral na rede municipal, para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na EI e anos iniciais do EF, assegurado o atendimento educacional especializado complementar e suplementar, bem como zelar para que nos demais níveis e âmbitos de ensino da EB seja respeitada tal orientação.
- 6.7 Estimular a utilização de atividades recreativas direcionadas e monitoradas, assim como esportivas e culturais, no tempo de permanência dos alunos na escola, combinando com o efetivo trabalho escolar.
- 6.8 Incentivar a realização de estudos e pesquisas, previamente autorizadas pela SEMED, que contribuam para o aprimoramento da Educação em Tempo Integral do município, com vistas ao constante aprimoramento do trabalho pedagógico e à melhoria da sua qualidade.

#### **META 7:**

**Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem visando atingir as médias nacionais estabelecidas para o IDEB.**

- 7.1 Prover as condições necessárias (recursos materiais, físicos e humanos) para a melhoria de qualidade do processo de ensino e aprendizagem na EI e anos iniciais do EF e zelar para que o mesmo ocorra nos demais âmbitos e níveis de ensino ofertados no município.
- 7.2 Aprimorar o sistema de Coleta de Dados Educacionais do município – CODAE/SEMED e disponibilizar, bianualmente, as informações obtidas com vistas ao acompanhamento, avaliação e (re)planejamento da educação no âmbito de cada escola, que revertam ao aprimoramento do processo.
- 7.3 Estimular para que, os índices do IDEB, já atingidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sejam mantidos e/ou ampliados durante a vigência do presente plano.
- 7.4 Zelar para que os estudantes do EF anos finais tenham alcançado o nível de aprendizagem compatível aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo.
- 7.5 Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação de desempenho dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.
- 7.6 Aderir a programas e projetos dos demais entes federados, que visem o alcance das metas de qualidade estabelecidos para a Educação, voltadas à melhoria da

gestão educacional, da infraestrutura, dos recursos tecnológicos e da formação continuada, dentre outros, quando atenderem as necessidades e demandas do município.

**META 8:**

**Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo e regiões de menor escolaridade da cidade e entre os 25% mais pobres.**

- 8.1 Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.
- 8.2 Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos – Fase I, a todos os que não tiveram acesso à escolarização na idade própria.
- 8.3 Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola para os segmentos populacionais considerados e implementar estratégias de apoio e estímulo à frequência dos alunos.
- 8.4 Promover o acesso aos anos finais do Ensino Fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de classificação/reclassificação e de certificação da aprendizagem.

**META 9:**

**Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2024, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.**

- 9.1 Realizar, periodicamente, chamada pública no âmbito da Educação de Jovens e Adultos – Fase I.
- 9.2 Assegurar a oferta gratuita da EJA - Fase I a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.
- 9.3 Zelar pela oferta gratuita da EJA - Fase II a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.
- 9.4 Incentivar a expansão das matrículas na Educação de Jovens e Adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

- 9.5 Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos.
- 9.6 Incentivar e apoiar a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos.

**META 10:**

**Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.**

- 10.1 Incentivar e apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino, de acordo com a demanda existente no município.
- 10.2 Zelar pela qualidade da oferta dos cursos profissionais oferecidos no município.
- 10.3 Contribuir para a avaliação e aprimoramento dos cursos técnicos e profissionalizantes, mediante a disponibilização dos dados do CODAE/SEMED, bianualmente.

**META 11:**

**Estimular a ampliação da oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio, zelando pela qualidade desta.**

- 11.1 Zelar pelo atendimento da demanda e pela qualidade da oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no município.
- 11.2 Contribuir para a avaliação e aprimoramento deste segmento educacional disponibilizando, bianualmente, os indicadores acerca deste segmento e modalidade de ensino, coletados em levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Educação – CODAE/SEMED.
- 11.3 Abrir campo de estágio nas escolas da rede municipal de ensino, aos alunos da Educação Profissional, preservando o caráter pedagógico da formação do aluno, segundo propostas contempladas no PPP da escola.

**META 12:**

**Fomentar o fortalecimento das IES, mediante realização de parcerias que possam reverter simultaneamente para a formação de profissionais de nível superior e o**

**atendimento das demandas e necessidades das instituições educacionais do município.**

- 12.1 Incentivar a ampliação da oferta da Educação Superior no município, voltado ao atendimento da demanda manifesta nos diferentes setores e segmentos sociais.
- 12.2 Incentivar, de acordo com os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Carreira e Salários – PCCS a participação em cursos e programas de formação na área de atuação, aos integrantes do quadro do magistério que não possuem a titulação especificada no Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/14 e no presente plano.
- 12.3 Estimular a inclusão, nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, de parcerias e projetos envolvendo professores e alunos de licenciaturas de Instituições de Ensino Superior, mediante autorização da SEMED.
- 12.4 Zelar pela qualidade da oferta da Educação Superior no município.
- 12.5 Contribuir para a avaliação e aprimoramento da ES, mediante disponibilização bianual dos dados obtidos no CODAE/SEMED.
- 12.6 Valorizar, nos concursos e processos seletivos, a formação acadêmica de nível superior voltada ao conhecimento e reflexão das demandas da rede pública de educação básica.
- 12.7 Zelar pela ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil, conforme estabelece a Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na ES a todos os estudantes indistintamente.

**META 13:**

**Estimular a ampliação do quadro de mestres e doutores nas IES, com vistas ao legalmente estabelecido, bem como zelar para o cumprimento do mesmo.**

- 13.1 Incentivar o fortalecimento da ES ofertado no âmbito do município.
- 13.2 Contribuir para o aprimoramento dos processos de avaliação e zelar pela qualidade da educação ofertada, mediante aprimoramento do CODAE/SEMED e disponibilização do mesmo, bianualmente.

**META 14:**

**Estimular a ampliação de vagas e cursos de pós-graduação *stricto sensu*, voltados ao atendimento das necessidades e demandas locais e regionais.**

- 14.1 Estimular, a frequência a cursos de pós-graduação *stricto sensu* dos profissionais da educação da Rede de Ensino Municipal, segundo critérios e benefícios contemplados no PCCS da categoria.
- 14.2 Apoiar programas, projetos e ações que objetivem a consolidação e desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação em educação, que possam reverter em aprimoramento à educação do município e mediante autorização da SEMED.

**META 15:**

**Garantir que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, até 2020.**

- 15.1 Valorizar, nos concursos e processos seletivos, a formação acadêmica de nível superior voltada ao conhecimento e reflexão das demandas da rede pública de educação básica, em especial, ao nível educacional pretendido.
- 15.2 Incentivar, de acordo com os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Carreira e Salários – PCCS a participação em cursos e programas de formação na área de atuação, aos integrantes do quadro do magistério que não possuem a titulação especificada neste plano.
- 15.3 Zelar pelo cumprimento da determinação de exigência da formação dos educadores nas demais redes de ensino que atuam no âmbito da Educação Básica no município.
- 15.4 Apoiar e contribuir para a melhoria dos cursos de formação docente, mediante abertura de estágio supervisionada para alunos regulares de cursos de graduação e pós-graduação de IES reconhecidas.

**META 16:**

**Incentivar a frequência dos docentes em cursos de pós-graduação que possam reverter em benefícios a seu trabalho, visando alcançar 50% dos docentes da EB até 2024, e garantir formação continuada a todos os profissionais da educação, segundo as demandas e necessidades do sistema e instituições educacionais, conforme critérios e políticas estabelecidas no PCCS da categoria.**

- 16.1 Realizar, o dimensionamento da demanda de formação docente e gestionar a respectiva oferta junto às instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas nacionais e estaduais.

- 16.2 Prever, no PCCS critérios e percentuais para liberação de licenças para qualificação profissional em nível de pós-graduação *stricto sensu*, inicialmente em nível de mestrado.
- 16.3 Incentivar e liberar em capacitação *stricto sensu* os docentes efetivos da Rede Municipal de Ensino que atuam na EI e EF anos iniciais, segundo termos e critérios estabelecidos no PCCS da categoria.
- 16.4 Aderir e incentivar a participação dos docentes da Rede Municipal de Ensino em programas propostos pelas demais instâncias governamentais que visem o acesso a bens culturais, materiais didáticos e pedagógicos, bem como a capacitação docente.

**META 17:**

**Valorizar os profissionais do magistério público da educação básica a fim de equiparar o rendimento médio destes ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até 2020.**

- 17.1 Apoiar e contribuir com iniciativas dos demais entes federativos voltadas ao acompanhamento e atualização progressiva do valor do piso salarial dos profissionais do magistério público da Educação Básica.
- 17.2 Aprimorar o PCCS dos profissionais da educação da Rede Municipal, mediante inclusão de garantias e critérios que subsidiem a elaboração de plano de capacitação progressiva dos integrantes da referida rede, conforme disposição do presente PME.
- 17.3 Elaborar plano de implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar, em especial, para as escolas da Rede Municipal em Tempo Integral.
- 17.4 Instituir comissão permanente de acompanhamento e avaliação do plano de PCCS dos profissionais do magistério, visando subsidiar seu aprimoramento quando do surgimento de novas demandas.
- 17.5 Zelar para que as demais redes respeitem ao disposto na presente meta.

**META 18:**

**Realizar, no prazo de dois anos, a revisão do PCCS municipal para os profissionais do magistério.**

- 18.1 Orientar sobre a necessidade de existência de planos de carreiras dos profissionais do magistério e da educação nas redes de ensino que atuam no âmbito da Educação Básica, no prazo de dois anos.
- 18.2 Assegurar a manutenção da constituição do quadro de profissionais do magistério da rede municipal de ensino, com 90% de servidores nomeados em cargos de provimento efetivo.
- 18.3 Aprimorar plano de acompanhamento do professor em estágio probatório, por profissional do magistério com experiência de ensino, visando assessorá-lo em suas necessidades e fundamentar, com base em avaliação documentada, seu encaminhamento para aperfeiçoamento e/ou, a decisão pela efetivação ou não do mesmo no quadro funcional.
- 18.4 Rever, no prazo de dois anos, o PCCS dos profissionais do magistério e da educação da Rede Municipal, com vistas ao seu aprimoramento e atendimento de novas demandas.
- 18.5 Prever no PCCS dos profissionais do magistério da rede municipal, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

**META 19:**

**Assegurar para a realização da gestão democrática da educação e das unidades escolares, a participação de todos os segmentos da comunidade educativa e local; o estabelecimento de critérios técnicos de mérito e desempenho para os candidatos aos cargos de direção e coordenação escolar; bem como condições para o acompanhamento e avaliação do presente PME de forma democrática e participativa bianualmente.**

- 19.1 Criar Conselho Escolar como instância democrática de participação na vida da escola, mediante incentivo à elaboração colegiada de estratégias de ação e projetos subsidiados no conhecimento e na reflexão dos problemas do cotidiano escolar, com vistas à busca de solução para os mesmos.
- 19.2 Participar dos programas de apoio e formação aos membros dos diversos conselhos de acompanhamento e controle de políticas públicas.
- 19.3 Incentivar, assessorar e apoiar as escolas da Rede Municipal na busca de solução aos problemas e dificuldades existentes, sempre que solicitado e for necessária a intervenção da SEMED junto aos setores e órgãos competentes.

- 19.4 Estimular a realização sistemática de reuniões pedagógicas, com vistas à avaliação do trabalho desenvolvido no âmbito da escola e seus resultados, bem como a definição de estratégias e ações que visem ao seu aprimoramento.
- 19.5 Garantir e aprimorar o processo de escolha dos diretores mediante critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a consulta da comunidade escolar.
- 19.6 Constituir Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução das políticas educacionais do município.
- 19.7 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.
- 19.8 Aprimorar, o Sistema de Coleta de Dados Educacionais - CODAE/SEMED, visando à atualização dos dados ao final de cada ano letivo, pela direção das escolas, bem como a criação de um Banco de Dados Educacionais que permita a identificação das demandas e avaliação das metas e estratégias estabelecidas no presente plano.
- 19.9 Fornecer infraestrutura ao Comitê Gestor de Avaliação do PME, para elaboração de relatórios, mediante análise comparativa dos resultados educacionais obtidos no biênio, objetivando avaliação das metas propostas para o mesmo e a proposição de novas estratégias, quando necessário.

#### **META 20:**

**Garantir a aplicação na manutenção e desenvolvimento da educação de 25% da receita líquida do município, advinda de impostos, acrescido dos recursos provenientes do Salário Educação, do FUNDEB, e de programas e convênios do Governo Federal e Estadual, bem como ampliar o investimento em educação em conformidade com a ampliação nacional para o patamar de 7% do PIB até 2020 e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB até 2024.**

- 20.1 Aplicar os recursos legalmente vinculados à Educação, de competência do poder público municipal, e buscar fontes complementares de financiamento.
- 20.2 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.
- 20.3 Divulgar regularmente os indicadores de investimento e tipo de despesa per capita por aluno nas etapas da educação de responsabilidade do município.

- 20.4 Oportunizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação, mediante adesão a programas do governo estadual e federal.
- 20.5 Instituir mecanismos que assegurem o recebimento dos recursos vinculados à exploração do petróleo, gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento dos art. 212 e 214 da Constituição Federal/1988 e com vistas à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- 20.6 Definir prioridades para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, considerando a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º da Lei 13.005/14 – PNE.